

arquivo administração

Clas. PER Administração

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Diretoria 1987-1989

Presidente:

Jaime Antunes da Silva

Vice-Presidente:

Lia Temporal Malcher

1.º Secretário:

Rosely Curi Rondinelli

2º Secretário:

Paulo de Tarso Rodrigues Dias Paes Leme

1º Tesoureiro

Maria Vilma Soares do Nascimento

2º Tesoureiro

Laura Regina Xavier

Conselho Deliberativo

Efetivos:

1) Helena Corrêa Machado — Presidente

2) Célia Reis Camargo

3) Eliana Balbina Flora Sales

4) Helena Dodd Ferrez

5) Maria Amélia Gomes Leite

6) Maria de Lourdes da Costa e Souza

7) Marilena Leite Paes

8) Regina Alves Vieira

Suplentes

1) Elo ísa Helena Riani

2) Gerusa Gonçalves de Araújo

3) Helena Moésia de Albuquerque

4) Janine Resnikoff Diamante

5) Maria Odila Kahl Fonseca

6) Paulo Carvalho

Conselho Fiscal

Fernando Campos Salinas José Lázaro de Souza Rosa Marilúcia Ribeiro da Silva

Suplentes:

Elizabeth Cristina de Carvalho Maria Luiza Ferreira Lodi

24° 8

GUI-39



ISBN 0100-2244

Revista de divulgação da Associação dos Arquivistas Brasileiros

Conselho Editorial

- 1) Anita de Lima Brandão
- 2) Eloisa Helena Riani
- 3) Helena Corrêa Machado
- 4) José Lázaro de Souza Rosa
- 5) José Pedro Pinto Esposel
- 6) Silvia Ninita de Moura Estêvão

Redatora-Chefe Maria Amélia Gomes Leite

Secretária

Maria Odila Kahl Fonseca

Copydesk

Sandra Lazzarini

Coordenação Editorial/Gráfica Ademir Soares da Costa

Composição Ricardo Bastos

Assessoria Gráfica Print Design Editoria de Comunicação Ltda.

Correspondência para Arquivo & Administração Pr. de Botafogo, 186, sala B-217 22253 Rio de Janeiro - RJ Tel.: 551-0748

Distribuição: AAB
Desejamos permuta
Deseamos permuta
Nous desirons é change
We are interested in exchange

Sumário

- 3 | Editorial
- 4 | O Guia Brasileiro e as fontes arquivísticas
- 13 | Alguns depoimentos da Equipe da secretaria-executiva do Guia
- 20 | Coordenação de Acervos Museológicos Fundação Nacional Pró-Memória
- 28 | Estados por ordem alfabética: Relatórios, tabelas e mapas
- 113 / A divulgação do projeto
- 116 | Nossa História em suas mãos
- 118 | Plano e contraplano
- 119 | Gol de Placa
- 123 / O mistério perdido nos tempos

R. 45694

Os artigos assinados são de inteira

responsabilidade dos respectivos autores e não expressam necessariamente o pensamento da Associação dos Arquivistas Brasileiros ou dos redatores de Arquivo & Administração Permitida a reprodução de artigos desde que seja observada a ética autoral que determina a indicação da fonte.

Editorial

Este número especial da Revista Arquivo & Administração, inteiramente dedicado ao projeto Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual, coordenado pelo Arquivo Nacional, vale como documento: o registro do nascimento e desenvolvimento do mais importante trabalho de levantamento de fontes realizado no país.

A leitura dos diversos artigos e depoimentos agora divulgados dá-nos a dimensão da obra e das dificuldades encontradas para a sua realização, sobrepujadas, entretanto, com criatividade e decisão, que a simples consulta às 1.296 páginas que compõem os dois volumes do Guia, já impresso, não revelariam.

O que nos levou a acreditar que um projeto com aplicação em todo o território nacional, inicialmente sem recursos, contando apenas com a pequena dotação da UNESCO, teria êxito? Uma certa dose de otimismo, de ousadia e de fascínio.

O projeto contou com a colaboração de diversas empresas, instituições e pessoas que, igualmente, acreditaram e se somaram. Cabe, no entanto, destacar a Fundação Ford, que financiou todo o levantamento de dados e o seu processamento eletrônico, e a White Martins, que, com base na Lei Sarney (Lei nº 7.505 de 02/07/86), patrocinou a elaboração de toda a campanha de divulgação e viabilizou a mídia impressa, inclusive, pela visão de investimentos em projetos culturais, financiou inteiramente esta edição especial da Revista.

Foi muito importante para a AAB ter tido uma participação efetiva no desenvolvimento deste projeto, como gestora administrativa do mesmo, e fazer de sua revista Arquivo & Administração, o veículo de divulgação de sua metodologia e de seus resultados.

Jaime Antunes da Silva Presidente

O GUIA BRASILEIRO E AS FONTES ARQUIVISTICAS

Jaime Antunes da Silva Silvia Ninita de Moura Estevão Vitor Manoel Marques da Fonseca

1 - ORIGENS

O Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual é a versão nacional do programa da Unesco Guia de Fontes para a História das Nações. Tal programa surgiu em 1959 com o objetivo de levantar documentos para a história de ex-colônias, voltando-se primeiramente para a América Latina e, logo depois, para a África. Inicialmente restrito a países europeus e aos Estados Unidos, começou, recentemente, a incluir países do hemisfério sul, entre eles a Índia e o Brasil, este convidado em 1984.

Em agosto de 1986 a coordenação do projeto brasileiro foi entregue a Vitor Manoel Marques da Fonseca, contando com a colaboração de Jaime Antunes da Silva e Silvia Ninita de Moura Estevão. À esta equipe somou-se, depois, Regina Maria Martins Pereira

Wanderley, com a função específica de divulgar o trabalho.

Algumas questões pensadas entre 1984 e agosto de 1986 foram, então, redefinidas. Ao tema internacional — História da África — acrescentou-se Escravidão Negra, num esforço de congregar o interesse da Unesco com aquele do Brasil. Por outro lado, sendo incontestável a carência brasileira quanto a instrumentos de pesquisas gerais, considerou-se importante convidar a Biblioteca Nacional a realizar uma bibliografia a respeito dos temas. A face atual do projeto consolidou-se com o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, assumindo cadastrar pesquisadores e instituições voltadas para o estudo do negro na sociedade atual, criando-se assim as condições para uma posterior discussão sobre o que seriam fontes arquivisticas para o estudo do negro hoje. Três frentes de um mesmo projeto, uma tentativa de se dotar a sociedade brasileira de um instrumento de pesquisa para a sua própria história.

A metodologia, ainda que seguindo as linhas mestras daquela determinada pela Unesco, também sofreu adaptações. Concorreram para isso alguns pressupostos: 1) de que era importante um cronograma fixo, com prazo pequeno, dado que as instituições culturais brasileiras sofrem o problema crônico de falta de recursos humanos, o que certamente se traduziria no fato dos técnicos envolvidos com o Guia assumirem-no como mais uma tarefa; 2) o Guia deveria abarcar o maior número de instituições públicas e privadas, e pessoas detentoras de acervo, num universo geográfico amplo; 3) na maioria das vezes, os acervos estariam desorganizados; 4) seria importante dividir responsabilidades e créditos da pesquisa, forma de viabilizar o trabalho em âmbito nacional e estabelecer um salutar relacionamento entre instituições afins.

Para resolver problemas concretos tais como datilografia, montagem de cadastro e até manuseio da documentação do Arquivo Nacional, a Fundação Ford fez uma doação. Mais tarde, essa mesma fundação, através da Associação dos Arquivistas Brasileiros, sustentou os trabalhos de pesquisa nos estados, bem como o processamento dos resultados.

Várias outras instituições e pessoas apoiaram o projeto, sob a forma de recursos diretos e indiretos, como a White Martins, financiando a divulgação, a TV Educativa do Rio de Janeiro, responsabilizando-se pelos spots etc. É inquestionável que o trabalho não teria sido realizado sem as múltiplas formas de colaboração e apoio recebidos.

2 – METODOLOGIA

O questionário tomou feições práticas graças às discussões com a equipe do Arquivo Nacional e técnicos de outras instituições co-partícipes.

Começou-se a pensar, então, na possibilidade de sua informatização, contatando-se, inicialmente, o IBGE.

Atendendo ao fato dos acervos não estarem organizados, o questionário foi estruturado para recolher, primordialmente, informações gerais. Há uma parte destinada ao cadastrado do informante (pessoa física ou instituição depositária do acervo), com dados de endereço, atendimento ao público (horário e eventuais restrições), possibilidades de reprodução de documentos; outra destinada às características gerais do conjunto documental realacionado ao(s) tema(s); uma destinada a documentos isolados e/ou microformas de complemento e outra destinada a observações gerais. Na parte relativa ao conjunto documental existe o único item voltado especificamente à parcela relativa ao(s) tema(s): aquele de conteúdo. Assim, a descrição dos conteúdos visa apenas evidenciar a relação do acer-

Cabe frisar que dadas algumas características do projeto (o prazo em que foi realizado, o fato de levantar acervos em municípios interioranos etc.), as informações sobre os conjuntos documentais presentes no Guia foram, na maior parte das vezes, colhidas por

amostragem.

vo com o(s) tema(s) e não esgotá-lo.

A tarefa da pesquisa foi, como dissemos, compartilhada com uma série de instituições: a Coordenadoria de Acervos Museológicos da Fundação Pró-Memória, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os arquivos estaduais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, o Arquivo do Distrito Federal, que assumiu o Estado de Goiás, o Arquivo Municipal de Uberaba, o Arquivo Municipal de Salvador e as universidades federais de Juiz de Fora e Ouro Preto, cada uma delas procedendo ao levantamento em suas respectivas áreas de influência e possibilidades.

Estabeleceu-se como prioritário o levantamento exaustivo dos acervos arquivísticos da capital, devendo-se em seguida atingir o interior de cada estado. A estratégia de interiorização tomou por referencial os municípios existentes em 1888. Esse universo cresceu ou diminuiu, de acordo com as facilidades obtidas, como por exemplo, apoio do governo estadual, infra-estrutura de transportes entre capital e interior etc. No caso de restrição da área a ser visitada, levou-se em conta a importância de cada município, seja a partir da quantidade de escravos lá utilizados, seja a representatividade histórico-econômica da área.

O levantamento procurou incluir acervos sob custódia de pessoas físicas, de câmaras, prefeituras, cartórios, hospitais, penitenciárias, escolas, irmandades, congregações religiosas, empresas antigas, orfanatos, asilos, cemitérios, além de instituições culturais tradicionalmente depositárias de documentação histórica, como os arquivos, museus, biliotecas, centros de documentação, institutos históricos e casas de cultura.

3 – IMPLICAÇÕES

O Guia, tal como foi articulado, teve algumas implicações interessantes. A divisão de trabalho só foi possível através do estabelecimento de relações técnicas entre as instituições envolvidas; aproveitou-se a realização do 3.º Seminário Nacional de Arquivos Esta-

duais, em outubro de 1986, para se avaliar, junto com os técnicos dos arquivos estaduais, as possibilidades de monitoração do projeto no âmbito do estado; realizou-se, em julho de 1987, um encontro dos monitores no Rio de Janeiro, em outubro desse ano, membros da Coordenação Nacional percorreram todas as capitais discutindo com as equipes os trabalhos nos estados. A implementação do projeto implicou em intensa correspondência e frequentes conversas telefônicas.

Todas essas atividades contribuiram para o estabelecimento de uma relação de con-

fiança entre Coordenação Nacional e monitorias.

Ressalte-se também que, havendo necessidade das equipes visitarem os prováveis informantes, os técnicos foram forçados a criar estratégias de abordagem aos responsáveis pelos acervos e de manuseio da própria documentação. Demonstrar que não se tratava de nenhuma maquinação para posterior "confisco" do acervo e afirmar a importância das informações presentes nos documentos foram pontos-chaves da primeira. Rapidez, para melhor uso do tempo que a equipe dispunha na cidade e para não atrapalhar ou subverter demais a rotina dos responsáveis foi a questão básica da segunda.

O projeto criou a oportunidade de uma experiência nova tanto para a Coordenação quanto para os monitores estaduais: ainda que em proporções diferentes, ao trabalho propriamente arquivístico, somou-se a sua gerência administrativa e financeira. Pensar rubricas, determinar gastos possíveis, avaliar a impossibilidade de outros, controlar as despesas com transporte, alimentação e pernoite nas viagens ao interior foi algo, para a maioria dos envolvidos, completamente novo.

Finalmente, como já prevíamos, o trabalho acarretou um sobre-trabalho a todos os envolvidos e, certamente, colaborou para que fosse encarado com coragem, o fato de haver um cronograma a ser respeitado: a pesquisa durou de agosto de 1987 a fevereiro de 1988.

4 – RESULTADOS

A — Dados quantitativos

Dos 507 municípios visitados, 460 estão presentes na publicação, conforme o quadro a seguir. Foram recenseados 1.267 informantes, com 1.814 conjuntos documentais relativos à África e/ou Escravidão.

Unidade da Federação: Al	L		Unidade da Federaçã	io: AM	
Municípios Visitados 1 - Maceió 2 - Atalaia 3 - Maragogi 4 - Marechal Deodoro 5 - Palmeira dos Índios 6 - Pão de Açúcar	Informantes	Fundos/ Coleções 6 1 1 1 1	Municípios Visitados 1 - Manaus	Informantes 3	Fundos/ Coleções 21
7 - Penedo 8 - Pilar 9 - Porto Calvo 10 - Rio Largo 11 - União dos Palmares 12 - Viçosa Sub-totais	2 1 1 1 1 1 1 15	2 1 1 1 1 1 1 18			

Unidade da Federação: BA Described en ababa Unidade da Federação: ES

Municípios		Fundos/	Municípios	
Visitados	Informantes	Coleções	Visitados	Informantes
1 - Salvador	15	£ 35-	1 - Vitória	10
2 - Alcobaça	1	1	2 - Alegre	4
3 - Andaraí	4	4 -	3 - Anchieta	2.
4 - Cachoeira	1	2 -	4 - Aracruz	3
5 - Cairu	2	2	5 - Barra de Itapemirim	1
6 - Canavieiras	1	1	6 - Cach. de Itapemirim	4
7 - Castro Alves	3 .	3	7 - Cariacica	1
8 - Entre Rios	2	2	8 - Conceição da Barra	2
9 - Feira de Santana	3	3	9 - Guarapari	2
10 - Ilhéus	1	1	10 - Ibiraçu	2
11 - Ітата́	2	2	11 - Linhares	1
12 - Itaberaba	3	3	12 - Mimoso do Sul	1
13 - Jacobina	3	- 3	13 - Santa Leopoldina	2
14 - Jaguaripe	2	2	14 - São José do Calçado	2
15 - Juazeiro	2	2	15 - São Mateus	4
16 - Maraú	1	1	16 - Serra	1
17 - Mucugê	2	2	17 - Viana	3
18 - Nazaré	3	3	18 - Vila de Itapemirim	3
19 - Rio das Contas	2	3	19 - Vila Velha	2
20 - Rio Real	2	2	Sub-totais	50
21 - São Francisco do Co	nde 1	1		
22 - Senhor do Bonfim	4	4		
Sub-totais	60	82		7

Unidade da Federação: CE			
		on the de	Muni
Municípios		Fundos/	Visit
Visitados .	Informantes	Coleções	1 - Goi
1 - Fortaleza	5	8	2 - Aná
2 - Aracati	3	3	3 - Arra
3 - Camocim	2	2	4 - Bela
4 - Canindé	2	2	5 - Cata
5 - Crateús	2	2	6 - Cav
6 - Crato	4 .	4	7 Cor
7 - Granja	2	2	8 - Crix
8 - Guaraciaba do Norte	1	1	9 - Flo:
9 - Icó	2	2	10 - For
10 - Iguatu	2	2	11 - Goi
11 - Ipu	3		12 - Ipai
12 - Itapipoca	2 tasm	2 1	13 - Jara
13 - Jaguaribe		sim 2	14 - Luz
14 - Limoeiro do Norte	+ 2 +sci z		15 - Mor
15 - Quixadá	2 4 000		16 - Nat
16 - Quixeramobim		2	17 - Nig
17 - Redenção	4	1	18 - Palr
18 - Sobral	3	3	19 - Para
19 - Tamboril	2	2	20 - Pira
20 - Tianguá	1	11	21 - Pire
Sub-totais	45	48	22 - Plan
040 104410			23 - Por
			24 - Pos
Unidade da Federação: DI	7		25 - Rio

Municípios Visitados	Informantes	Fundos/ Coleções
1 - Brasília	5	5

Unidade da Federação: GO

	Olidade da Federação. O	0	
	Municípios		Fundos
1	Visitados	Informantes	Coleçõe
S	1 - Goiânia	1	ĺ
	2 - Anápolis	-1	1
	3 - Arraias	4	4
	4 - Bela Vista de Goiás	2	
	5 - Catalão	2 7 3	2 7 3
	6 - Cavalcante	3	3
	7 Corumbá de Goiás	4	4
	8 - Crixás	1	
	9 - Flores de Goiás	1 '	1 1
	10 - Formosa	6	
	11 - Goiás	7	7
	12 - Ipameri		6 7 2 3 1 2 3
	13 - Jaraguá	3 1	3
	14 - Luziânia	1	1
	15 - Morrinhos	2	2
	16 - Natividade	2 3	3
	17 - Niquelândia	4	4
	18 - Palmeiras de Goiás	1	4 1 1 3 5 2 4 2
	19 - Paraná		1
	20 - Piracanjuba	3	3
	21 - Pirenópolis	5	5
	22 - Planaltina	1 3 5 2 4	2
	23 - Porto Nacional	4	4
	24 - Posse	2	2
	25 - Rio Verde	1	
	26 - Santa Cruz	4	4
\$/	27 - São Domingos	4	4
25	28 - Silvânia	3	4 4 3 2
	29 - Sítio de Abadia	2	2
	Sub-totais	84	84

Fundos/

Coleções

15

Municípios		Funde
Municípios Visitados	Informantes	Coleçã
1 - São Luís	13	38
2 - Alcântara	2	2
3 - Anajatuba	ī	1
4 - Arari	2	2
5 - Barreirinhas	1	1
	4	4
6 - Brejo 7 - Caxias	3	
8 - Codó	2	2
9 - Colinas	3	3 2 3
10 - Coroatá	1	
11 - Cururupu	1 2 3	1 2 3
12 - Grajaú	2	3
13 - Guimarães	2	2
14 - Icatu	1	1
15 - Itapecuru Mirim		
16 - Mirador	3 2 1	3 2 1
17 - Morros	1	1
18 - Parnarama	1	
19 - Pastos Bons	2	2
20 - Pinheiro	2	2
21 - Rosário	2 2 2 2	1 2 2 2 2 2 1 1 2 2 3
22 - São Bento	2	2
23 - São Luís Gonzaga	2	2
24 - São Vicente Ferrer	1	1
25 - Timon	1	1
		7
26 - Turiaçu	2 2	2
27 - Vargem Grande	3	2
28 - Viana	3	3
29 - Vitória do Mearim	3	94
Sub-totais	69	94

Unidade da Federação: MT

Municípios Visitados	Informantes	Fundo Coleção
1 - Cuiabá	3	15
2 - Cáceres	4	4
3 - Chap. dos Guimarães	- 2	2
4 - N. Sra. do Livramento	1	1
5 - Poconé	2	2
Sub-totais	12	24

Unidade da Federação: MS

Municípios		Fundo
Visitados	Informantes	Coleçõ
1 - Campo Grande	1	ĺ
2 - Corumbá	5	5
3 - Miranda	3 -	3
4 - Nioaque	2	2
5 - Paranaíba	2	2
6 - Três Lagoas	1	1
Sub-totais	14	14

Fundos/

	Municípios		Fundos/
	Visitados	Informantes	Coleções
	1 - Belo Horizonte	3	25
	2 - Alpinópolis	2	2
	3 - Araxá	1	4
	4 - Baependi	3	3
	5 - Barão de Cocais	1	1
	6 - Barbacena	î	î
	7 - Belo Vale	1 -	i
	8 - Caeté	1	9 1
	9 - Campanha	5	5
		3	2
	10 - Caratinga	1	1
	11 - Cataguases	1 2	
	12 - Conc. do M. Dentro	2	2 3
	13 - Conselheiro Lafaiete	3 2	3
	14 - Diamantina		2
	15 - Divinópolis	2 3 2 2	2
	16 - Estrela do Sul	3	3
	17 - Guaxupé	2	2
	18 - Itabira	2	3
	19 - Itajubá	2	2
	20 - Itapecerica	2	2
	21 - Juiz de Fora	7	10
	22 - Lavras	3	3
	23 - Lima Duarte	3 2 3	2
	24 - Mar de Espanha	3	3
	25 - Mariana	3	4
	26 - Minas Novas	1	1
	27 - Nova Lima	1	1
	28 - Oliveira	4	4
	29 - Ouro Preto	3	11
	30 - Paracatu	5	5
	31 - Passos	1	1
	32 - Patrocínio	î	1
	33 - Pitangui	2	2
	34 - Ponte Nova	3	3
	35 - Pouso Alegre	3	3
	36 - Prados	1	1
		1	
	37 - Rio Novo		1
	38 - Rio Pomba	1	1
	39 - Sabará	2	2 -
	40 - Sacramento	4	- 4
	41 - Santa Bárbara	3	3
	42 - Santos Dumont	2	2
	43 - São João del Rei	4	5
	44 - S. João Nepomuceno	1	1
	45 - S. Sebastião do Paraís		1
	46 - Serro	1	1
	47 - Tiradentes	2	5
1	48 - Ubá	1	1
2	49 - Uberaba	7	7
3	50 - Uberlândia	4	4
	Sub-totais	119	160

Timidada	do	Federação: PA
Umdade	ua	rederacao: FA

Unidade da Federação: PA			14 - Palmeira	为 3	3
			15 - Paranaguá	5	3
Municípios		Fundos/	16 - Piraí do Sul	3	2
Visitados	Informantes	Coleções	17 - Piraquara	1	1
1 - Belém	10	, 19	18 - Ponta Grossa	2	2
2 - Abaetetuba	1	1	19 - Rio Branco do Sul	2	2
3 - Barcarena	1	1	20 - Rio Negro	2	2
4 - Bragança	3	3	21 - S. José dos Pinhais	5	5
5 - Cametá	2	2	22 - Tibagi	2	2
6 - Igarapé Miri	2	2 .	Sub-totais	67	74
7 - Maracanã 8 - Santarém	1 2	1 3	Unidade da Federação:	PE	
9 - S. Domingos do Capin	n 1	1	Municípios		Fundos/
10 - S. Miguel do Guamá		2	Visitados	Informantes	Coleções
11 - Soure	1	1	1 - Recife	18	61
12 - Vigia	2	2	2 - Bom Jardim	1	1
Sub-totais	- 28	38	3 - Brejo da Madre de	Deus 1	1
Unidade da Federação: Pi			4 - Cabo 5 - Cabrobó	3 2	3 2

Unidade da Federação: PB

Ullidade da l'edelação. La			3 - Cabiobo	1	1
Municípios		Fundos/	6 - Escada 7 - Floresta	2	2
Visitados	Informantes	Coleções	8 - Garanhuns	1	1
1 - João Pessoa	7	7	9 - Goiana	2	2
2 - Alagoa Grande	1	1	10 - Igarassu	2	2
3 - Antenor Navarro	1	1	11 - Ipojuca	2	2
4 - Areia	3	3	12 - Itambé	1	1
5 - Bananeiras	2	2	13 - Jaboatão	2	2
6 - Cajazeiras	1	1	14 - Limoeiro	1	1
7 - Campina Grande	1	1	15 - Nazaré da Mata	1	1
8 - Catolé do Rocha	2	2	16 - Olinda	2	4
9 - Cuité	1	1	17 - Paudalho	2	2
10 - Guarabira	1	1	18 - Pesqueira	2	2
11 - Mamanguape	3	3	19 - Petrolândia	1	1
12 - Monteiro	2	2	20 - Rio Formoso	2	2
13 - Patos	1	1	21 - Tacaratu	1	1
14 - Piancó	2	2	22 - Timbaúba	3	3
15 - Picuí	2	2	23 - Vitória de Sto. Antão	1	1
16 - Pilar	1	1	Sub-totais	54	98
17 - Pombal	2	2	Unidade da Federação: PI		
18 - Santa Rita	1	1	Municípios		Fundo
19 - Serra da Raiz	1 111111111	· · · · · · ·	Visitados	Informantes	Coleçõe

Unidade da Federação: PR

Sub-totais

			4 - Batalha	2	2
Municípios		Fundos/	5 - Campo Maior	2	2
Visitados	Informantes	Coleções	6 - Floriano	1	1
1 - Curitiba	8	14	7 - Jaicós	2	2
2 - Antonina	3	3	8 - José de Freitas	1	1
3 - Araucária	3	3	9 - Luís Correia	1	1
4 - Campina Grande do S	ul 1	1	10 - Oeiras	2	2
5 - Campo Largo	4	4	11 - Parnaíba	3	3
6 - Castro	3	3	12 - Pedro II	2	2
7 - Guarapuava	5	10	13 - Picos	2	2
8 - Guaratuba	2	2	14 - Piracuruca	2	2
9 - Imbituva	1	1	15 - Piripiri	1	1
10 - Jaguariaíva	2	2	16 - Regeneração	2	2
11 - Jataí	1	1	17 - União	1	1
12 - Lapa	6	5	18 - Valença	1	1
13 - Morretes	3	3	Sub-totais	33	49_

1 - Teresina 2 - Amarante 3 - Barras

Unidade da Federação: RN	4		Unidade da Federação: RI		
Municípios		Fundos/	Municípios		Fundos
Visitados	Informantes	Coleções	Visitados	informantes	Coleçõe
1 - Natal	5	4	1 - Rio de Janeiro	60	227
2 - Acari	3	3	2 - Angra dos Reis	4	4
3 - Açu	1	1	3 - Araruama	2	2
4 - Apodi	1	1	4 - Barra Mansa	7	27
5 - Arês	1	1	5 - Barra do Piraí	2	2
6 - Caicó	2	2	6 - Bom Jardim	3	3
7 - Canguaretama	4	4	7 - Bom J. de Itabapoana	2	2
8 - Caraúbas	3	3	8 - Cabo Frio	5	5
9 - Ceará-Mirim	2	2	9 - Cachoeiras de Macacu		4
10 - Currais Novos	2	2		1	1
	2	2	10 - Cambuci	18	18
11 - Goianinha	3	3	11 - Campos		
12 - Jardim do Seridó			12 - Cantagalo	6	6
13 - Macaíba	1	1	13 - Carmo	4	4
14 - Macau	3.	3	14 - Casimiro de Abreu	, 1	1
15 - Martins	3	3	15 - Duas Barras	2	- 2
16 - Mossoró	3	3	16 - Eng. Paulo de Ftontin	2	2
17 - Nísia Floresta	1	1	17 - Itaboraí	4	_ 4
18 - Pau dos Ferros	3	3	18 - Itaguaí	3	~ 3
19 - Pedro Velho	1	1	19 - Itaocara	2	2
20 - S. José de Mipibu	2	2	20 - Laje do Muriaé	2	2
Sub-totais	46	45	21 - Macaé	11	11
			22 - Magé	6	6
			23 - Mangaratiba	3	3
Unidade da Federação: R	2		24 - Maricá	1	1
Omdade da rederação. Ki	,		25 - Mendes	2	2
Municípios		Fundos/	26 - Miracema	3	3
-	Informantes		27 - Natividade	1	1
Visitados	THOMINANTES	21	28 - Niterói	8	17
1 - Porto Alegre	1		29 - Nova Friburgo	4	4
2 - Alegrete	_	1		3	3
3 - Cachoeira do Sul	1	2	30 - Nova Iguaçu	4	4
4 - Caxias do Sul	1	1	31 - Paraíba do Sul		
5 - Dom Pedrito	1	1	32 - Parati	5	5
6 - Encruzilhada do Sul	- 1	1	33 - Pati do Alferes	1	1
7 - Jaguarão	1	1	34 - Petrópolis	5	24
8 - Pelotas	4	6	35 - Piraí	7	7
9 - Rio Grande	4	6	36 - Resende	4	4
10 - Rio Pardo	2	3	37 - Rio Bonito	4	4
11 - Santa Cruz do Sul	1		38 - Rio Claro	5	5 3
12 - Santa Maria	3	5	39 - Rio das Flores	3	
13 - Santana do Livramen	to 1	1	40 - Sta. Maria Madalena	3	3 3
14 - São José do Norte	1	1	41 - Sto. Antônio de Pádu	a 3	3
15 - São Leopoldo	1	1	42 - São Fidélis	4	4
16 - Triunfo	î	1	43 - São Gonçalo	1	1
17 - Uruguaiana	3	5	44 - S. João da Barra	5	5
Sub-totais	34	57	45 - S. João de Meriti	1	1
Sub-totals	57		46 - S. Pedro da Aldeia	î	î
				6	6
			47 - Sapucaia	2	2
			48 - Saquarema	. 4	4
			49 - Silva Jardim		
			50 - Sumidouro	3	3
			51 - Três Rios	1	1
			52 - Valença	9	9
			53 - Vassouras	6	7
			54 - Volta Redonda	11	1
			Subtotal	264	460

Unidade da Federação: SC			27 - Simão Dias	3	3
omdade de 1 de 1 de 1			28 - Siriri	2	2
Municípios		Fundos/	29 - Tobias Barreto	2	2
Visitados	Informantes	Coleções	Sub-totais :	55	74
1 - Florianópolis	. 4	19		770	
2 - Blumenau	2	2	Unidade da Federação:	SP	
3 - Brusque	1	1	*		T . 1
4 - Curitibanos	0.0001	1	Municípios		Fundos/
5 - Itajaí	3	3	Visitados	Informantes	Coleções
6 - Joinville	3	3	1 - São Paulo	15	73
7 - Laguna	1	1	2 - Araraquara	5	5
	2	3	3 - Araras	yot 3	3
8 - Lajes 9 - Porto Belo	1	1	4 - Areias	2	3
10 - São Francisco do Sul	3	3	5 - Bananal	4	8
	1	1	6 - Batatais	6	6
11 - Tijucas	- 4	4	7 - Botucatu	5	5
12 - Tubarão	26	42	8 - Bragança Paulista	3	3
Sub-totais	20	42	9 - Cachoeira Paulista	2	4
			10 - Cacapava	3	2
Unidade da Federação: SE			11 - Campinas	3	4
			12 - Capivari	4	4
Municípios		Fundos/		2	2
Visitados	Informantes	Coleções	14 - Cruzeiro	1	1
1 - Aracaju	6	25	15 - Cunha	1	1
2 - Aquidabã	1	1	16 - Franca	4	5
3 - Arauá	2	2	17 - Guaratinguetá	2	5, 7
4 - Boquim	2	2	18 - Indaiatuba	2	2 4
5 - Campo do Brito	2	2	19 - Itapeva	4	4
6 - Capela	2	2	20 - Itu	4	6
7 - Cristinápolis	2	2	21 - Jaboticabal	4	4
8 - Divina Pastora	ĩ	ī	22 - Jacareí	4	4
9 - Estância	2	2	23 - Jundiaí	5	5
10 - Gararu	1	1	24 - Limeira	3	3
11 - Indiaroba	2	2	25 - Lorena	4	7
12 - Itabaianinha	3 3	3	26 - Mogi das Cruzes	3	
13 - Itaporanga D'Ajuda	1	1	27 - Mogi Mirim	4	3 4
14 - Japaratuba	• 2	2	28 - Pindamonhangaba	.3	3
	2	2	29 - Piracicaba	6	3 6
15 - Lagarto	1 1	1	30 - Queluz	2	2
16 - Laranjeiras	2	2	31 - Ribeirão Preto	4	4
17 - Maruim	1	1	32 - Rio Claro	5	6
18 - Neópolis	2	2	33 - Santos	4	4
19 - N. Sra. das Dores	1	1 1 1	34 - São Carlos	3	6
20 - Porto da Folha	3	11000 3	35 - São José dos Camp		4
21 - Propriá	3	3	36 - São Luís do Parait		
22 - Riachão do Dantas	2 2	1		inga 3	3 4
23 - Riachuelo	1 0	1 - 95	. 37 - Sorocaba	5	5
24 - Rosário do Catete	1	1	38 - Taubaté	3	3
	1	1	39 - Tietê		
25 - S. Amaro das Brotas 26 - São Cristóvão	2	2	Sub-total	148	228

B — Ambigüidades

A frente arquivística enfrentou um problema sério, tanto para técnicos quanto para pesquisadores que se etilizam desse tipo de fonte: o da terminologia e conceitos adotados no tratamento dos acervos.

Subtotal

264

Para o levantamento ofereceu-se um conjunto de conceitos e termos como fundo, coleção, série, estágio de organização etc, que servissem de referenciais, mas permitissem, ao mesmo tempo, captar e respeitar a visão conceitual dominante nas diferentes regiões, de tal forma que o resultado, embora pouco homogêneo, não distorcesse muito a realidade, evitando criar dificuldades para o acesso do pesquisador, e constituísse matéria-prima para posteriores estudos técnicos com fins de normalização.

Foi muito difícil lidar com isso durante o processamento, finda a coleta, sobretudo na fase de indexação. A diversidade não se restringiu a conceitos e termos, mas também ao próprio nome dos informantes. Tentou-se contornar esse problema com remissivas, optando-se, portanto, por respeitar o máximo possível a forma originalmente registrada pela equipe no estado.

Observou-se a existência de diferentes denominações para uma mesma instituição: o nome dado pela informante, que nem sempre é o oficial, o oficial e os nomes como consta em diferentes catálogos e cadastros. A recorrência a obras de referência como o Anuário Católico(1) ou o Cadastro de Cartórios(2), muitas vezes não foram suficientes para dirimir dúvidas e assegurar correção.

A esse quadro de variações somou-se o de certas convenções estabelecidas ao início do projeto quanto à natureza jurídica dos informantes e dos acervos, uma vez que a classificação originalmente proposta não dá conta de situações não-lineares, resultando naturalmente em imprecisões. Os cartórios judiciais e/ou extra-judiciais, oficializados ou não, foram classificados como pessoas jurídicas cartoriais; ordens, congregações, dioceses, irmandades foram consideradas pessoas jurídicas eclesiásticas, não se respeitando assim as diferentes gradações; cemitérios e hospitais mantidos por irmandades foram considerados pessoas jurídicas eclesiásticas, apesar de nossas reservas quanto a essa condição; fundações e autarquias, por falta de uma classificação específica, não tiveram explicitados seu grau de autonomia dentro do poder público; os acervos cartoriais foram sempre considerados públicos, enquanto os eclesiásticos, privados, embora tal classificação seja contro-

O trabalho teve como um dos pilares a idéia de que no Guia deveriam constar somente acervos disponíveis à pesquisa, ainda que sob condições. Além de situações previsíveis, há casos em que os pesquisadores deveriam contatar os informantes para se inteirarem das restrições e condições necessárias à consulta. É de se esperar que alguns informantes, até então pouco afeitos a receberem pesquisadores, com o aumento do número de pedidos para consulta, formulassem regras e condições para acesso à docu-

Quanto aos conteúdos dos conjuntos documentais recenseados, pode-se perceber variações nas suas descrições, o que se deve a inúmeras razões, entre as quais as características das equipes responsáveis, a maior ou menor disponibilidade para a pesquisa, as dimensões dos acervos, seus estágios de organização etc. Algumas vezes a descrição pautase pelo modelo de organização do acervo; há situações em que ressaltam-se as espécies documentais existentes: em outras, resumem-se conteúdos.

Não é de estranhar também que, em alguns casos, acervos relacionados com o tema Escravidão Negra tenham data limite inicial posterior à abolição. As condições de exescravo, filho de escravo etc. subsistiram à decretação da Lei Áurea.

Arq. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

5 – CONCLUSÕES

O Guia contém informações além daquelas relacionadas unicamente com os temas África e Escravidão e não se trata somente de questões de conteúdo. Pode-se vê-lo também como uma espécie de instantâneo sobre a situação arquivística nacional. Percebe-se claramente a não-existência de uniformidade terminológica entre os técnicos, a falta de uma política de acesso, conservação e organização dos acervos.

As grandes lacunas de documentos, principalmente de câmaras e prefeituras, dão uma pálida idéia do que já se perdeu. Ainda que esperemos que, com a publicação dos resultados da pesquisa, surjam informações sobre outros acervos que não foram levantados, cabe advertir que, a tudo continuar como está, bastam poucos anos para que este instrumento perca sua principal característica de facilitar a pesquisa para se transformar em - relação do que existiu em 1988 e já se perdeu.

Os textos que seguem visam registrar as visões das equipes envolvidas no trabalho. Cabe ressaltar a boa vontade e o esforco desenvolvido por todos e o desejo comum que os arquivos sejam, na prática, considerados patrimônio nacional.

ALGUNS DEPOIMENTOS DA EQUIPE DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO GUIA (*)

Equipe técnica: Ana Paula Tapajós Gomes da Silva, Anita Correia Lima de Almeida, Celi Maria de Souza, Cristina Lucy Câmara da Silva, Eduardo Antonio Lucas Parga, Elaine Rosa, Marcos José Giesteira, Maria Estela de Souza Silva, Maria Célia Fernandes, Maria Lúcia Garcia Meireles, Mirna Lindenbaum, Santuza Cambraia Naves Ribeiro, Selma Alves Pantoja, Simone Frieiro da Silva, Tania Maria da Silva Amaro, Zílio Teixeira Tosta.

Equipe administrativa: Iranice de Melo Santos e Lise dos Anjos Capella e Azeredo.

(*) Composição em março de 1988.

⁽¹⁾ Anuário Católico do Brasil. Rio de Janeiro, CERIS, v. 7, 1985.

⁽²⁾ Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria de Documentação e Informática, Divisão de Estatística, Cadastro de cartórios. 4 ed. Brasilia, 1981, 474 p.

O serviço externo do Guia Impressões gerais

1. Depoimento de Simone Frieiro da Silva (*)

O que agora passo a arrolar são as impressões gerais que o trabalho destinado ao levantamento de fundos e coleções depositados em arquivos de instituições públicas e privadas, o chamado "serviço externo", provocou em mim, enquanto pesquisadora até então com conceitos formados e aparentemente inabaláveis a respeito do universo arquivístico e das pessoas diretamente ligadas à guarda e conservação dos acervos.

Após o primeiro contato com o responsável pelo arquivo de determinada instituição, procedíamos às etapas seguintes: reconhecimento do acervo, verificação de sua organização, dimensões e instrumentos de pesquisa, levantamento a partir do critério de amostragem, descrição do conteúdo pertinente aos temas do projeto, levantamento do histórico, coleta dos dados cadastrais e das demais observações (existência de documentos isolados, de microformas, restrições impostas etc.).

Essa dinâmica de trabalho, em essência única para todas as instituições, deu margem a uma aproximação bastante viva da realizade da maior parte desses arquivos. Os de natureza privada mostram-se algumas vezes organizados arbitrariamente, de acordo com os interesses ou com a visão particular da pessoa encarregada da guarda, quase nunca com

formação adequada para tal função.

No caso do arquivo da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência, percebe-se o esforço do funcionário responsável que, sem o apoio da instituição, tenta mantê-lo ao menos razoavelmente limpo, ainda que os documentos, muitos do século XVIII e de conteúdo riquíssimo, estejam em grande parte literalmente amontoados e expostos à umidade e a toda sorte de animais. Neste exemplo, vê-se a tentativa individual, talvez intuitiva, de preservar alguma coisa, alguns documentos considerados mais importantes, diante da falta de condições materiais, de recursos humanos e, principalmente, da não valorização da memória da própria instituição, memória essa que, em nome da dita prioridade maior de salvar os vivos é encarada como morta e guardada em um local apropriadamente denominado arquivo morto.

A questão da responsabilidade que a pessoa encarregada da guarda do acervo toma para si, chegando por vezes considerá-lo como de sua propriedade, foi muitas vezes percebida ainda no primeiro contato telefônico e não constitui privilégio dos arquivos privados. Devido, especialmente, à ausência de uma política arquivística eficaz, muitos arquivos de natureza pública sofrem o mesmo fenômeno, além das incinerações, do abandono e da estagnação. A noção de que os documentos de órgãos públicos pertencem em verdade à população, devendo o acesso, por esta razão, ser irrestrito, ainda não faz parte do senso comum. Acredito que, sob tal aspecto, esta é uma das principais contribuições do Guia de Fontes: a tentativa de forçar a modificação de um estado de coisas que impede o acesso, em função de interesses ou concepções puramente pessoais - e, no caso de arquivos privados - de provar a importância desses acervos para a sociedade, levando as pessoas a admitirem a possibilidade de terem abertos ao público os seus arquivos.

(*) O trabalho de levantamento nesses arquivos foi realizado juntamente com os pesquisadores Maria Lúcia Garcia Meireles e Eduardo A. Lucas Parga, no período de agosto de 1987 a março de 1988.

O significado de história, ou do que é histórico, disseminado erroneamente por boa parte dos leigos no assunto, concorre, a meu ver, para a manutenção desta realidade, tendo em muito dificultado nosso trabalho para o Guia de Fontes, por vezes resultando em situações vexatórias. Certa vez, durante um levantamento em certo órgão público, fomos surpreendidas pela advertência de que não roubássemos documentos. Diante de nossa surpresa, não faltaram pedidos de desculpas e justificativas, uma delas sugerindo que talvez não pudéssemos afastar a tentação de nos apropriarmos de uma assinatura de Benjamin Constant lá guardada. Penso que a idéia de história como algo exótico, curioso, próprio de diletantes ávidos por autógrafos de vultos famosos -- uma idéia que julgava já não existir, mas que vi amplamente propagada - impede em grande parte a transformação de todo esse quadro, no qual o que menos importa é a preservação da memória de nossa sociedade.

Devo dizer, ainda, o quanto me enriqueceu em termos de vida, mais até que em termos intelectuais, as visitas às instituições como cemitérios e hospitais, especialmente. Sem dúvida, o que mais me marcou, neste sentido, foi ter conhecido um pouco do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, sua estrutura, seus problemas, as condições de seus internos. O arquivo localiza-se no interior do hospital, afastado da parte destinada à administração e, para aringi-lo, tivemos que atravessar o pátio onde circulam alguns internos, de menor periculosidade, tendo desta forma um maior contato com aquela realidade.

Por fim, acredito que apesar de todas as dificuldades que entrentamos, o salto tem sido positivo, na medida que a partir do conhecimento de tantas e de tão diferentes vivências que habitam em nosso espaço e tempo, nos tornamos parte delas e também nos responsabilidazmos por elas, tentando agir de modo a transformá-las.

2. Depoimento de Elaine Rosa

A fase de levantamento da documentação arquivística existente em instituições públicas e privadas, iniciadas após a conclusão do levantamento no Arquivo Nacional, mostrou-se particularmente enriquecedora em termos profissionais e humanos. Possibilitou-se conhecer aspectos da área documental; alguns deles negativos, como a pouca importância concedida aos arquivos de uma maneira geral, a carência de pessoal técnico e a ausência de uma política de preservação da documentação; e, outros positivos, como a preocupação das instituições com a preservação da sua história e o interesse pessoal, explicitado na criação de arquivos particulares e no cuidado de pessoas de outras áreas com a

O caso da Rede Ferroviária Federal S.A. seria exemplar. Criada em 1957 pela reunião de 18 estradas-de-ferro, dentre elas a Central do Brasil (E.F.C.B.), a Rede não detém a documentação administrativa produzida pelas mesmas, nem conhece seu paradeiro, apesar de muitas delas terem sido criadas no século XIX. No entanto, em 1980, com o estabelecimento do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes (PRESERVE), iniciaram-se os trabalhos de preservação histórica da Rede, que criou para tanto o PRESERVE (1986) e centros em vários estados.

Na ausência de documentos atinentes aos temas do projeto, elaborou-se um relatório no qual se registraram as seguintes informações: o conteúdo do acervo; seu estado de conservação; quando existente, a organização; um breve histórico da instituição; o material consultado e o contato.

Esse texto aborda aspectos gerais do trabalho de campo realizado junto com a monitoria estadual do Guia no que diz respeito aos acervos municipais, cartoriais e paroquiais da jurisdição de Friburgo, no período de 16/11 a 19/11/1987, e Vassouras, em dezembro do mesmo ano, e aplicação de questionário no 6º Ofício de Notas, do Rio de Janeiro, no mês de outubro de 1987.

Posteriormente, proceder-se-á a um breve relato sobre a experiência no contato com os acervos.

O trabalho na cidade de Friburgo correspondeu à visita aos cartórios de ofícios, Câmara Municipal, centro de documentação, hospitais e congregações.

Nos distritos de Sta. Maria Madalena, Bom Jardim e São José do Ribeirão foram visitados os cartórios de registro civil, paróquias, arquivos municipais e lojas maçônicas.

Na região de Vassouras procedeu-se visita ao distrito de Andrade Pinto, bem como ao arquivo da Prefeitura da cidade de Vassouras e hospitais, cujas datas de criação abrangessem período da Escravidão Negra.

Na cidade do Rio de Janeiro, a visita ao 6º Ofício de Notas, compreendeu a aplicação de questionário, complementando, inclusive, informações existentes na Seção do Poder Judiciário do Arquivo Nacional, onde se localiza a documentação do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º ofícios.

No trabalho de campo realizado em acervos das instituições eclesiásticas, cartoriais e municipais, percebeu-se acima de tudo o voluntarismo e eficiência dos responsáveis destes arquivos, embora há que ressaltar a falta de preparo técnico, além de deficiência de recursos econômicos e humanos, sendo talvez estes, os motivos da documentação se encontrar em estado tão precário de conservação.

Fora desse quadro pessimista, destaca-se o acervo do Centro de Documentação Histórica da Prefeitura de Friburgo, com recursos de toda ordem, possibilitando um sistema de arranjo bem adequado às normas arquivísticas.

Outro destaque é para o Arquivo da Paróquia de Nossa da Conceição, em Vassouras, devido a seu conteúdo: livros para assentos de batizados de cativos (1860-1867); justificação de batismo de liberta (1875); certidão de casamentos de escravos (1874); alvará de licença para casamento de filhos de escravos (1889); lista de óbitos e batizados de pessoas livres e escravos (1842). Segundo informações obtidas na própria paróquia, a maior parte dos livros de batismo, casamentos e óbitos, foram microfilmados e se encontram na diocese de Valenca.

O recenseamento do acervo do cartório do 6º Ofício de Notas, basicamente constituído de livros de registros de notas, está identificado e controlado através de ordem numérica. Alguns livros estão danificados devido às condições muito precárias do prédio, permitindo constantemente o contato com a poeira, o sol e a chuva (goteiras). Contudo, o bom estado de conservação da grande maioria destes livros deve-se, muito mais, ao empenho de seus responsáveis.

No que se refere à situação dos acervos visitados, percebe-se que os cartoriais e paroquiais estão em melhores condições, e possuem, em certa medida, uma organização.

Nos arquivos municipais, impressionou o estado de abandono da documentação, devido talvez à falta de recursos financeiros. Um exemplo típico é o Arquivo Municipal de Vassouras, onde a documentação encontra-se em uma casa no centro da cidade (no período visitado) sem condição alguma de guarda.

No contato com estes acervos ficou evidente a ausência de uma política sistematizada no tratamento da documentação, uma política que dê as bases para a recuperação rápida e eficiente da informação.

Anita Correia Lima de Almeida Cristina Lucy Câmara da Silva Maria Célia Fernandes Santuza Cambraia Naves Ribeiro Selma Alves Pantoja

O Guia de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual pretende, através de um levantamento arquivístico realizado em um amplo conjunto de instituições, democratizar o acesso, ao rico e vasto acervo documental que está sob a guarda destas instituições, possibilitando o avanço das pesquisas acadêmicas e facilitando o acesso do público a essas informações. Como a proposta do Guia foi divulgada pelos meios de comunicação e atingiu amplos setores sociais, pode-se esperar a maior mobilização de pessoas e instituições detentoras de documentação, a fim de valorizar seus respectivos acervos, agindo de forma a organizá-los e conservá-los.

No trabalho de levantamento de fontes referentes às temáticas África e Escravidão Negra constatou-se duas realidades fundamentais: por um lado, o mau estado físico da documentação e, por outro, a diversidade e a riqueza de suas informações.

Em relação ao estado da documentação, ressaltamos as deficiências na conservação e organização da maioria dos arquivos consultados, sejam eles públicos ou privados. Os problemas detectados vão desde a total inexistência de um trabalho de descrição e arranjo, passando pelas precárias condições de guarda e conservação, até a impossibilidade de se consultar os acervos por dificuldade de acesso físico aos mesmos. Encontraram-se algumas instituições onde a documentação foi empacotada aleatoriamente, impedindo qualquer tentativa de recuperação da informação a curto ou mesmo a médio prazo.

Há casos extremos, em que as instituições detentoras de documentos, tais como as delegacias policiais e outros órgãos subordinados à Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, decidiram destruir parte considerável ou a totalidade de seus arquivos, sob a freqüente alegação de insuficiência de espaço e de pessoal especializado para a guarda e a conservação dos documentos. O descarte geralmente é feito sem que se proceda qualquer avaliação prévia da documentação a ser eliminada.

Deste mesmo quadro, os arquivos consultados apresentam, em geral, problemas de falta de espaço físico, de pessoal especializado, de instalações adequadas, de instrumentos de pesquisa e, principalmente, de conservação dos documentos. Estes, em sua maior parte, encontram-se em locais úmidos e abafados, sofrendo desgaste e uma crescente deterioração. Todos esses problemas terminam por causar danos irreversíveis à documentação, de forma parcial ou total, contribuindo, sem dúvida, para a perda de informações relevantes.

Essa situação revela a ausência de uma política de preservação das fontes arquivísticas pela maior parte das instituições públicas e privadas visitadas, as quais, muitas vezes, funcionam como meros depósitos de papéis velhos, sem a mínima condição de atender às demandas externas. Em algumas instituições, no entanto, as administrações atuais, conscientizadas quanto à necessidade de guardar, organizar e preservar seus acervos, resolveram investir no trabalho de identificação e arranjo, por meio da ampliação das instalações, aumento das equipes de trablalho e melhor atendimento ao público. Estas instituições tentam incorporar a moderna conotação da palavra arquivo, relativa ao processamento e democratização de uma vasta gama de informações.

Em contraste com os problemas observados, destaca-se a riqueza da documentação consultada, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Muitas vezes, encontra-se uma documentação seriada, segundo a sua procedência original, que se mostra bastante relevante em relação às temáticas do Guia, como a outras linhas de pesquisa. Dentre as instituições pesquisadas ressaltam-se o Arquivo Nacional, o Arquivo Histórico e a Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores como exemplos de arquivos que congregam um significativo conjunto documental relativo aos temas África e Escravidão Negra.

O acervo documental sob a guarda do Arquivo Nacional, constituindo-se de uma documentação extensa, seriada e muitas vezes inédita, abre amplas possibilidades ao pesquisador interessado nos temas. Oa maiores problemas deste acervo localizam-se na carên-

cia de organização mais sistemática de algumas parcelas da documentação.

O Arquivo Histórico e a Mapoteca do MRE encontram-se totalmente organizados e contêm uma massa muito variada e significativa de informações, especialmente sobre o tráfico negreiro e a África. O problema comum a ser enfrentado pelo pesquisador nestes órgãos é de acesso à documentação. Apesar de serem públicos, em ambos, a consulta é restrita, não estando plenamente aberta ao usuário. O acesso à documentação depende de uma autorização prévia e da obediência a uma tabela de periodização que apenas franquia a consulta aos documentos anteriores a 1910. Os documentos relativos às questões de fronteiras e de guerras estão permanentemente fechados à consulta.

O levantamento realizado permitiu constatar-se que, apesar da situação dos arquivos públicos e privados localizados no município do Rio de Janeiro ainda ser precária em muitos aspectos, estes arquivos apresentam uma importância considerável, devido à relevância quantitativa e qualitativa da documentação existente sobre os temas do Guia de Fontes da África. Tal aspecto alimenta expectativas quanto ao desenvolvimento de novas linhas de pesquisa, tanto em relação às temáticas África e Escravidão Negra quanto a ou-

tras que, de igual importância, remetem às questões da realidade brasileira.

O Guia de Fontes na Seção do Poder Judiciário

Celi Maria de Souza Eduardo Antônio Lucas de Parga Luzidéia Gomes de Azevedo Marcos José Giesteira Tânia Maria da Silva Amaro

A apresentação deste texto corresponde a uma visão geral das etapas de trabalho realizado de janeiro a dezembro de 1987, dentro do projeto Guia de Fontes para a História da África, na Seção do Poder Judiciário (SPJ), Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional.

Após a colocação dessas etapas, procurou-se demonstrar as impressões do grupo, ao longo do trabalho desenvolvido.

Com relação ao acervo existente na SPJ, este compõe-se de documentação judicial (processos crimes, cíveis e comerciais) e extrajudicial (documentos cartoriais).

A primeira etapa, iniciada em janeiro de 1987 e concluída em setembro de 1987, foi realizada em duas frentes:

a) identificação, controle, higienização, acondicionamento e trasferência dos volumes dos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º Ofícios, sendo que o 6º Ofício contou com trabalho externo.

Estas atividades aplicam-se, também, à documentação referente às freguesias de Paquetá, Candelária, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, 1º Ofício da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Magé e da 1ª e 17ª Pretorias. Finalizado o trabalho desta frente, produziram-se inventários sumários;

 b) procedeu-se à avaliação da atividade dos instrumentos de busca da seção, no total de 127 relações, com o objetivo de aperfeiçoar o controle sobre a documentação relacio-

nada.

A segunda etapa correspondeu ao período de setembro a novembro de 1987, durante o qual se desenvolveu a identificação e o controle da documentação judicial não relacionada, utilizando-se a mostragem como recurso, para cada caixa. Do acervo existente na SPJ fazem parte 13.601 caixas. Deste total, 4.985 não relacionadas foram abertas.

Na terceira e última etapa, que abrange o período de novembro a dezembro de 1987, criaram-se fichas, como instrumento de pesquisa, que remetem informações tanto para o Guia de Fontes para a História da África, como para o Guia de Fundos do Arquivo Nacional. Para isso foi utilizado o mapa topográfico que resultou das etapas anteriores.

A seguir, realizou-se o preenchimento do questionário do Guia de Fontes.

Ao longo do trabalho realizado, observou-se a necessidade de solver a situação de precariedade de recursos, percebida quando do contato com o acervo. Enfrentou-se tanto a deficiência de recursos humanos quanto de recursos materiais, pois faltavam desde o material mais simples (lápis, papel etc.) até o mais sofisticado (computadores). Tal situação reflete a ausência de uma política de conservação e recolhimento sistematizado da documentação.

Apesar das dificuldades encontradas, o contato com o acervo revelou a riqueza da documentação existente, já que esta oferece ao pesquisador, múltiplas opções temáti-

cas. Destacam-se os seguintes fundos e coleções:

Corte de Apelação, que possui 2.834 caixas, abrangendo o período de 1785-1951;
 acervo composto basicamente de apelações cíveis, criminais e comerciais, possuindo muitas referências sobre a escravidão no período de 1785-1888;

- Inventários, que abrange o período 1767-1942, destacando-se aí os inventários da

aristocracia imperial, como, por exemplo, o da Marquesa de Santos:

Conselho de Guerra da Marinha, composto basicamente de processos referentes a marinheiros da Armada, no período 1823-1905, inclusive com algumas referências a contrabando de escravos após 1850;

 Juízo de Comércio, reunindo processos que se referem principalmente a concordatas, falências, hipotecas e dívidas, abarcando o período 1850-1934. Têm grande relevância para o Guia de Fontes, pois fazem referências a escravos enquanto bens.

Não cabe aqui discorrer sobre a documentação em geral. Entretanto, aponta-se a importância de outros fundos, compostos de rica documentação, tais como o Tribunal de Segurança Nacional, as Varas Cíveis e Criminais, o Supremo Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Militar, Juiz de Paz, entre outros.

Deve-se ressaltar, ainda, que este trabalho possibilitou a ampliação da idéia de organização judiciária. Neste sentido, resgatou-se a necessidade de dar continuação a esse trabalho, de forma ininterrupta, sugerindo perspectivas diversas quanto aos temas abordados

COORDENADORIA DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

Aurea Maria de Freitas Carvalho

Como representante da Coordenadoria de Acervos Museológicos da Fundação Nacional Pró-Memória, coube-nos fazer o levantamento das fontes existentes nos museus ligados à Pró-Memória em diferentes estados e municípios.

A documentação localizada em museus, além das especificamente museológicas, sobre suportes outros que não o papel, é a mais diversificada possível. Normalmente, nas cidades onde existem museus, estes polarizam as manifestações culturais e sua preservademolida uma igreja ou mesmo ao haver mudanças de local ou falta de espaço, os documentos textuais, inclusive os de prefeituras e câmaras, são enviados a eles. Isto, bem entendido, quando há uma conscientização sobre a importância de se conservar esse tipo de documento.

Na execução do trabalho, tive oportunidade de encontrar abundante e variada documentação sobre a escravidão negra. Em alguns municípios, realizei o levantamento do maior número possível de instituições, tanto públicas quanto privadas; em outras localidades, entrei em contato com diversas instituições sem lograr êxito no preenchimento dos questionários devido a diversos fatores, tais como: falta de interesse dos detentores da documentação; más condições de acesso, mau estado de conservação; circunstâncias desfavoráveis (obras no local de guarda dos documentos etc.); e o seu caráter secreto, como no caso da maçonaria.

Abaixo estão relacionados os locais em que se desenvolveu o trabalho e foram preenchidos os questionários:

MINAS GERAIS

- I. Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais, que compreende:
- 1. Museu da Inconfidência / Casa Setecentista do Pilar, que abriga quatro fundos documentais:
 - a) Fundo Cartorial da Comarca de Ouro Preto, com 160 metros lineares de documentação, referente aos anos de 1708 a 1955:
 - b) Acervo Barão de Camargos, com nove metros de documentos que pertenceram ao barão de Camargos, rico proprietário da região e político do Império 1730-1907;

- c) Autos da Devassa da Inconfidência Mineira: traslado de 72 processos e original do volume VII da referida devassa 1789-1792;
- d) periódicos: jornais mineiros de 1864-1897.

Possui, ainda, alguns documentos avulsos, tais como: livros da Câmara Municipal de Ouro Preto; livro de entrada de irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto; recibos de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, relativos a obras diversas — séculos XVIII-XIX; alguns documentos eclesiásticos.

Toda a documentação está muito bem acondicionada e a maior parte organizada pela técnica em documentação Suely Maria Perucci Esteves.

2. Casa Setecentista de Mariana, que abriga os fundos cartoriais do 1.º e 2.º Ofícios de Mariana — 1709-1920.

Os documentos acham-se bem acondicionados e organizados pela historiadora Katia S. Napoleão Tavares.

- 3. Museu Regional de São João del-Rey, que detém um fundo cartorial formado por documentos do 1º e do 2º Ofícios de São João del-Rei e do 2º Ofício de Tiradentes 1716-1938. Muito bem organizado, sob a responsabilidade de Jairo Braga Machado, historiados.
- 4. Museu do Ouro (Sabará): reúne cerca de 68 metros de documentação cartorial, proveniente do 1º Ofício, do 2º Ofício e Criminal 1720-1900. Conservada em local inadequado, a do 2º Ofício encontra-se na ordem original em que chegou ao museu e bem organizada. Sob a responsabilidade de Maria Augusta Campos, formada em História.

As demais instituições constituintes do GMCHMG foram contatadas pelo Arquivo Público Mineiro, ao qual solicitei cópia das informações obtidas.

II. Casa de Misericórdia de Ouro Preto: fundada em 1730, com o objetivo de prestar assistência médico-hospitalar aos irmãos e a todos que a ela recorressem, administrada pela Irmandade de Santana, criada para este fim. Cerca de 0,77 metros de documentação formada por livros de Receita e Despesa, Registro de enfermos (incluindo escravos), Correspondência etc.

A Rede Ferroviária foi contatada, em Ponte Nova, através de um de seus engenheiros que, infelizmente, não pôde receber-me e não respondeu à correspondência enviada.

GOIÁS

Goiás Velho:

1. Museu das Bandeiras: acervo constituído por cerca de 173 metros de documentação fazendária, proveniente da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, com datas-limites em torno de 1736-1940.

Trata-se de documentos que mostram o negro como fonte de renda para o Estado, como objeto de compra, venda e mão-de-obra nos diversos ofícios em que era empregado;

demonstra, inclusive, o que era feito em seu benefício, como montepio, caixa de manumissão etc. Constitui documentação valiosa, cujo acondicionamento está sendo melhorado, porém é mantida em local inadequado, devido à temperatura excessivamente elevada que prejudica o papel, danificando suas fibras e tornando-o quebradiço. Corre sério risco de se perder.

- 2. Cartório de Famílias, Sucessões, de Menores e 1º Cível: cerca de cinquenta metros de documentação cartorial, constituída, sobretudo, por inventários e testamentos c. 1700-1987.
- 3. Tabelionato (10) de Notas, Registro Geral de Imóveis: cerca de cinqüenta metros de documentação, muito rica no que concerne à escravidão negra, pois é constituída, em grande parte, por livros de registros de cartas de alforria, notas de rematação de escravos etc. c. 1750-1987.
- 4. Cartório do 2º Ofício de Notas: cerca de trinta metros de documentos, compreendendo, sobretudo, escrituras de vendas 1863-1987.
- 5. Arquivo Geral da Diocese de Goiás: formado pelos livros de registros de batizados, casamentos etc.: das paróquias cerca de 1732-1899. Há, ainda, outro tipo de documentação, que não pôde ser consultada por mim devido à ausência da pessoa encarregada.
- 6. Fundação Educacional da Cidade de Goiás, cujo acervo consta de documentos doados ao historiador frei Simão Dorvi por câmaras municipais, prefeituras, cartórios, paróquias, secretarias de estado e particulares cerca de nove metros de documentação, com datas-limites de 1740-1936.
- 7. Arquivo Municipal: os documentos encontram-se no destacamento local do Exército, acondicionados cronologicamente em pacotes. Estes estavam sendo abertos para que os documentos fossem limpos e organizados. Foi impossível verificar as datas-limites e a metragem.

Goiânia

1. Arquivo Histórico Municipal de Goiás: contato estabelecido através da responsável pelo Arquivo, Marilda de Godói Carvalho, que me prestou as seguintes informações: o acervo possui 1.267,64 metros, a partir do período colonial, e compreende correspondência com a Corte, além de documentos relativos às atividades desenvolvidas pela administração até hoje. A documentação sofreu diversas transferências de local devidas à mudança da capital, nas quais boa parte foi perdida.

RIO DE JANEIRO

Petrópolis

1. Museu Imperial, que reúne 18 fundos e coleções já classificados ou em fase de organização, sendo os mais significativos para o assunto escravidão negra:

- a) Arquivo da Casa Imperial (POB): cerca de 23 metros de documentação gerada desde a vinda da família real portuguesa, em 1808, até pouco depois da proclamação da República. Embora não formada por correspondência oficial, contém rascunhos de leis, decretos, projetos e discussões do Senado e da Câmara sobre os diversos assuntos da administração, inclusive sobre a escravidão negra e a emancipação de escravos;
- b) Coleção João Alfredo: cerca de 0,27 metros de documentos pertencentes ao conselheiro João Alfredo, doados pela viúva à Fundação Getúlio Vargas/CPDOC e transferidos ao Museu Imperial; cerca de vinte documentos (cartas, telegramas e folhetos) sobre a escravidão negra 1871-1929);
- c) Arquivo Paranaguá: 2,74 metros de correspondência recebida por João Lustosa da Cunha Paranaguá durante o período em que exerceu os cargos de deputado pela Bahia e pelo Piauí, senador pelo Piauí e por Pernambuco, presidente das províncias do Maranhão, Pernambuco e Bahia, ministro da Guerra, Justiça, Negócios Estrangeiros e Fazenda, presidente do Conselho de Estado, além de outros cargos menores. A documentação referente à escravidão negra abrange o período 1860 a 1889 e versa sobre a emancipação, recrutamento de escravos para o Exército durante a Guerra do Paraguai e conseqüências da abolição;
- d) Secretaria de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro: cerca de 2,60 metros de documentos referentes às obras de construção de estradas, casas da Câmara, cadeias e demais obras realizadas em diversas localidades da província, no período 1825-1889. Retratam o negro como participante nas obras públicas da província e relatam a manutenção dos africanos livres, seus hábitos etc.
- 2. Arquivo da Família Imperial, na posse de dom Pedro de Orleans e Bragança: documentação que compreende três tipos distintos, ou seja, correspondência particular de família; documentos da mordomia da Casa Real Portuguesa e da família imperial brasileira; documentos da Superintendência da Imperial Fazenda e da Colônia de Petrópolis, sucedida pela Companhia Imobiliária de Petrópolis. Dá conhecimento do tratamento dispensado pelos monarcas a seus escravos, do emprego do negro a serviço da família imperial na lavoura, nas fazendas imperiais, nas cavalariças, como ferreiro, músico etc., bem como nas obras realizadas nos paços imperiais cerca de 297 metros de documentos, desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil até a atualidade.
- 3. Arquivo do Cartório do 1º Ofício: sob a responsabilidade do serventuário de Justiça e técnico judiciário juramentado, Roberto Catteli D'Avilla, com cerca de 84 metros de documentação cartorial muito bem cuidada, em sala alugada pelo Sr. Catteli especialmente para este fim. Destaca-se um livro de registro de vendas e penhor de escravos, com início em 1861 e término em 1883.
- 4. Arquivo da Cúria Diocesana: reúne documentação das paróquias da Baixada Fluminense e as de serra acima, isto é, as localizadas em Petrópolis, Teresópolis e arredores. Nos livros de registros de batizados, casamentos e irmandades pode-se ter uma idéia do negro em sua vida religiosa e constituído em família. Aparece também como objeto nos testamentos transcritos nos livros de óbitos.
- 5. Arquivo Histórico Municipal: cerca de 297 metros de documentos, onde, numa visão superficial, o negro aparece nas fichas de óbitos, mas que, pela quantidade e diversidade da documentação, deve conter muito mais informações 1859-1967.

Encontra-se sob a guarda da chefe da Divisão de Bibliotecas, Yedda Maria Lobo Xavier da Silva, que continua a providenciar o envio dos documentos das secretarias municipais para o Arquivo Histórico. Além dele, há na Biblioteca uma sala de Historiografia Petropolitana, onde existem fontes documentais impressas e coleções de jornais antigos com notícias sobre fugas de escravos etc.

6. Arquivo da Câmara Municipal de Petrópolis: a parte mais antiga da documentação da Câmara, a partir de sua criação, em 1859, encontra-se no Arquivo Histórico Municipal. Alguns códices manuscritos, entretanto, acham-se no Arquivo Histórico do Museu Imperial, a saber: livros de Atas, de 1 a 9 e o 11, livro de registro de Balanços e Orçamentos de 1859; Correspondência Geral (1859-1870); Contratos (1863-1890); Atos, Resoluções e Ordens (1869-1870); Correspondência com o Governo da Província do Rio de Janeiro e um Livro de Ouro da Câmara Municipal de Petrópolis (1884), para registrar os donativos à emancipação dos escravos de Petrópolis.

Parati

- 1. Museu de Arte Sacra: não possui documentação, mas quarda em custódia os documentos do Instituto Histórico e Artístico de Parati.
- 2. Instituto Histórico e Artístico de Parati: acervo pequeno, incompleto, compreende documentos interessantes por se tratar de documentos oficiais, da prefeitura, da Câmara, da Inspetoria de Rendas, salvos da destruição pelo fogo por volta de 1967. Destacam-se: decreto (impresso) dispondo sobre circulação de escravos, pretos e pretas, africanos forros fora das cidades, vilas, povoações ou fazendas domiciliares; folhas arrancadas de um livro de atas do Conselho Municipal de Recursos de Eleições, em que há menção a indivíduos rejeitados como votantes por serem "crioulos apenas libertos" 1861.
- 3. Cartório do Ofício Único de Parati: 63 metros de documentação, de c. 1690-1987, a mais antiga de Parati, constante de inventários, testamentos, livros de registros de cartas de alfornas.
- 4. Câmara Municipal de Parati: contendo 10,12 metros de documentação, de 1882 a 1987, compreende livro de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação do município (1873-76); livro de aforamentos de terras e propriedades, alvarás, provisões etc. Os documentos antigos encontram-se em péssimo estado de conservação.
- 5. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios: formado pelos livros de registros de batizados, casamentos etc das igrejas de N. S.ª das Dores, N. S.ª dos Remédios, N. S.ª do Rosário e de São Benedito, bem como das irmandades do Santíssimo Sacramento, N. S.ª dos Remédios e N. S.ª do Rosário e de São Benedito 2,76 metros de documentos, 1811-1987. Há, ainda, o livro do Tombo com a história da construção das igrejas das devoções dos paroquianos.
- 6. Santa Casa de Misericórdia de Parati: cerca de 10,36 metros de documentação, formada desde a criação da Santa Casa, em 1822, referente a atas de reuniões, livros de internações, receituários etc. Mal localizado, mal conservado.

Resende

- 1. Arquivo Municipal: 12,70 metros de documentos pertencentes à Câmara Municipal até a criação da prefeitura, em 1913, e a esta até 1926; documentação da Câmara, constituída, sobretudo, por códices manuscritos 1829-1895. No que concerne à escravidão negra, as informações mais interessantes estão contidas nos relatórios sobre saúde, na correspondência dos fiscais e dos procuradores.
- 2. Cartório do 2º Ofício: sob a guarda do técnico judiciário juramentado Badger Teixeira da Silveira Filho, contém a documentação mais antiga de Resende, pois quando houve o desmembramento do 1º Ofício foi este que se mudou do prédio, deixando os documentos no 2º Ofício. Documentos muito bem conservados, de 1801 a 1987, destacando-se um livro de penhor de escravos iniciado em 1865, em que os escravos eram empenhados para obtenção de empréstimos. A partir de 1886, os escravos deixaram de ser penhorados, passando os proprietários a penhorar colheitas, animais etc.
- 3. Cartório do 1º Ofício: impossível descobrir títulos, datas ou dimensões; os documentos mais antigos encontram-se em péssimo local, infestados por fungos, atacados por insetos e roedores.
- 4. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição: acervo de cerca de 2,18 metros, formado por livros recolhidos de diversas igrejas da paróquia 1831-1987.
- 5. Santa Casa de Misericórdia de Resende: não possui documentação antiga a não ser uns poucos documentos referentes à fundação e alguns com rubrica do imperador.

Vassouras

1. Museu Casa da Hora: não possui documentação significativa para o assunto, apenas alguns exemplares de jornais do Rio de Janeiro que se referem a escravos.

Rio de Janeiro (cidade)

Realizou-se o levantamento de muitos museus, mas os únicos entre os contatados por mim, que merecem menção devido à importância de seu acervo são os seguintes:

- Museu Histórico Nacional: reúne 12 fundos e coleções. Os mais interessantes para o tema são:
 - a) Coleção Guerra do Paraguai, parte iconográfica, em que o negro serve no Exército:
 - b) Coleção Iconográfica Uniformes Militares, em que o negro enverga uniformes das diversas províncias e, posteriormente, dos estados do Brasil;
 - c) Coleção Fotográfica Juan Gutierrez, em que o negro exerce atividades urbanas e, também, surge com uniformes militares, servindo no Exército, por ocasião da Revolta da Armada;
 - d) Coleção iconográfica avulsa, que mostra o negro como trabalhador rural e urbano.

2. Museu da Imagem e do Som: embora possua quatro valiosos fundos, só o arquivo iconográfico interessa ao tema em questão por conter gravuras de Rugendas e de Debret, em que são abordados aspectos sociais e culturais do negro durante o século XIX, no Rio de Janeiro e algumas capitais brasileiras, bem como fotografias de César Augusto Malta de Campos.

PERNAMBUCO

Recife

- 1. Museu da Abolição, que detém dois fundos:
 - a) Coleção Abelardo Rodrigues; documentos colecionaods por Abelardo Rodrigues, entre os quais escrituras de venda, recibo, relação de partilha de escravos e cavalos, relação de escravos, anúncio de recompensa pela captura de escravo etc. 1855-1871;
 - b) Fundo Paróquia Nossa Senhora das Brotas: documentação pertencente a uma paróquia de Minas Gerais e que, por doação de um antiquário, foi enviada para Pernambuco. Compõe-se de livros de registros de crismas, casamentos, pedidos de dispensa de proclamas, concessão de dispensa de impedimentos matrimoniais etc.

Além das instituições visitadas, entrei em contato com outras, por carta e/ou telefone, cujo acervo não justificava uma pesquisa local.

Problemas encontrados

1. Conscientização dos detentores da documentação: de modo geral, a mentalidade brasileira a respeito do documento escrito, sobretudo do manuscrito, é ainda muito primária. Para a maioria das pessoas, o documento em suporte de papel, como não tem valor material aparente, é considerado de emprego imediato, podendo ser inutilizado ou destruído logo após sua utilização.

Os documentos cartoriais têm melhor sorte: como eles provam, as mais das vezes, a propriedade de algo, é-lhes dado maior valor e são conservados.

Existem, ainda, pessoas que julgam ter valor históricos apenas os documenots assinados por celebridades. É o caso da Santa Casa de Misericórdia de Resende, onde os que trazem a rubrica do imperador são conservados com carinho e exibidos com orgulho.

2. Local: o problema de local ocorre devido à falta de espaço e/ou ao espaço inadequado. Em geral, como não há uma triagem racional de toda a documentação produzida, os arquivos ficam abarrotados de documentos e depois de algum tempo a documentação é descartada aleatoriamente ou passa a ser tão maltratada que se deteriora com facilidade.

Além disso, a falta de conscientização sobre o valor dos documentos por parte das autoridades e das diretorias das instituições e empresas, sobretudo no que concerne à documentação mais antiga, faz que esta seja colocada nos lugares mais impróprios à sua conservação: porões úmidos (onde os documentos são atacados por fungos, sujeitos a insetor, ratos etc.), secos ou quentes demais.

3. Falta de profissionais de arquivo, à qual se aliam três fatores:

 a) desconhecimento quanto ao valor do acervo, em função do qual se destinam para lidar com ele os profissionais menos capacitados para outros serviços, na crença de que qualquer pessoa pode "arrumar papéis". A maioria ignora até a existência de normas e técnicas de arquivologia e de um curso superior para formar pessoal qualificado;

b) ausência de profissionais devido ao reduzido número de faculdades que minis-

trem o curso de arquivologia;

c) escassez de verbas, o que determina a menor utilização possível de recursos com os arquivos, sendo que o orçamento da maioria das instituições e empresas não dispõe sequer de um item destinado a sua manutenção.

Isto tudo faz com que a documentação seja mal conservada, organizada por pessoas incompetentes ou, no caso dos arquivos históricos, por profissionais de outras áreas, os quais, ignorando as regras básicas, cometem às vezes erros irreparáveis à recuperação da informação.

Aspectos positivos do trabalho realizado

- 1. O fato de existirem instituições como o Arquivo Nacional comprometidas com um trabalho de pesquisa, de âmbito nacional, na localização de fontes documentais, funcionou como uma chamada sobre o valor das informações contidas em documentos antigos e a importância de se preservarem os "papéis velhos".
- 2. Muitas instituições que apenas guardavam os documentos recebidos de outras instituições ou de particulares, sem lhes dar maior atenção, deram-se conta de que eles podem ser consultados e, assim, é preciso que estejam bem organizados e conservados, a fim de prestarem a informação desejada.
- 3. Mesmo as instituições que se julgavam capazes de atender a qualquer solicitação sentiram-se motivadas a aprofundar o conhecimento sobre seus acervos, já que o valor deles ultrapassava o interesse de particulares, para integrá-los em um trabalho de âmbito nacional, a pedido de um órgão internacional como a UNESCO.
- 4. Acredito que as próprias pessoas envolvidas no levantamento das fontes sentiram-se estimuladas na medida em que descobriram a variedade de informações contidas nos documentos, as quais sempre proporcionam novos conhecimentos dos fatos, sob diversos ângulos de estudo. Talvez tenham surgido vocações de arquivistas e pesquisa-

Em relação às informações contidas na documentação levantada, pelo menos nas instituições que me couberam, creio que será possível, em futuras pesquisas, chegar à reconstituição quase total da vida do negro escravo, seus hábitos, sua participação no trabalho e na formação étnica e cultural do povo brasileiro.

Quanto à história do negro após a abolição da escravatura, mediante a consulta aos livros de profissões, requerimentos de autorização para exercício de negócios, profissões etc. das prefeituras, livros de eleições e de votantes dos juízes de paz (nas prefeituras) e aos livros dos cartórios referentes a questões, registros civis etc., talvez seja possível a reconstituição da forma como os negros vivenciaram o fato de estarem livres e de se tornarem cidadãos responsáveis pelo próprio sustento e o da família sem, contudo, estarem preparados para isso; como conseguiram sobrepujar a desvantagem psicológica motivada pelos anos de escravidão e como os brancos, por sua vez, enfrentaram a novidade de verem seus antigos escravos, ignorantes e sem recursos, em pé de igualdade, no papel de cidadãos brasileiros.

ALAGOAS

Manoel Messias Caldeira de Souza

O nosso roteiro foi realizado levando-se em conta as distâncias e, sobretudo, englobando alguns municípios próximos uns dos outros e de localização central. Começamos pela Zona da Mata (antiga): hoje essa região vive o fenômeno da cultura da cana-deaçúcar, fator marcante desde a época da colonização no mercado de escravos e consequente exploração dos mesmos.

Na primeira viagem fomos até Marechal Deodoro, cidade histórica e muito antiga, sendo por vários anos a sede da comarca das Alagoas, quando a mesma ainda pertencia a Pernambuco. Marechal Deodoro encontra-se na região lagunar e é ligada a Maceió pela rodovia estadual Divaldo Suruagy. A segunda viagem levou-nos a Palmeira dos Índios, cidade onde viveu Graciliano Ramos, situada no agreste alagoano, ligada à capital pela rodovia BR-316, tendo algumas cidades como intermediárias. Nosso terceiro deslocamento foi para Pilar, também na região lagunar, mas alcançada pelo ouro lado da lagoa Manguaba, sendo necessário fazermos o percurso pela BR-316 até a Chã do Pilar e depois pela rodovia estadual até chegarmos à sede do município.

Após esta visita, dirigimo-nos ao município de Rio Largo, que também faz parte da zona canavieira, parque açucareiro e por excelência uma área onde a escravidão se desenvolveu com muita intensidade, mesmo sendo próximo da capital, onde as idéias de abolição chegaram mais rápido. Embora não fizesse parte da relação das 28 cidades catalogadas, fizemos outra viagem a Santa Luzia do Norte, devido à sua importância e pelo fato de Rio Largo ter pertencido a esse município. É também uma cidade situada às margens da lagoa Mundau, a qual encontra-se do lado oposto a Maceió.

Já na quinta viagem escolhemos Atalaia, berço da resistência antiabolicionista, cidade edificada com o objetivo de destruir os quilombos; é ligada a Maceió pela BR-316 e distante noventa quilômetros. Na sexta viagem elaboramos um roteiro com destino a União dos Palmares, de onde partimos para mais duas cidades que ficam em um raio de influência de União, em região canavieira e progressista, fronteira com o estado de Pernambuco, de prática escravagista marcante, junto com União dos Palmares; na mesma viagem, visitamos Murici e São José da Lage. Em seguida, fomos para Viçosa, abrangendo também quebrângulo e Anadia, pois seríamos beneficiados em muito pela economia de recursos e de tempo, tendo em vista que nessas cidades não existem facilidades de transportes coletivos e entre elas circulam carros de feira, que muito nos ajudaram na execução do nosso trabalho.

Faltava, ainda, uma viagem para a região do litoral norte do estado, porém tivemos de fazer dois deslocamentos, sendo um para São Luís do Quitunde, da qual voltamos no

mesmo dia, e outro para Porto Calvo, pólo da região, bem como para Maragogi e Porto de Pedras.

Terminada a cobertura da região da mata, partimos para a do baixo São Francisco, onde fizemos uma viagem a Penedo, Piaçabussu e Porto Real do Colégio. Nesta também precisamos fazer duas viagens, em função do desencontro de transportes na área. Na região dos Tabuleiros cobrimos duas cidades importantes: Coruripe e São Miguel dos Campos, onde foi feito levantamento em um único percurso, já que eram próximas e havia facilidades de locomoção.

Para o Sertão foram feitas duas viagens de longa duração: uma para a região de Água Branca, Mata Grande e Piranhas, na qual sentimos as maiores dificuldades pelo fato de não existir um serviço de transportes coletivos ligando as três cidades, que são distantes entre si e com estradas de barro, dificultando ainda mais o acesso; a outra destinou-se a Santana do Ipanema e, conseqüentemente, a Pão de Açúcar, estando uma na parte central do sertão alagoano e a outra no sertão do São Francisco; esta foi uma viagem longa, pois no trecho Maceió—Santana o ônibus levou seis horas, e de Santana a Pão de Açúcar mais duas horas. Já de Santana a Maceió fizemos três conexões: uma para Olho D'Água das Flores, outra para Arapiraca e desta para Maceió, gastando-se em todas cerca de oito horas. Faltaram, ainda, as cidades de Traipu e Limoeiro de Anadia, devido à falta de recursos.

As razões das visitas foram as seguintes: levantamento de documentos sobre a escravidão; reconhecimento de áreas escravagistas; constatação das condições dos documentos; mapeamento das cidades onde encontramos documentos; mapeamento das cidades onde não foram encontrados documentos referentes ao tema proposto; mapeamento dos roteiros rodoviários. Os informantes aventados foram os proprietários de cartórios, os prefeitos, os presidentes da Câmara de Vereadores e os responsáveis pelas igrejas e pelos museus.

Foram preenchidos 15 questionários, número considerado pequeno, apesar de muitos cartórios terem destruído sua documentação. Outro fator que contribuiu para a pequena quantidade de questionários foi a falta de informação das igrejas; segundo dados estatísticos, não consta a especificação de cor em seus documentos, daí não termos condições de saber se possuíam ou não acervo sobre o negro.

De modo geral, o levantamento foi realizado com certa facilidade, sendo detectato, em alguns casos, o desconhecimento de alguns informantes. Porém, com um pouco de tato de nossa parte, sempre que possível, conseguimos as informações necessárias. Embora as dificuldades no recolhimento das informações tivessem sido poucas, tivemos muitos problemas nos deslocamentos, nos pernoites e até no envio de documentos pelos correios, pois os funcionários exigiam uma embalagem especial e diziam que não seriam responsabilizados por possíveis danos.

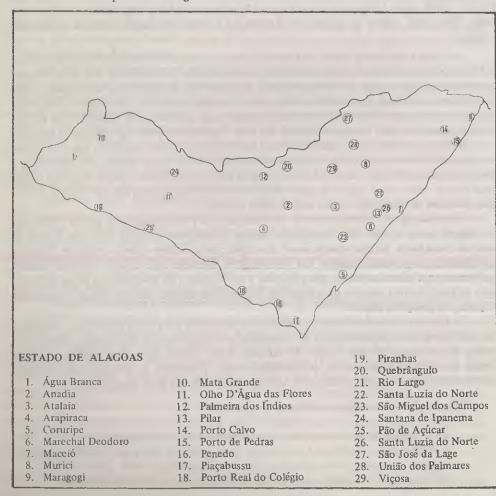
O acervo encontrado nas diversas cidades acham-se em estado deplorável, organizados da forma mais rudimentar ou até colocados em depósitos das prefeituras, embaixo de caixas da merenda escolar, ração de animais, entre outros casos. Em algumas cidades fomos procurados pelos donos de cartórios com o propósito de remeter todos aqueles documentos para a capital, pois eles se sentiam incapacitados para preservá-los.

No global, nossas impressões foram as seguintes:

- a escravidão ocorreu com maior intensidade na Zona da Mata;
- o Sertão pouco influiu na escravidão, pois o uso da terra era voltado para a pecuária;
- nossas autoridades nunca se lembram de que houve escravos em Alagoas;

- muitos donos de cartórios não entendem a lei de Rui Barbosa e queimam grande parte de documentos;
- muitos donos de cartórios desconhecem esse tema e, conseqüentemente, a existência de documentos.

Durante a cobertura das cidades citadas, encontramos algumas dificuldades e, também, muitas alegrias. Recebemos inestimável apoio de inúmeras pessoas e instituições, sendo impossível citar todas. Pedimos desculpas antecipadas às que porventura omitimos e agradecemos a preciosa colaboração do Dr. Moacir Medeiros de Sant'Ana, diretor do Arquivo Público; Prof. Medeiros Neto, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; Dr. Volnei Leite, da Loja Maçônica Paz e Bondade; Sra. Cacilda Damascena, do Cartório de Piranhas; Dr. Luís de Barros Torres, do Museu Xucurus de Palmeira dos Índios; Sra. Eulalice, do Cartório do 5º Ofício de Marechal Deodoro; Dom Otávio Aguiar, da Arquidiocese de Maceió; Sr. Aluísio Lopes, do Cartório de Atalaia; Delegado de Polícia de Santana do Ipanema; Rev. Rosevaldo Caldeira, da Paróquia de Água Branca; e Secretaria de Cultura e Esportes de Alagoas.



AMAZONAS

Maria Lenir Orau Fonseca Feitosa

O projeto Guia de África, desenvolvido pelo Arquivo Nacional, estabeleceu alguns critérios para o seu desenvolvimento em nosso estado. De início, foram visitadas, pelo monitor, as entidades listadas como participantes do projeto, a saber: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (CEDEAM); Associação Comercial do Amazonas; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; Biblioteca Pública do Amazonas; Biblioteca Central da Universidade do Amazonas; Departamento de História da Universidade do Amazonas; Superintendência Cultural do Amazonas; e Secretaria da Educação e Cultura e Movimento Amazonese de Negros. No entanto, essas visitas não obtiveram um resultado positivo. Assim, depois da reunião mantida em junho, no Arquivo Nacional, estabelecemos outro roteiro para a pesquisa, que passamos a relatar conforme os itens estabelecidos.

1 - Roteiro dos membros da equipe

Começamos os trabalhos no próprio Arquivo Público do Estado, sobre os diversos manuscritos de seu acervo, os quais jamais haviam sido pesquisados. Envolvemos nessa tarefa, dez funcionários do Arquivo, além dos que foram contratados pela Associação dos Arquivistas Brasileiros. Esses manuscritos foram divididos pelos fundos que os geraram; em seguida, procedeu-se a uma relação que serviu de guia para todo o trabalho, sendo levantados mais de 19 fundos sobre o assunto do projeto. Paralelamente, realizaram-se pesquisas nas entidades estabelecidas, ou seja, Arquidiocese, Cartório Caminha, Cartório do 1º Ofício, Tribunal de Justiça, cemitérios, 1º Seção do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, hospício, penitenciária, leprosário, hospitais (Santa Casa e Beneficente Portugue-sa), escolas, clubes, jornais, igrejas, Instituto Médico Legal, Arquivo da Prefeitura, Federação das Indústrias, Junta Comercial, teatro, Correios, bancos, e, no interior, em coletorias, delegacias, cartórios, igrejas e prefeituras.

2 — Municípios visitados

Os municípios foram escolhidos em razão do maior número de concentração de escravos. Contudo, nada foi acrescentado para o projeto, pois as entidades visitadas no interior não possuíam documentos relativos ao assunto ou dispunham apenas de impressos já conhecidos na História da Abolição.

As visitas ocorreram nos municípios de Tefé, Barcelos, Silves, Borba, Itacoatiara e Manicoré.

3 - Informantes

Já selecionamos as entidades aventadas e conformadas. Quanto aos particulares, os visitados foram: Robério Braga (advogado, historiador e escritor), Mário Ypiranga Monteiro (historiador e escritor), Pedro Pessoa de Araújo (advogado e pesquisador), Marita Monteiro (advogada, historiadora e escritora), Oyama Ituassu (advogado e escritor), Antônio Souto Loureiro (médico e históriador), Jaime Pereira (advogado e escritor) e dona Lourdinha (filha de escravos).

Foram enviadas correspondências, explicando a importância do projeto, acompanhadas de ofício em que se solicitava cooperação. Dentre os relacionados, confirmaram suas colaborações com documentos apenas o Arquivo Público do Estado, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, e Mário Ypiranga Monteiro. Os outros, embora confirmassem sua participação, não possuíam documentos (manuscritos) relativos ao projeto.

4 – Questionários preenchidos e avaliados

Foram preenchidos 3 questionários, sendo 1 do IGHA, 1 do Arquivo Público do Estado do Amazonas e 1 privado.

O que se avaliou em termos de documentação é que toda ela se encontra em péssimo estado de conservação e não existe qualquer norma para identificá-la, uma vez que só com o projeto foi pesquisada e analisada. Partindo-se daí, começaram os trabalhos de classificação de manuscritos. Vale ressaitar que a documentação pertencente ao IHGA se encontra totalmente catalogada.

5 - Estratégias de abordagem e levantamento

De início foram enviados ofícios às entidades que porventura possuíssem documentos sobre o assunto, explicando a iniciativa do projeto, sua finalidade etc. Em virtude da ausência de resposta, o monitor passou a ir diretamente aos locais.

Em todas as entidades visitadas, o monitor levava uma carta de apresentação do diretor do Arquivo Público, bem como uma nota explicativa sobre o projeto. Em seguida, vezes conseguiu-se chegar aos documentos, mas outras vezes foram colocadas diversas dificuldades.

O levantamento era feito diretamente nos documentos. Porém, de todos os documentos pesquisados, além dos do Arquivo, nenhum mencionava o assunto. Apenas o Cartório Caminha e do 1.º Ofício possuíam essa documentação, mas o monitor não pôde ter acesso a ela.

Foram muitas as dificuldades encontradas, pois não houve apoio dos dirigentes maiores do estado. Algumas vezes não fomos sequer recebidos, como no caso do vigário da Igreja Matriz, que nem nos deixou explicar a finalidade do projeto. Outras vezes, porém, nossa pesquisa foi até facilitada, mas infelizmente nada foi encontrado. Além disso, havia problemas de transporte, para a nossa locomoção.

Vale ressaltar que por parte do Secretário de Administração, Dr. Alfredo Nascimento, não houve qualquer impedimento, concedendo inclusive horas extras a todos que participavam do trabalho de pesquisa.

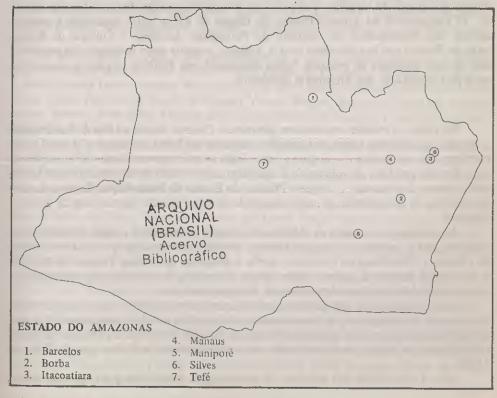
6 – Preservação do acervo

De modo geral, avaliou-se que o estado de conservação de todos os acervos visitados é péssimo. À exceção do acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, que se encontra bem trabalhado, os demais necessitam urgentemente de um tratamento de preservação, pois não existe qualquer tratamento específico para eles, o que torna urgente o estabelecimento de uma política de conservação.

7 — Impressões gerais

Considerando o objetivo da pesquisa, chegou-se à conclusão de que não se conseguiu realizar um trabalho produtivo, em virtude das dificuldades encontradas. Na realidade, bem pouco conseguimos levantar sobre a escravidão, o que é lamentável, pois a documentação existente encontra-se guardada em arquivos e bibliotecas particulares, sem acesso ao domínio público.

Apesar disso, queremos agradecer à Associação dos Arquivistas Brasileiros, que através da Fundação Ford custeou a pesquisa em nosso Estado, ao secretário de Estado da Administração, Dr. Alfredo Nascimento, pelo apoio concedido, a todos os funcionários do Departamento de Arquivo Público do Estado do Amazonas pela boa vontade em selecionar documentos para o bom andamento de nossos trabalhos, particularmente à bibliotecária Dayse Enne Botelho, ao Sr. Adalberto Abreu, pelo trabalho de relacionar todos os manuscritos existentes no Arquivo para uma posterior classificação.



Humberto Argollo

Introdução

O trabalho relativo ao Guia de África, na Bahia, foi penoso e empolgante — penoso porque o grupo constituído possuía origens, formação e concepções arquivísticas diferentes; empolgante por se tratar de uma nova pesquisa, com a qual todos se sentiram envolvidos. Sob a coordenação da Dra. Isa Miriam Bittencourt Poupard, a orientação da Prof. Maria do Perpétuo Socorro Silva Reis e o comando da diretora Consuelo Pondé de Sena, formou-se o grupo de trabalho, composto de 29 membros, assim distribuídos: um monitor, 13 funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, entre arquivistas e pesquisadores, oito funcionários do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, órgão do Estado que em convênio com o Arquivo, realizou todo o trabalho da pesquisa, além de oito auxiliares de pesquisa, todos diplomados em História, seis dos quais contratados pela Associação dos Arquivistas Brasileiros.

De início, o trabalho mostrou-se gigantesco. Quando fomos ao Rio de Janeiro para a reunião dos representantes dos arquivos estaduais do Brasil, sentimos o quanto nosso problema era momentoso — enquanto os colegas se encontravam diante de situações as mais diversas por falta de volume de documentos, nós estávamos às voltas com um verdadeiro oceano documental: o Arquivo Público do Estado da Bahia dispõe de cerca de oito quilômetros de documentos, o maior acervo do Brasil, superado apenas pelo do Arquivo Nacional.

Ao voltarmos, traçamos os objetivos, as metas e os caminhos a seguir e distribuímos a equipe para o trabalho no Arquivo Público, dividida em oito subgrupos, a saber: Senado da Câmara e Presidência da Província, chefia e delegacias de Polícia, Tribunal de Relação e Assembléia Provincial, ordens régias, Seção Judiciária, documentos não identificados, levantamento bibliográfico e levantamento dos pesquisadores.

Cada subgrupo dos seis primeiros relacionados correspondeu a um núcleo ou seção documental. Os subgrupos do levantamento bibliográfico e o do levantamento dos pesquisadores destinaram-se a fornecer subsídios ao Guia de Fontes para a História da Escravidão Negra na Nahia; os demais estiveram exclusivamente voltados para o Guia de África.

Após a contratação dos auxiliares de pesquisa pela Associação dos Arquivistas Brasi-

leiros, passamos a trabalhar conjuntamente a documentação do APEB e a dos arquivos existentes na cidade de Salvador: o arquivo da Cúria Metropolitana, os arquivos dos conventos e das ordens terceiras, das sociedades privadas e dos arquivos públicos, como o da Polícia Militar e do Asilo Dom Pedro II. Ao mesmo tempo, o monitor, a coordenação e a diretoria planejavem o alargamento do trabalho no interior do estado, conforme orientação do Arquivo Nacional.

Feito todo o levantamento das cidades históricas que em meados do século XIX eram municípios, tínhamos duas tarefas a empreender: participar do projeto do Guia de África e elaborar o Guia de Fontes para a História da Escravidão Negra na Bahia. Enquanto o subgrupo dos estagiários era responsável pelo primeiro, assessorado pelos funcionários do IPAC, os demais subgrupos dividiam-se nas duas tarefas. Na verdade, o do Guia da Bahia, só iria ser levado a efeito em 1988, após a conclusão dos trabalhos orientados e empreendidos pelo Arquivo Nacional.

Etapas do trabalho

Conforme mencionamos, o grupo de trabalho do Guia de África foi dividido em oito subgrupos, seis dos quais realizariam o levantamento do acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia. Esses subgrupos eram formados pelos funcionários do próprio APEB. Contratados os ausiliares de pesquisa, passou-se a fazer a coleta de dados nos arquivos diversos da cidade do Salvador, particulares e públicos, de pessoas físicas e jurídicas. Um terceiro subgrupo trabalharia com fontes secundárias e com toda a pesquisa realizada no Arquivo Público. Os funcionários do IPAC participaram de todos os subgrupos constituídos.

Os funcionários do APEB que participaram do grupo de trabalho do Guia de África foram: Germínia Maria Bacelar Silveira, Gilnar Ramos de Cerqueira, Humberto de Argollo, Maria Ângela Duarte Pereira, Marlene Assis de Deus Moreira, Mírian Galvão Gonçalves Lemos, Neide Ferreira de Souza, Raimunda Vicente Borges, Rita de Cássia Leal, Rosaly Vicente Pereira, Stela Dalva Teixeira Silva, Tereza Maria dos Santos e Terezinha de Carvalho Bonfim Filgueiras.

Os do IPAC, por sua vez, foram: Alberto Pimentel Carletto, Lygia Maria Alcântara Wanderley, Maria da Conceição Costa e Silva, Maria do Rosário Galvão Martins da Silva, Maria Eunísia Bressi, Sônia Maria de Couto Jonas, Suely Nogueira do Bonfim e Tomásia Maria Azevedo V. de Oliveira.

No grupo de estagiários, tiveram participação: Ana Paula Meira da Costa, Cecília Maria Ribeiro da Silva, Déborah Kelman de Lima, Jorge Vicente Mamédio da Silva, Lúcia Sodré de Brito, Milena Silva Ribeiro, Rute Silva da Cruz e Virgínia Lúcia Lima Porto. As auxiliares Ana Paula e Rute foram contratadas por uma empresa do Pólo Petroquímico com base na lei Sarney.

As etapas foram vencidas com mais rapidez do que se esperava, pois faltou colaboração por parte de algumas entidades, enquanto outras não dispunham do devido acervo documental porque este fora recolhido a sua matriz, em outros estados (é o caso de algumas ordens religiosas) e destruído pelo tempo ou danificado pela falta de restauração e pelo descaso. Em outubro estávamos em fase de conclusão das visitas na cidade do Salvador, restando apenas algumas entidades, como o Convento de São Bento, que exigiam interferência do prestígio pessoal da diretora do APEB, Prof. Consuelo Pondé de Sena, para permitir a realização do nosso trabalho.

Municípios visitados

Findo o trabalho mais volumoso na cidade do Salvador, iniciamos a etapa de visitas ao interior, baseados no mapa anexo e no planejamento aprovado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, em nome da qual foi levantado o total dos custos das viagens. Nosso critério de escolha baseou-se em todas as cidades terem formação histórica anterior ao ano de 1888, facilidade de acesso, infraestrutura hoteleira e maior proximidade de Salvador. Assim, selecionamos, no primeiro planejamento, as de Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, Maragogipe, Feira de Santana, Castro Alves, Cairu, Maraú, Nazaré, Jaguaripe, Itaparica e Irará, as quais compõem o Recôncavo e outras zonas fisiográficas da Bahia. Além dessas, optamos por cidades mais distantes, porém representativas do ciclo do ouro e da mineração na história da Bahia, ou seja, Lençóis, Jacobina, Rio de Contas, Livramento, Andaraí e Mucujê. Por último, escolhemos Ilhéus, Canavieiras, Porto Seguro e Alcobaça por serem cidades ligadas ao ciclo do cacau e de valor histórico indiscutível. Em um segundo planejamento, quando foi prorrogado o prazo de encerramento da pesquisa, entraram Joazeiro e Bonfim, entre outras.

Os resultados não foram os mais promissores. Sempre contamos com os cartórios e os tabelionatos, mas encontramos algumas dificuldades com os arquivos eclesiásticos e empecilhos inimagináveis com os prefeitos. Estes, quando não se negavam a nos receber, faziam-no de má vontade ou mandavam dizer que o arquivo fora "queimado numa bonita fogueira em praça pública"; palavras da secretária da prefeita de Rio Real, quando procurada pelo monitor do projeto. Diversas vezes confundiram-nos com fiscais da receita e nos tomavam como devassadores de seus arquivos. Alguns, desconfiadamente, informavam que o arquivo havia sido queimado, sem saber explicar os motivos. Nem mesmo com a divulgação através da imprensa e das emissoras de rádio e televisão esse atendimento melhorou. Recorremos à União dos Prefeitos da Bahia e só agora, no final dos trabalhos, obtivemos algum progresso.

Universo dos informantes

Nosso planejamento visava aos informantes de conhecida participação em movimentos e momentos históricos ligados ao tema, bem como a relação entre a organização e a importância de seu arquivo. Assim, elegemos o Arquivo da Prefeitura Municipal do Salvador como o mais considerável, depois do Arquivo do Estado. No campo institucional das pessoas jurídicas privadas, destacamos a Santa Casa de Misericórdia e, em seguida, o Arquivo da Cúria Metropolitana, como repositório de toda a documentação da Igreja Católica, bem como a Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma organização de negros cujas origens remontam ao século XIX e que participou ativamente das lutas pela libertação do elemento escravizado. O Arquivo da Polícia Militar, entre os arquivos públicos estaduais, seria um dos mais importantes em função de seu valor histórico, do volume de sua massa fundamental e da provável organização e conservação de seu acervo. As ordens religiosas, por sua vez, são riquíssimas devido a sua participação na vida da Colônia e do Império.

O Arquivo da Prefeitura de Salvador, apesar de ter participado da organização da campanha e ter sido eleito membro da grande comissão organizadora do projeto, preferiu trabalhar de forma isolada e remeter seus questionários diretamente ao Arquivo Nacional, sem nosso conhecimento. Embora a Santa Casa de Misericórdia tenha feito o mesmo, a arquivista Neusa Esteves, por ser funcionária do APEB, deu-nos ciência do fato e o Arquivo Nacional enviou-nos uma cópia.

A Sociedade Protetora dos Desvalidos criou grandes dificuldades de acesso a seu arquivo: a pesquisadora Maria da Conceição Costa e Silva só podia consultar a documentação na presença de um dos diretores, num autêntico ato de desconfiança e desrespeito à lisura e seriedade do trabalho; muito difícil fazer-se seu questionário e não tão rico, como era de se esperar, seu acervo.

O Arquivo da Polícia está maltratado, praticamente abandonado e carece de organização. Não houve boa vontade por parte dos militares subalternos, e a conservação de sua massa documental deixa a desejar. Quanto às ordens religiosas, a maioria transferiu para suas sedes provinciais o principal acervo de seus arquivo, só restando o Convento de São Bento e as ordens terceiras de São Domingos, de São Francisco e do Carmo.

Ouestionários

São cerca de setenta questionários preenchidos pelos pesquisadores da Bahia. Totalizam mais de três mil metros de documentos levantados nessas pesquisas, tanto do Arquivo do Estado quanto de entidades públicas e privadas.

Já apontamos a dificuldade de preenchimento devido a sua meticulosidade e detalhe de anotações.

Estratégias adotadas

As estratégias de abordagem e levantamento nem sempre tiveram êxito, pois esbarravam na falta de conscientização de alguns quanto ao valor do documento, que consideravam 'papel velho' e no desinteresse e má vontade de muitos. Normalmente, procurava-se incentivar o valor histório do documento e a proximidade do centenário da abolição da escravatura. Apelava-se, também, para o slogan "nossa História está em suas mãos". Vamor refazê-la. Como? Levando-nos às fontes, aos arquivos onde se encontram os documentos raros e desconhecidos. Aí surgiram as escamotações: "Não sabemos da existência de nenhum documento do tempo da escravidão"; "Os documentos foram incendiados"; "A Igreja não teve escravos" (afirmação de uma religiosa); "O governo não ajuda a manter essa documentação". Além desses impedimentos, havia uma crassa ignorância a respeito do próprio acervo, de seu histórico, de como e quando foi colocado sob a guarda da instituição.

Dificuldades encontradas

As dificuldades não foram apenas as já apontadas. Em Maragogipe, por exemplo, o prefeito não nos recebeu, como, de regra, vários outros; além disso, nossa carta de apresentação simplesmente desapareceu de seu gabinete. Em Canavieiras, um servidor da Justiça, responsável por um cartório, desrespeitou o nosso pesquisador, desacreditando na credencial que levava e afirmando que qualquer um podia 'arranjar' um papel daquele. Recusou-se a aceitar qualquer explicação e negou-se a franquear-lhe os documentos do cartório. A hostilidade chegou a um nível de tal forma insuportável que nosso colega viu-se na contingência de comunicar às diversas pessoas que sua segurança estava ameaçada.

Visão geral dos arquivos

O próprio APEB não tem todo o seu acervo preservado. A administração passada Arq. M Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

descurou-se das mais elementares medidas de preservação, enquanto procurava alocar recursos para implantar os serviços de microfilmagem. Não conseguiu o mais acessível nem obteve o mais sofisticado. Desse modo, boa parte do acervo do APEB aguarda as verbas solicitadas pela atual administração a fim de recuperar a seção de restauração, com sérios riscos para um grande volume de documentos que não podem ser consultados

sob pena de se perderem para sempre.

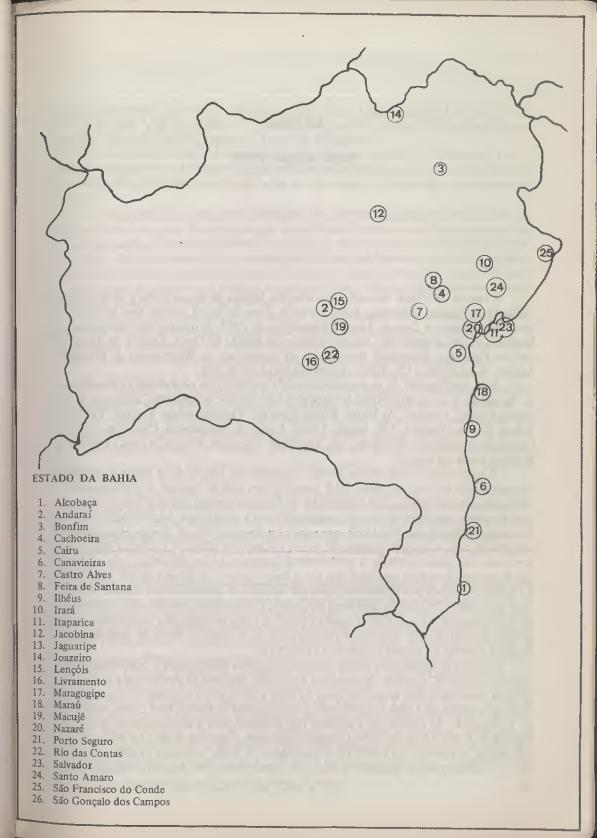
Se é esse o quadro do APEB, que conta com uma equipe de especialistas e técnicos de alto nível, os arquivos do interior clamam por providências imediatas na restauração de seus documentos. Estes são encontrados em sanitários, nos socavãos, nos sótãos, sujeitos à umidade, ao calor insuportável, à água e aos microorganismos. O desconhecimento é tão grande que o tratamento dado aos documentos torna-se o mais criminoso possível. Os documentos não recebem qualquer proteção contra os danos mais simples. Ora percebemos o descaso, ora o propósito de destruir porque os papéis ocupam espaço e exigem tratamento e mão-de-obra. Acenou-se à possibilidade de se estabelecer um convênio com o APEB a fim de treinar pessoal a custo baixo por conta das prefeituras, o que não sensibilizou os responsáveis.

Conclusão

Continuamos a pensar que os políticos não fazem questão de promover a cultura porque esta não lhes dá votos — principalmente o levantamento de fontes primárias. Assistimos ao dispêndio de verbas fabulosas em clubes carnavalescos, trios elétricos, grupos de afoxés, que se preparam para os festejos do primeiro centenário da Lei Áurea, até mesmo negando o seu valor histórico. Estes recebem todo o apoio dos poderes competentes. Não é o caso do Guia de África, da pesquisa, da reciclagem de pessoal, da restauração de documentos; isso não dá voto.

Estamos em ano eleitoral. Precisa-se sensibilizar as massas para problemas palpitantes. Que valor tem o estudo da história de um povo para os políticos pragmáticos, interessados no imediatismo do voto? Depois de eleitos, talvez dêem sua contribuição para a cultura, a pesquisa, o APEB. Mas já não terão passado os festejos do centenário da aboli-

Mesmo assim, algumas pessoas e instituições merecem nosso reconhecimento pela sensibilidade com o nosso trabalho. Agradecemos o apoio de Gílson Mucugê Meireles, funcionário do Estado, fundador do Centro de Cultura e Pesquisa de Cairu; do Prof. Lamartine Augusto Vieira, da cidade de Nazaré; da Sra. Bárbara Lemos Freire, tabeliã de Notas de Maraú; do jornalista Ben Wilson Brito de Souza, correspondente de A Tarde, em Nazaré; do Prof. Adilson, secretário da Cultura do Município de Cachoeira; do Sr. Geraldo Simões, prefeito de Cachoeira; do Sr. Agnaldo Aguiar de Azevedo, tabelião de Andaraí; do Sr. Carlos Alberto Chaves Santos, escrivão de Andaraí; do presidente da União dos Prefeitos da Bahia; do diretor do Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Salvador da Bahia; e do diretor do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.



CEARÁ

Márcio de Souza Porto

A equipe do Ceará, formada pelo monitor Márcio de Souza Porto e os estagiários Cleide Maia Cardoso, Francisco Eldon e Noélia Alves de Sousa, iniciou seus trabalhos de levantamento para o Guia de África em setembro de 1987. As instituições cadastradas em Fortaleza foram as seguintes: Arquivo Público do Estado do Ceará, Arquivo da Arquidiocese de Fortaleza, Irmandade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, Arquivo Boris Frères e Cia. Ltda. e Cemitério São João Batista.

Após confirmação do Arquivo Nacional de que as verbas necessárias ao deslocamento da equipe para os municípios interioranos haviam sido conseguidas, iniciou-se as viagens a Aracati, Limoeiro do Norte, Russas, Quixadá, Quixeramobim, Crateús, Tamboril, Sobral, Granja, Tianguá, Icó, Iguatu, Crato, Lavras da Mangabeira, Camocim, Canindé, Redenção, Guaraciuba do Norte, Ipu, Jaguaribe, Itapipoca, Pereiro, Aquiraz e Boa Viagem (ver mapa em anexo).

Os municípios acima citados foram escolhidos em função de já terem conquistado sua autonomia política no século XIX, constituírem sede de bispado e se destacarem na cultura da cana-de-açúcar e na exploração do trabalho escravo, durante a economia colonial. Devemos ressaltar que nos preocupava bastante a advertência do historiador cearense Raimundo Girão de que "no Ceará, que nunca foi uma negrícia, os desejos emancipadores coincidiam com a maneira mesma de serem tratados os cativos: 'é preciso deixar bem acentuado que muito embora a crudelíssima disciplina da família antiga, que penetrava até as escolas, o escravo do Ceará não era o mesmo mártir da lavoura do Sul. Não conhecia o eito e a senzala dos latifúndios; fazia tão somente de doméstico em contato imediato com seu senhor. Os homens ajudavam no campo, e as mulheres, debaixo do mesmo tecto, faziam o menage e à conta delas estava a cozinha, cargo de confiança, entendendo com o preparo do pão do qual depende a vida ou pode vir a morte' — escreveu João Brígido". Pequena História do Ceará (Fortaleza, 1953) 253 p.

Do total de municípios foram aventados sessenta informantes e confirmados entre quarenta cartôrios, arquivos de paróquias e dioceses, arquivos de prefeituras e arquivos de câmaras municipais, Em relação ao tema do Guia a maior parte da massa documental existente no interior do Ceará foi preservada pelos arquivos cartoriais, bem como pelas dioceses e paróquias. As prefeituras e câmaras não possuem mais a documentação dos séculos XVIII e XIX, salvo raras exceções (Limoeiro do Norte, Camocim e Ipu). Os motivos alegados para a inexistência da referida documentação vão desde incêndios e enchentes ao descaso de administrações passadas quanto aos documentos. No Arquivo Público há uma

pequena quantidade de pacotes referentes às câmaras de Aracati, Russas, Quixadá, Canindé, Quiraz, Boa Viagem, Cascavel, Camocim, Ipu, Ipueiras, Granja, Icó, Independência, Arneiroz, Itapipoca, Jardim, Milagres e Lavras da Mangabeira.

Não poderíamos deixar de apontar que a prática coronelista, o clientelismo, a ignorância, o pauperismo e a marginalização política, econômica e cultural contribuíram de forma inquestionável para a realidade atual no que tange à conservação de documentos públicos.

Ao chegarmos aos municípios escolhidos, buscávamos as paróquias ou dioceses e os cartórios existentes, pois tínhamos noção de que nesses lugares encontraríamos a maioria da documentação necessária ao projeto. Tentávamos, depois, conversar com algum pesquisador local, alguns professores e as pessoas mais idosas, residentes no município visitado, que pudessem fornecer maiores informações sobre a presença do negro no local. Em seguida, visitávamos as prefeituras e câmaras municipais, com o objetivo de termos um levantamento mais completo do universo documental.

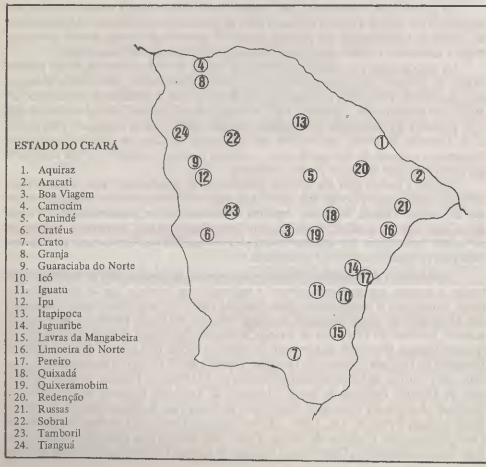
As dificuldades encontradas pela equipe foram inúmeras. As distâncias de alguns municípios em relação à capital chegam a mais de quinhentos quilômetros. Algumas estradas estaduais encontram-se em péssimo estado de conservação, o que tornou as viagens longas e cansativas, e alguns hotéis ofereciam as piores condições de hospedagem.

Os responsáveis por algumas instituições, apesar de toda a divulgação do projeto através da televisão, não compreenderam o objetivo do trabalho, provocando situações constrangedoras. Foi o caso do município de Russas, onde o tabelião do Cartório do 2º Ofício não permitiu que a pesquisa fosse realizada em seu acervo, sob o pretexto de que "não precisava ser fiscalizado por ninguém que não fosse o juiz da comarca", e do prefeito de Limoeiro do Norte, que pensava que estávamos em busca de recursos financeiros. Deixamos o material de divulgação com o referido prefeito e somente no dia seguinte é que ele foi entender do que se tratava realmente.

Quanto à preservação dos acervos, gostaríamos de parabenizar, aqui, a maioria dos cartórios, paróquias e dioceses que deram aos respectivos documentos (inventários, escritura de compra e venda, hipotecas, registros de batismo, óbitos, casamentos etc.) o tratamento que lhes foi possível. A maior parte dessa documentação entontra-se organizada por ordem cronológica. Em algumas instituições foi sugerida pela equipe uma série de medidas para facilitar o trabalho de preservação.

Gostaríamos de manifestar nossos mais sinceros agradecimentos às seguintes instituções e pessoas que tornaram possível a realização das tarefas e que de uma forma ou outra, permitiram o levantamento desse material tão rico e importante para a reconstrução da história da escravidão negra no nosso Estado e no Brasil: Prefeitura Municipal de Aracati; Cartório do 1º Ofício de Aracati; Biblioteca Municipal de Aracati; Paróquia de Aracati; Câmara Municipal de Limoeiro do Norte; Diocese de Limoeiro do Norte; Museu Histórico de Quixadá; Diocese de Quixadá; Cartório do 2º Ofício de Quxeramobim; Cartório do 1º Ofício de Quixeramobim; Cartório do 1º Ofício de Crateús; Arquivo da Paróquia de Crateús; Paróquia de Santo Anastácio de Tamboril; Cartório do 1º Ofício de Tamboril; Arquivo da Irmandade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza; Arquivo Boris Frères & Cia. Ltda., da Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará; Cartório do 3º Ofício de Sobral; Padre João Mendes Lira (Sobral); Cemitério São João Batista (Fortaleza); Cartório do 1º Ofício de Gran-

ja; Diocese de Tianguá; Cartório do 1º Ofício de Icó; Cartório do 2º Ofício de Icó; Cartório do 2º Ofício de Iguatu; Diocese de Iguatu; Diocese de Sobral; Diocese de Crato; Cartório do 2º Ofício de Crato; Cartório do 5º Ofício de Crato; Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes de Camocim; Câmara Municipal de Camocim; Sr. Otávio de Santana, secretário de Administração da Prefeitura de Camocim; Cartório do 1.º Ofício de Canindé; Paróquia de São Francisco das Chagas de Canindé; Cartório do 1º Ofício de Redenção; Cartório do 2º Ofício de Guaraciaba do Norte; Cartório do 1º Ofício de Ipu; Cartório do 2º Ofício de Ipu; Arquivo da Prefeitura Municipal de Ipu; Cartório do 1º Ofício de Jaguaribe; Arquivo da Diocese de Itapipoca; Professor Francisco Danivo de Sousa (Itapipoca); Hemeroteca da Biblioteca Central da Universidade do Vale do Acaraú (Sobral): Prefeitura Municipal de Icó; Sr. Miguel Porfírio de Lima, diretor do Departamento de Educação e Cultura de Icó; Cartório Queiroz, 1º Ofício de Aquiraz; Cartório Florêncio, 2º Ofício de Aquiraz; Paróquia de N. Sa. da Boa Viagem; Sr. Celso Góes de Almeida, da Secretaria de Cultura e Turismo de Canindé; Biblioteca Cruz Filho, de Canindé; Carlos Alberto Pinho Pereira Valente (Sobral); Arquivo da Arquidiocese de Fortaleza; Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará; Arquivo Público do Estado do Ceará; Sr. Francisco Magalhães Karam (Canindé).



DISTRITO FEDERAL / GOIÁS

Luiz Carlos Lopes

O início dos trabalhos do projeto Guia de África em Goiás e no Distrito Federal beneficiou-se do fato de já existir um levantamento prévio das datas de criação dos municípios goianos, delimitadas em texto e em mapa específico. Foi possível ir além desses limites originais, chegando-se a cidades fora da proposta inicial. Na etapa final dos trabalhos, alcançou-se, por exemplo, Porto Nacional, localizada a mil quilômetros de Brasília. A cidade mineira de Paracatu foi visitada de acordo com o acerto prévio feito entre a monitoria responsável por este trabalho e por Minas Gerais.

Os primeiros resultados do projeto Guia Preliminar de Fontes para a História de Brasília, que mapeou alguns arquivos da capital federal possuidores de acervos referentes à escravidão, bem como as vinculações do Arquivo Público do Distrito Federal com a comunidade arquivística brasiliense e goiana, facilitaram a localização e o acesso às informações desejadas. A contribuição dos técnicos do Arquivo Nacional, sugerindo visitas a determinados órgãos situados em Brasília, também foi fundamental.

A participação do ArPDF no levantamento dos arquivos de Goiás deu-se por indicação da professora Marilda de Godói Carvalho, diretora do Arquivo Histórico de Goiás, que proporcionou todo o apoio técnico necessário à realização dos trabalhos em seu estado.

O Superintendente do ArPDF, Walter Albuquerque Mello, um dos entusiastas desta pesquisa desde a sua proposição, designou Luís Carlos Lopes, gerente de pesquisa do mesmo órgão, para monitorá-lo. Substituiu o monitor com proficiência, entre setembro e outubro de 1987, a funcionária do ArPDF, Lúcia M. Alheiro da S. Rosa. Carlos Ferreira da Silva, Paula F. Costa da Silva e Carlos Roberto Bergamaschi prestaram serviços na qualidade de auxiliares de pesquisa.

A partir dos dados preexistentes sobre o universo da pesquisa, o monitor e seus auxiliares traçaram um plano de trabalho, adaptado às novas situações encontradas nas visi-

Em primeiro lugar, constatou-se a insuficiência dos dados preliminares e a necessidade de aprofundá-los para que se estabelecesse o universo com maior precisão e se fizes-sem os contatos iniciais. Com esse intuito, foram visitadas a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros e a representação do governo do estado de Goiás. Nestes locais foram obtidas listas de endereços e outros detalhes sobre as prefeituras e igrejas. Enviaram-se cartas às dioceses e prefeituras, preparando a chegada dos auxiliares a cada região, sendo que o índice de respostas a elas foi quase nulo. Segundo constatação dos auxiliares, serviram apenas para formalizar as visitas, juntamente com as cartas de apresentação.

Brasília foi escolhida como experiência-piloto para o desdobramento da pesquisa e o treinamento inicial dos auxiliares. Posteriormente, a cidade de Luziânia, próxima à capital federal, foi usada como laboratório das possíveis dificuldades encontradas em municípios interioranos.

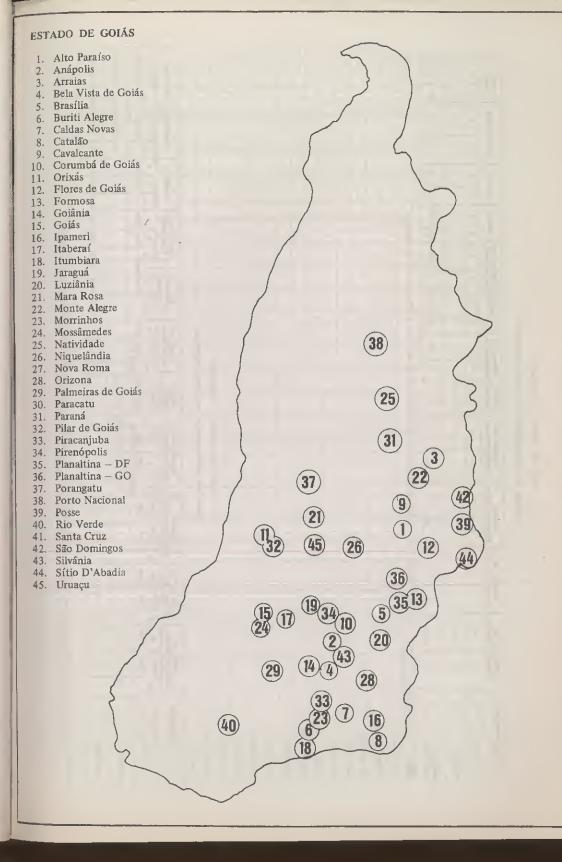
A ida aos municípios goianos realizou-se de acordo com a programação de roteiros, que incluíram as novas informações trazidas a cada viagem. A tradição oral foi de grande valia para o número de cidades a serem visitadas. Aos poucos, descobriu-se que vários municípios fundados depois de Lei Áurea já existiam, de fato, na época da escravidão. Diversos depoimentos de populares de alguns municípios de Goiás indicaram a existência de acervos, embora nem sempre com muita precisão. Alguns pesquisadores também deram informações importantes e/ou apoiaram a realização dos trabalhos. Dentre eles agradecemos, pelo empenho, aos professores Paulo Bertran e Adalgisa M.V. do Rosário, ambos da Universidade de Brasília.

Visitaram-se 45 cidades, num total de aproximadamente doze mil quilômetros rodados, investigando-se a presença de documentação referente ao tema do projeto. Nas tabelas e quadros, em anexo, estão detalhadas a situação de cada local visitado e a quantidade dos conjuntos de arquivos. Buscou-se o estabelecimento de percentuais que dessem relevo a determinados aspectos dos acervos.

Aplicaram-se formulários em 31 cidades. Em 14 estes não foram utilizados por não terem sido encontrados acervos relativos à temática em questão. Apenas no caso de Nova Roma a não aplicação de formulários deu-se em função da impossibilidade de acesso à documentação lá existente.

A mensuração efetuada nos acervos chegou a 4.021 metros lineares, somando-se os grandes arquivos de Brasília aos dos municípios goianos. É preciso ponderar que, devido à desorganização da maioria dos acervos visitados, foi impossível determinar precisamente as dimensões da documentação relacionada ao tema do projeto.

Por vias transversas, este levantamento detectou a situação arquivística de Brasília e de Goiás, além de demonstrar como são relevantes suas fontes para o estudo da escravidão. Tornou-se claro, no caso dos municípios goianos, que os arquivos dos cartórios e igrejas estão razoavelmente bem preservados. A crise maior encontra-se nos fundos documentais provenientes da administração municipal e da câmara de vereadores; na maioria das cidades, os documentos municipais mais antigos simplesmente, desapareceram. Uma leitura atenta das tabelas em anexo pode trazer inferências sobre a realidade arquivística da região estudada.



GUIA DE ÁFRICA - TABULAÇÃO CIDADES CM QUESTIONÂRIOS APLICADOS (UNIDADES)

TOTAL	- Na	4,24	90 95,72
URAS	op.		O)
IGREJAS MUSEUM: PREFETTURAS (1)	ū		_
EU!:		I,06	2,12
MUS	п	1	CA
REJAS	949		22,34
	n		21
DE COCOLO	d/P		1,06
55	Þ		-
TÓRICS	₫₽.		67,02
CAR	D		63
BANCO CÂNARA DE CARTÓRIOS FA DE CUCULO I	140		1 1,06 63 67,02 1 1,06 21 22,34 2 2,12
CÔMA	n		-
WIKAL	940	1,06	
H H	5	ed .	
ARCUIVO DO ENADO FEDERAL C	s n s n s n s	1 1,06 1 1,06	
ARQUIND DO SENADO FIEDERAL	D	н	
	94		1,06
ARQUIVO MUNICIPAL I	Þ	-	Н
DEOCESE DE GO MINICIPAL DE GO	dP		1 1,06
	D		-
DA	ØP.	1,06	
ARQUITVO CÝMICA DOS D	Ω	1	
INSTITUTOÕES	IDADES	wastla	TMICÍPIOS

NOTA (1) Foram computados tyée maseus: o da Caixa Econôm

GUIA DE ÁFRICA - TABULAÇÃO CIDADES COM QUESTIONÁRICS APLICADOS (ME

		COOL GERM.	268 11,22 6,66 2.387 99,99 59,34	40, 2,44(0,991,390,84 85,11,34,58 14 0,85 0,34 (2,12 5,02 3,04 77,13 4,28 1,74 1634,09 99,96 40,67
	MERES (1,) TODAL GENEL	SP CONT	86,88	96,96
	IODA	Σ	387	34,09
		* 98	66 2.:	74 16
	B (1)	S W S S S S S S S S S S S S S S S S S S	20	ri 80
	MER	* O	8 1	4,
	TO.)E	88	K,
		S S		2,
	KINEDAS	# 8		5,00
	-	Σ		27,28
	DE SOL	ICON CORPL CORPL		0,34
	CASA DE COLLAD	w 8		89
	S S	M TOCH		14 0
		28FM		33,58
	RIOS	ğ		2,17
	CARTÓRIOS			3£
		Σ		33.30
	DE	S S		0,99
	CÂWARA DE VEQUELÂNDIA	<i>∞</i> 8		2,44
	NED			9
		12	. 23	-
	BANCO CENTRAL	- 8	77 2	
	P 6	* 8	3,	
	٠	HONL GERM LICON, GERM.	582 24,38 14,47 30 3,77 2,23	
	DESTA	* 625	14,4	
	ARQUINO DO SENADO FEDERAL	# 15	4,38	
-				
		Ε	582	
	NO BE GO	S. GERML		0,74
	ARQUIVO MUNICIPAL DE	F IOCM		0,42 0,17 30 1,83 0,74
		E		30
	ARQUIVO DA ARQUIVO DIOCRESE DE GO MINICIPAL DE GO	GRWL LCON. GRWL.		0,17
		\$ IOOM		0,42
		Σ		7
	ARCUTVO DA CHWRA DOS IDEUMODS	\$ GRML	35,98	
	A DOS DE	# IOCAL	1.447 60,62 35,98	
	CAME	E	.447	
	INSTITUTÕES	CIDADES		501
	/	DA	PRASTLIA	MUNICÍPIOS
	/	CH	FR	PET.

NOTA (1) O Museu Arqueológico de Santa Cruz possui 70 metros, correspondendo a 4,28% do total local, e 1,73% do total geral. O Museu da Família Pompeu da Souza - Pirenópolis - possui 0,13 metros, correspondendo a 0,01% do total local, e 0,01% do total geral.

ONS: O percentual total local refere-se as duos regiões separadumente.

O percentual total geral refere-se as duas regiões conjuntamente.

					-																-	
INSTITUTORS	CAMPINA DA CAMPINA DE CAMPINA DE LEGUINA DE LIGUIDADE	DA	ARQUINO DA DIOCESE	NO DA	ARQUIVO		ARQUITVO DO SENADO FEDERAL		BANCO	CÂMARA	RA	CARTÓRIOS		CASAS DE CULTURA		IGREIAS		MUSEUS	PREFE	PREFECTIONS	- 12	TOTAL
CIDADES	D	E	Þ	X	3	D	×	Ω	Ξ	Þ	Σ	Ω	E	0 10	n	Ξ	Þ	E	n	E	n	E
PARANA												-	ın								1	5
PILAR DE COLÁS					,																	
PIRACANJUBA			-									2	02		-	-	1,50				m	21,50
PIRENÓPOLIS								-				P)	43		-	4	ref	0,13			เก	47,13
PLANALITINA -IF																_						_
PLANALITINA-GO				-,								23	33								2	33
PORANGATU																						
PORTO INCIGNAL					-							т	218		н	-	9,30				4	227,30
POSSE												rt	14		-	m :					2	17
RIO VERDE						-						1	26								prof.	26
SANTA CRUZ				-								2	10		. 1	1 2	ri .	70			4	32
SÃO DOMUNGOS												9	21		,,	1 2					7	23
SILWÄNIA												2	25		. 1	1 3					6	28
STITIO D'ABADIA												2	18								2	18
URINCU																-	1,62		1		н	1,62
TOTAL GERAL - 45	H	1.447	н	7	1 3(30 1	582	7	90	г	40	63 1	1,390,84	Н	14 21		82,12 3	338,13			94	4,021,09
	1																					

ESPÍRITO SANTO

Rosângela Corrêa Dutra Ribeiro

O Guia de África realizou-se no Espírito Santo no período de junho de 1987 a janeiro de 1988. O Arquivo Público Estadual foi o órgão responsável pela aplicação do questionário referente ao levantamento das fontes arquivísticas e teve como monitora Rosângela Corrêa Dutra Ribeiro, licenciada em História, e como estagiários os estudantes do curso de História Janes de Biase Martins e Suely Maria Bispo dos Santos.

O Espírito Santo constitui-se atualmente de 58 municípios, dos quais 34% foram visitados, a saber: Alegre, Anchieta, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Conceição da Barra, Fundão, Guarapari, Ibiraçu, Linhares, Mimoso do Sul, Muqui, São José do Calçado, São Mateus, Serra, Viana, Vila de Itapemirim, Vila Velha, Vitória, todos com povoação anterior à abolição da escravatura. Embora alguns, à época, ainda não tivessem sido elevados à categoria de município, possuíam documentação relativa à escravidão negra, por nós identificada. Nos municípios de Castelo, Fundão e Muqui não foi encontrada documentação; nos restantes, existem documentos da época, conforme relacionados abaixo, com as respectivas entidades detentoras:

- Alegre: fundado em 1884; Cartório do 1º Ofício, Cartório do 3º Ofício, Cartório gistro Civil e Tabelionato e Casa Paroquial de Alegre.
- Anchieta: fundado em 1761; Cartório 3º Ofício e Cartório Registro Civil e Tabelionato.
- Aracruz: fundado em 1848; Arquivo da Prefeitura Municipal de Aracruz, Cartório 1º Ofício e Cartório 3º Ofício.
- Barra de Itapemirim: Identificado o arquivo particular José Rubens Brumaria.
- Cachoeiro de Itapemirim: fundado em 1867; Cartório 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, Cartório 2º Ofício, Cartório Braga e Paróquia de São Pedro.
- Cariacica: fundado em 1890; Cartório Ronconi.
- Conceição da Barra: fundado em 1833; Cartório 1º Ofício Adolpho Serra e Cartório de Registro Civil.
- Guarapari: fundado em 1878; Cartório Reis Simões e Marina Mazelli de Almeida.
- Ibiraçu: fundado em 1891; Cartório 2º Ofício e Cartório 3º Ofício.
- Linhares: fundado em 1833; Cartório de Registro Civil e Tabelionato.
- Mimoso do Sul: fundado em 1833; Cartório do 1.º Ofício.
- Santa Leopoldina: Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Mangaraí e Cartais de Registro Civil e Tabelionato.

Arq. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

- São José do Calçado: fundado em 1891; Cartório 1º Ofício e Cartório Registro Civil e Tabelionato.
- São Mateus: fundado em 1764; Arquivo da Prefeitura Municipal de São Mateus, Cartório 1º Ofício da Comarca de São Mateus, Cúria Diocesana de São Mateus e Paróquia de São Mateus.
- Serra: fundado em 1833: Cartório Maria José Nascimento Amado.
- Viana: fundado em 1862; Arquivo da Prefeitura Municipal de Viana, Câmara Municipal de Viana e Cartório Nascimento.
- Vila de Itapemirim: fundado em 1816; Cartório Anphilóquio Moreno, Cartório Soares,
 Casa Paroquial de Itapemirim e José Rubens Brumaria.
- Vila Velha: fundado em 1750; Arquivo da Prefeitura Municipal de Vila Velha e Cartório Registro Civil e Tabelionato da Sede do Município de Vila Velha.
- Vitória: fundado em 1823; Arquivo da Assembléia Legislativa, Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória, Arquivo Público Estadual, Arquivo do Tribunal de Justiça, Cartório Castello, 1º Ofício de Notas, Cartório 2º Ofício de Notas, Cartório Sarlo, Cúria Diocesana de Vitória e Museu Solar Monjardim.

Os pesquisadores dirigiam-se às entidades munidos de carta de apresentação do Arquivo Público Estadual, o que normalmente possibilitaria o acesso aos documentos. Algumas entidades, contudo, impunham restrições ao trabalho.

Determinados cartórios particulares só concederam o acesso através da solicitação do desembargador Arione Vasconcelos, enquanto a Diocese de Cachoeiro de Itapemirim simplesmente não permitiu a entrada dos pesquisadores, dizendo não possuir a documentação relativa à escravidão.

A maioria dos acervos não se encontra em bom estado de conservação, havendo inclusive prefeituras que já incineraram os documentos mais antigos e outras que os perderam em enchentes ou devido à falta de local adequado e sucessivas mudanças, entre outros fatores, resultantes do descaso e da insensibilidade da administração pública. Salvo raras exceções, os arquivos não contam com pessoal capacitado, ao qual faltam informações quanto à preservação e tratamento técnico da documentação.

Nas visitas ao interior do estado, foram encontrados objetos e edificações da época da escravidão, como a Fazenda da Prata, em Castelo, que possui um cemitério abandonado, onde, segundo os moradores, também eram enterrados os escravos. Na Fazenda Independência, em Mimoso do Sul, há um oratório que pertenceu a uma escrava. Mas estes casos são cada vez mais raros, pois da mesma forma que os documentos, também grande parte dos objetos foi perdida.

No início da pesquisa foi enviado às prefeituras e cartórios interioranos um ofício solicitando que indicassem a existência de documentos anteriores a 1888. Ao começarmos as viagens ao interior, nenhuma resposta nos fora enviada; contudo, ao voltarmos de São Mateus, onde foi encontrada documentação na prefeitura, cartórios e na igreja local, tomamos ciência da única resposta recebida: era um ofício da Paróquia de São Mateus, informando não possuir documentação referente à escravidão.

Apesar das dificuldades encontratas, o levantamento de fontes arquivísticas capixabas para o Guia de África foi concluído, com a colaboração de Maria Inês Ribeiro Pupa, diretora-geral do Arquivo Público Estadual, Maria Elizabeth Vieira Conte, arquivista do Arquivo Público Estadual, Lúcia Helena Miranda Corrêa, arquivista do Arquivo Público Estadual, Cleber da Silva Maciel, do Departamento de História da UFES, desembargador Arione Vasconcelos, do Tribunal de Justiça, Dulce Campos Cruz e Antônio Aristides Corrêa Dutra.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 1. Alegre 2. Anchieta Aracruz Cachoeira de Itapemirim Cariacica Castelo Conceição da Barra Fundão Guarapari 10. Ibiraçu (18) 11. Linhares 12. Mimoso do Sul 13. Muqui 14. São José do Calçado 15. São Mateus 16. Serra 17. Viana 18. Vila de Itapemirim Vila Velha 20. Vitória

MATO GROSSO

Regina Milhomem de Abreu Balata

A equipe do Guia de África em Mato Grosso, composta pela monitora Regina Milhomem de Abreu Balata e pelas estagiárias Maria Silvia Helena de Lima, Maria de Fátima Petinelli Vieira, Teresa Cristina Amorim Galceram, Ruth Fernandes Beato e Ana Lúcia Milhomem de Abreu, deu início à pesquisa de fontes históricas no estado com a realização de um levantamento das regiões que pudessem possuir documentação relativa ao assunto, focalizando principalmente o período colonial. Como ponto de partida consideraram-se as leis de criação dos municípios, bem como seus aspectos econômicos, ou seja, se o tipo de produção econômica vigente na época exigia utilização de mão-de-obra escrava em larga escala, caso dos grandes proprietários de terras, dos engenhos e da atividade mineradora.

Em seguida, estabeleceram-se contatos com a Prof. Maria de Lourdes Delamônica Freire, que desenvolve trabalhos sobre a escravidão negra no estado, a qual apontou a existência de fontes em algumas localidades, como com o historiador e funcionário do NDHIR/FUFMT, Edvaldo de Assis, que nos forneceu valiosas informações, as quais propiciaram melhor andamento à pesquisa. Por sua vez, o professor Otávio Canavarros, por iniciativa do Arquivo Público de Mato Grosso, realizou um trabalho de cadastramento de todos os arquivos existentes em Cuiabá, tanto privados quanto de entidades coletivas, possibilitando-nos melhor orientação na busca de fontes.

O trabalho de pesquisa e levantamento de fontes para o Guia de África teve início no município de Cuiabá, mais especificamente no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, onde foram levantados vários acervos sob sua guarda que oferecem rico manancial sobre o tema, a saber: a documentação cartorial da Exatoria, cartas régias, documentos avulsos, Tribunal de Relação e livros da capitania de Mato Grosso. Outro reduto de fontes a respeito do assunto é o NDHIR da FUFMT, no qual foram cadastrados diversos acervos, em que merece destaque o do Arquivo Ultramarino, e apenas um na Fundação Cultural

do Estado de Mato Grosso.

A equipe deslocaou-se até o Departamento de Arquivo da Empresa de Correios e Telégrafos, localizado na cidade de Várzea Grande, onde recebeu a informação de que a documentação referente ao negro fora encaminhada à Diretoria Central em Brasília, daí a impossibilidade de se concretizar o levantamento.

O segundo passo do trabalho foi a coleta de fontes nas cidades do interior do estado, tais como Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres e Chapada dos Guimarães. Nesses municípios focalizamos os cartórios, as igrejas, as fundações culturais e os museus. Foram preenchidos quarenta questionários, incluindose todos os acervos levantados no estado possuidores de documentos relativos à escravidão negra. As fontes existentes são dos mais diferentes tipos: livros de registro de ocorrências diversas de vários governos da província de Mato Grosso, cartas régias, requerimentos, ocorrências policiais, inquéritos, processos, legislação, ofícios, leis, decretos, livros de guias de impostos de exatoria, livros de registros de batismos, casamentos, prestação de contas, execução civil, relações de bens e herdeiros, testamentos sobre compra e venda de escravos, procuração, escrituração, mapas populacionais, cartas, recibos, livros de matrícula de escravos, estatísticas, translado de escrituras, relatórios, recenseamentos e atestado de óbito, entre outros.

Na pesquisa dos municípios vizinhos, mostravam-se ao informante o ofício do ministro da Justiça e o ofício circular do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, expedido pela diretora do órgão. A equipe procurava colocar o informante a par do projeto e, concedida a autorização, efetivava o cadastramento. Nos acervos mais organizados fez-se análise apenas dos índices, sendo que, nos desorganizados, procedeu-se a leituras, seleção

e posterior cadastramento.

As dificuldades encontradas pela equipe foram muito variadas. Ao esclarecer o informante quanto ao objetivo da pesquisa, este apresentava as reações mais distintas. As entidades que já atuavam com atividades culturais, como a Fundação Cultural, museus e maioria das igrejas, procuravam fornecer o máximo de informações, com um nível de conscientização bem amplo. O oposto ocorria com as pessoas que executavam atividades burocráticas e administrativas, como os tabeliães e funcionários de cartórios, que alegavam desconhecer o assunto ou até afirmavam a inexistência de documentos; só concordavam em permitir a pesquisa após muita insistência, deixando transparecer o receio em se "comprometerem".

Em geral, os acervos visitados encontram-se em bom estado de conservação e total ou parcialmente organizados, à exceção do acervo particular do Sr. Zeferino Profeta da Cruz, de Vila Bela da Santíssima Trindade, que se acha todo desorganizado e se desintegrando. Os documentos avulsos da maioria dos acervos cartoriais estão arquivados em pacotes datados e numerados; os livros ficam dispostos em prateleiras, também em ordem numérica e cronológica. Alguns acervos, como o da Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, encontram-se em fase de organização, sendo confeccionados índices, códices etc.

As impressões gerais, obtidas no decorrer da pesquisa, são de que há uma grande necessidade de se esclarecer o povo brasileiro quanto à democratização das informações culturais, pois é através do resgate da própria cultura que se formam pessoas conscientes de sua realidade, para que possam lutar por uma vida melhor, com uma distribuição de renda mais justa, sem preconceitos raciais e, com isso, se edifica um país mais desenvolvido, Para tanto, é preciso um intenso trabalho de divulgação e luta junto às comunidades.

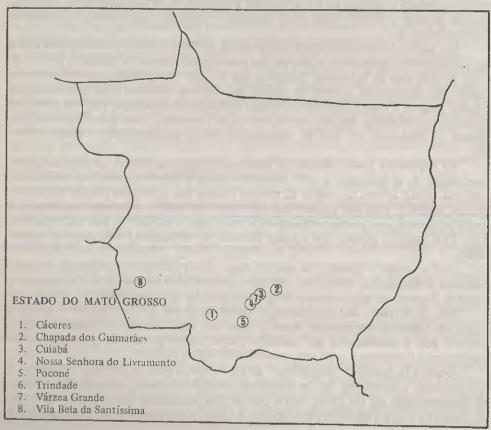
Para a equipe o trabalho foi muito valioso, pois possibilitou a ampliação de conhecimentos a respeito do tema, uma vez que a maioria dos estagiários são estudantes do curso de história e se interessam por ampliar seu cabedal de experiências.

Por outro lado, esse levantamento inicial de fontes poderá facilitar a produção futura de trabalhos interessantes sobre o tema, que procurem fazer a reconscituição da história, pois é fundamental que tomemos conhecimento do passado para melhor compreendermos o presente e, com isso, construir um futuro melhor.

Quanto às questões "traumáticas" para a equipe, a mais grave foi o tratamento de determinados informantes, que se mostraram avessos a fornecer informações a respeito da documentação em seu poder. Foi o caso de uma funcionária de um cartório da cidade de Cáceres e o dos responsáveis pelo acervo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, que apenas

nos informaram vagamente sobre a existência de fontes a respeito da escravidão negra, porém não nos autorizaram trabalhar no levantamento de fontes, alegando ser um arquivo particular e que o bispo responsável pelo acervo não se encontrava no momento e não permitia a entrada no arquivo, mas que existiam inúmeros livros de batizados e casamentos referentes ao tema.

Por fim, a equipe agradece às pessoas que muito colaboraram com o desenvolvimento das pesquisas, entre as quais podemos destacar Maria Auxiliadora de Azevedo Coutirho Gomes, diretora do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso; Marly Pommot M. ia, chefe da Divisão de Museus / Fundação Cultural de Mato Grosso; Edival de Assis, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Ana Maria Prado e Silva, tabeliã do Cartório do 2º Ofício de Registro Civil de Poconé; Elizabeth Madureira, chefe do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Listel Monteiro da Silva Neto, tabelião do Cartório de Registro Civil do Município de Nossa Senhora do Livramento; Zeferino Profeta da Cruz; Patrícia de Oliveira Portela, bibliotecária da Fundação Universitária de Cáceres; Natalino Ferreira Mendes, presidente da Fundação Cultural de Cáceres; Antônio Miguel Faria Senadore, diretor do Museu e Arquivo Fundação Cultural de Cáceres; Terezinha Leite Brito, assistente social da Prefeitura Municipal de Vila Bela; Maria de Lourdes Bandeira Delamônica Freire, professora da Universidade Federal de Mato Grosso; e Amorézio de Assunção Lopes, escrevente juramentado do Cartório de Paz da Chapada de Guimarães.



Yara Penteado Henrique de Melo Spengler Darlene Maria Batista Antonio Helen Lacerda Katia Cristina Nascimento Figueira Lira Dequech

No momento em que o Arquivo Nacional desencadeou as ações para a elaboração do Guia de África, o recém-criado Arquivo Público de Mato Grosso do Sul juntou-se a esse empreendimento e desenvolveu, além do levantamento das fontes documentais sobre a escravidão negra no estado, um subprojeto de arrolamento e transcrição da documentação existente.

Monitorado pela diretora-geral do Arquivo Público de Mato Grosso do Sul, antropóloga Yara Penteado, e assessorado pelo sociólogo Paulo Cabral, o pesquisador Henrique Spengler desenvolveu os trabalhos de levantamento das fontes documentais. Em paralelo, uma equipe composta pelas pesquisadoras Darlene Batista, Helen Lacerda, Kátia Figueira e Lira Dequech respondeu pelo arrolamento das fontes do estado e transcrição da documentação existente.

Convém esclarecer que o território correspondente ao atual Estado de Mato Grosso do Sul teve sua ocupação sistemática e efetiva de forma um tanto tardia, no contexto de Mato Grosso uno e em relação ao Brasil litorâneo. Assim, tendo em vista as reduzidas proporções do universo pesquisado, procurou-se exaurir o exame das fontes disponíveis, de modo a abordá-las da forma mais completa, objetivando, com este rastreamento do acervo documental, o incentivo à produção de estudos relativos ao tema.

Segundo a orientação do projeto, o trabalho deveria iniciar-se pela capital, mas, no caso de Mato Grosso do Sul, tal orientação não foi seguida pelo fato de Campo Grande ter sido criado em 1899, data posterior, portanto, ao período escravista.

Optou-se por um roteiro baseado na cronologia da criação dos municípios. De início, foram pesquisados os contemporâneos ao período da escravidão negra no Brasil e, numa outra etapa, aqueles mais recentes, que hoje custodiam acervos de antigas comarcas desmembradas,

Corumbá, Miranda e Paranaíba foram os primeiros municípios visitados, seguidos de Aquidauana, Ladário, Nioaque, Coxim, Porto Murtinho, Bela Vista, Três Lagoas, Camapuã, Ponta Porã, Iguatemi e a capital, Campo Grande. Neles foram levantados e catalogados como fontes documentais as instituições públicas e particulares, bem como as de natureza judiciária, cartorial, municipal e eclesiástica, possuidoras e mantenedoras de arquivos

Na maioria dessas instituições os informantes eram os responsáveis pelos arquivos; estes às vezes se encontravam ausentes e éramos assistidos, então, por seus substitutos. Em alguns fóruns foram encontrados processos do período imperial, compostos, em grande parte, por inventários e testamentos, cujas secções sobre bens de partilha apresentavam,

entre os semoventes, escravos, filhos de escravos e, em alguns casos, vontade de concessão de liberdade.

Nos cartórios foram identificados documentos alusivos a compra, venda, hipoteca e doações de escravos, bem como concessão e revogação de cartas de liberdade. Em Miranda, localizou-se um processo crime, relativo a homicídio praticado por escravos contra seus senhores.

Nos arquivos das prefeituras e câmaras municipais, nenhuma documentação relacionada ao tema foi encontrada.

Segundo informações, haveria na Câmara Municipal de Miranda registro de uma 'postura' de discussões sobre o negro e, na Câmara Municipal de Corumbá, registros sobre um fundo de emancipações de negros. Em ambos os casos, não se encontraram tais documentos.

Nos arquivos eclesiásticos foram identificados registros de batismo, casamento e óbito de escravos. Na paróquia de Miranda, cuja jurisdição correspondia a cerca de metade do atual território do estado, descobriu-se um censo datado de 1843 com valiosas informações sobre a população da freguesia e do contingente de escravos negros na região.

Outras instituições foram visitadas, tais como o cemitério de Paranaíba, os quartéis de Aquidauana, Ladário, Bela Vista, Nioaque e Iguatemi, a Capitania dos Portos em Corumbá e uma provável comunidade de negros descendentes de escravos em Pontinha do Cocho, município de Camapuã.

Aquidauana constituiu a cidade com o maior número de fontes não confirmadas. Soube-se em Nioaque que a documentação cartorial contendo inventários com referência a escravos fora transferida para o fórum de Aquidauana. Tal coleção, embora identificada como do período imperial escravista, não apresentou qualquer alusão ao tema.

Outra coleção, a de documentos de natureza militar, proveniente também de Nioaque e transferida para o 4º B.S. de Aquidauana, foi posteriormente recolhida ao Arquivo do Exército, no Rio de Janeiro, quando da transformação do 4º B.S. em 9º B.E. Comb. Transferências de documentos ocorreram também no Arquivo da Base Naval de Ladário e da Capitania dos Portos em Corumbá, cujas coleções foram recolhidas ao Arquivo da Marinha, no Rio de Janeiro.

Em Camapuã, a equipe do subprojeto visitou um povoado denominado Pontinha do Cocho onde, segundo informações, haveria uma comunidade de negros descendentes de escravos revoltosos. De acordo com entrevistas realizadas no local, com depoimentos pessoais, trata-se de uma família de negros que, por questão de brigas familiares, se deslocou de Minas Gerais para Mato Grosso, no final do século passado. Seus descendentes mantêm vivas as tradições da festa do Divino Espírito Santo e constituem o único grupo em Mato Grosso do Sul que desenvolve regularmente a dança da catira. 1

No Tribunal de Justiça do estado, a equipe do subprojeto desenvolveu o arrolamento e a transcrição dos documentos alusivos ao tema, que fazem parte da coleção de livros notariais proveniente do Cartório do 1.º Ofício da comarca de Paranaíba.

Em Mato Grosso do Sul, o projeto foi desenvolvido em 14 municípios, 68 instituições foram visitadas, sendo facultado o acesso a 62 arquivos. Destes, apenas 11 apresentaram fundos e coleções com referência ao tema, a saber: paróquias de Corumbá, Paranaíba, Miranda e Nioaque; fórum de Corumbá, Três Lagoas; cartórios de 1º Ofício de Corumbá, Miranda e Nioaque; Cartório de 2º Ofício de Corumbá e Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Um dos fatores que facilitou o rápido acesso às fontes foi a credencial fornecida pela Corregedoria do Tribunal de Justiça/MS. Munida desta credencial, a equipe de pesquisadores foi, em geral, muito bem recebida pelas instituições visitadas. O empenho pes-

soal dos juízes diretores dos fóruns das comarcas também foi determinante, pois, ao comunicar às instituições a estada da equipe e os propósitos do trabalho, solicitavam a devida colaboração, sendo prontamente atendidos.

Entrevistaram-se 93 pessoas, cujas informações foram colhidas em papel almaço e posteriormente transcritas nas fichas de questionário fornecidas pelo Arquivo Nacional. Paralelamente, a equipe do subprojeto fez o levantamento e transcreveu a documentação encontrada.

No caso de instituições possuidoras de múltiplos arquivos com fundos e coleções específicas, utilizou-se o bloco II do questionário.

O material de divulgação, constituído de cartazes e catálogos, foi distribuído e fixado em locais de grande afluxo e nas instituições públicas visitadas. O projeto contou, também, com a divulgação na grande imprensa regional; quando da abordagem aos entrevistados, muitos revelaram conhecimento prévio sobre os propósitos da pesquisa.

Nas 14 cidades visitadas as condições de viagem, hospedagem, alimentação e trabalho variaram muito, mas as dificuldades foram níminas. A maioria das viagens foi feita de ônibus e quase sempre no período noturno. Apesar de as empresas não possuírem linhas diretas nem uma flora moderna, elas transcorreram sem qualquer incidente. À exceção de alguns pequenos trechos de terra, quase todas as estradas percorridas estão pavimentadas.

Para o deslocamento a Corumbá, o meio de transporte foi o trem, tornando esta viagem cansativa e ao mesmo tempo pitoresca, pois a estrada de ferro corta o sul do Pantanal e oferece a seus viajantes uma exuberante paisagem composta por rios, vales, coriscos, além da exótica fauna e plora pantaneira. Utilizou-se carro uma só vez, no deslocamento à cidade de Camapuã e Pontinha do Cocho, onde ocorreu um dos fatos mais marcantes, ocasionado por atoleiros, falta de combustível e atrasos significativos na programação dos trabalhos.

As opções de hospedagem foram compatíveis com o orçamento previsto e, de modo geral, os pesquisadores ficaram bem instalados. Miranda, Corumbá e Coxim, por se tratatem de cidades turísticas, ofereceram as melhores condições de hospedagem.

Por outro lado, cidades como Nioaque, Paranaíba e Porto Murtinho apresentaram uma infra-estrutura hoteleira bastante deficiente, em especial Nioaque, onde os pesquisadores tiveram de recorrer a particulares, pois os dois únicos hotéis existentes não ofereciam as mínimas condições de higiene e conforto.

A alimentação nos restaurantes e, às vezes, nos próprios hotéis foi considerada boa. Nioaque, mais uma vez, constituiu exceção: por falta de restaurantes, os pesquisadores precisaram fazer suas refeições no quartel.

As condições de trabalho foram bastante diversificadas. De modo geral, os responsáveis pelas instituições e arquivos facilitaram o desenvolvimento do projeto, colocando-se inteiramente à disposição quando das entrevistas e medição de seus acervos documentais.

Por outro lado, a equipe do subprojeto de arrolamento e transcrição encontrou inúmeras dificuldades para o desenvolvimento de seu trabalho — lugares inadequados, falta de iluminação, número insuficiente de mesas e cadeiras, além da presença de pó, característica em livros e documentos antigos, que causaram problemas de saúde.

O atendimento pessoal foi bom. Constantemente eram oferecidos café, água e, em alguns casos, lanche e tereré. Houve, porém, um caso constrangedor, em que os pesquisadores sofreram vigilância ostensiva.

Os métodos de organização e preservação dos acervos variam conforme a natureza das instituições. Há uma nítida diferença entre os de ordem pública e particulares, mas de maneira geral revelam uma falta de conhecimento no campo da arquivística. As providên-

cias de tratamento restringem-se ao uso de naftalina e, raras vezes, dedetização com BHC.

As condições da natureza influenciam muito o estado de conservação dos acervos. Na região pantaneira, onde a umidade relativa do ar é elevada, as consequências são evidentes pelos níveis de deterioração dos documentos, facilmente atacados por fungos.

As instituições judiciárias e cartoriais custodiam os maiores acervos documentais. Seus arquivos, parcialmente organizados, apresentam a maior quantidade de fundos e coleções alusivos ao tema.

Nos fóruns as condições de preservação são boas, e o estado de conservação dos documentos antigos é razoável.

A partir da criação do serviço de historiografia do Tribunal de Justiça, em Campo Grande, diversas coleções provenientes das comarcas do interior foram para lá transferidas, e há uma preocupação em restaurar a documentação mais fragilizada.

Nos cartórios, as condições de preservação também são boas, mas há uma exceção: em Corumbá um fundo constituído de livros do período imperial encontra-se em lugar inadequado e totalmente atacado por fungos, com sua durabilidade comprometida.

As instituições eclesiásticas possuem pequenos arquivos que, além de totalmente organizados, apresentam boas condições de preservação e bom estado de conservação. Faz-se necessário, apenas, a limpeza da documentação mais antiga.

Nas prefeituras e câmaras municipais é notória a inexistência de uma política arquivística. Além de desorganizados e desfalcados, os acervos encontram-se, em sua maioria, em lugares inapropriados. As condições de preservação são mínimas e a conservação está comprometida. Em grande quantidade, e geralmente amontoados, os documentos estão sujeitos às intempéries e não há prevenção alguma contra incêndio. Como se isso não bastasse, é comum a prática da incineração de documentos antigos.

Em Porto Murtinho, grande parte do acervo municipal foi destruída nas consecutivas enchentes ocorridas entre 1981 e 1984. Em Paranaíba e Bela Vista, os arquivos municipais confundem-se com o almoxarifado, e o acervo documental divide espaço com materiais inflamáveis. O Arquivo da Prefeitura de Iguatemi, por sua vez, sofreu um incêndio e toda documentação anterior a 1987 foi destruída.

Devido às precárias condições de funcionamento destes arquivos públicos, faz-se urgente a elaboração de uma política arquivística, visando à preservação e à conservação dos documentos, em prol da memória nacional.

AGRADECIMENTOS

Ministério da Cultura / Secretaria de Assuntos Culturais; Ministério da Justiça / Arquivo Nacional / Secretaria Executiva do Projeto Guia de África; Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Em Aquidauana:

Fórum da Comarca de Aquidauana; Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 9º Batalhão de Engenharia e Combate.

Em Bela Vista:

58

Fórum da Comarca de Bela Vista; Cartório do 1º Ofício; Cartório do 2º Ofício; Prefeitura Municipal de Bela Vista; Paróquia de Santo Afonso; 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada.

Em Camapuâ:

Forum da Comarca de Camapuã; Cartório do 1º Ofício; Cartório do 2º Ofício; Prefeitura Municipal de Camapuã; Câmara Municipal de Camapuã; Família Malaquias, de Pontinha do Cocho.

Em Campo Grande:

Tribunal de Justiça; Corregedoria de Justiça; Secretaria de Justiça; Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso / Departamento de História; Paulo Cabral (sociólogo).

Em Corumbá:

Fórum da Comarca de Corumbá; Cartório do 1º Ofício de Notas de Corumbá; Cartório do 2.º Ofício; Prefeitura Municipal de Corumbá; Câmara Municipal de Corumbá; Capitania dos Portos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Corumbarte; Paróquia Nossa Senhora da Candelária; Instituto Luiz de Albuquerque; Lúcia Salsa Correa (historiadora).

Em Coxim:

Fórum da Comarca de Coxim; Cartório do 1º Ofício; Cartório do 2º Ofício; Prefeitura Municipal de Coxim; Paróquia São José.

Em Iguatemi:

Fórum da Comarca de Iguatemi; Cartório do 1º Ofício; Prefeitura Municipal de Iguatemi; Câmara Municipal de Iguatemi; Paróquia da Imaculada Conceição; 170 Regimento de Cavalaria Mecanizada.

Em Ladário:

60 Distrito Naval.

Em Miranda:

Fórum da Comarca de Miranda; Cartório do 1º Ofício; Cartório do 2º Ofício; Câmara Municipal de Miranda; Paróquia Nossa Senhora do Carmo.

Prefeitura Municipal de Nioaque; Cartório de Paz e do Registro Civil; Paróquia Santa Rita de Cássia; 9º Grupo de Artilharia e Combate.

Em Paranaíba:

Fórum da Comarca de Paranaíba; Cartório do 1º Ofício; Cartório do 2º Ofício; Prefeitura Municipal de Paranaíba; Câmara Municipal de Paranaíba; Paróquia de Santa Ana.

Em Ponta Porã:

Fórum da Comarca de Ponta Porã; Cartório do 1º Ofício; Cartório do 2º Ofício; Prefeitura Municipal de Ponta Porã; Câmara Municipal de Ponta Porã; Paróquia São José; IBGE.

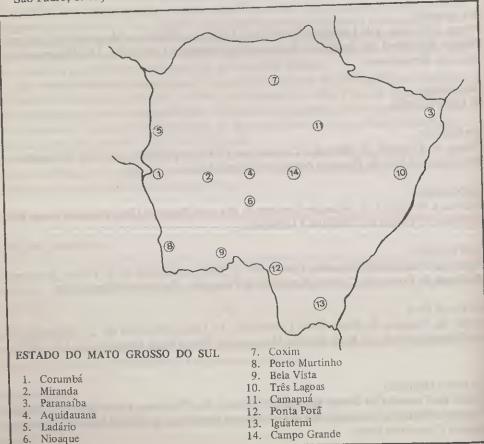
Em Porto Murtinho:

Fórum da Comarca de Porto Murtinho; Cartório do 1º Ofício; Cartório do 2º Ofício; Prefeitura Municipal de Porto Murtinho; Câmara Municipal de Porto Mutrinho; Paróquia Sagrado Coração de Jesus.

Em Três Lagoas: Fórum da Comarca de Três Lagoas; Cartório do 1º Ofício; Cartório do 2º Ofício do Fórum da Comarca de Três Lagoas; Paróquia Santo An-Registro Civil e Tabelionato; Prefeitura Municipal de Três Lagoas; Paróquia Santo An-

NOTAS

- Dança de origem ameríndia, também conhecida por cateretê, em Minas Gerais, e por xiba, no litoral fluminense. Consiste em cantos, sapateados e palmas ao som de viola. (Dicionário brasileiro de língua portuguesa, Mirador Internacional, Melhoramentos, 3ª edição, São Paulo, 1979). A equipe do subprojeto de arrolamento de fontes identificou um grupo tradicional de catireiros em Pontinha do Cocho, município de Camapuã.
- Refresco de mate que se toma com bombilha, preparado com água fria. (Dicionário brasileiro de língua portuguesa. Mirador Internacional, Melhoramentos, 3^a edição, São Paulo, 1979).



Denize Magnólia Barboza

O Arquivo Público Mineiro, representando o Estado de Minas Gerais, atendeu ao chamado do Arquivo Nacional responsabilizando-se pela monitoria do projeto Guia de África.

A perspectiva de poder encontrar em lugares distantes de nosso estado documentação de importância e a oportunidade de contribuir para o registro de assunto tão pouco tratado — o negro e a escravidão em Minas Gerais —, quando esta população nos séculos XVIII e IXI era a maior do país, motivaram-nos a enfrentar todos os empecilhos que, por situações diversas, certamente surgiriam em nossa caminhada.

A participação no projeto foi relevante e enriquecedora para toda a equipe, permitindo o contato direto com fontes primárias ainda não trabalhadas e identificando acervos referentes à história do negro em Minas. No entanto, foram inúmeros os obstáculos a transpor: a extensão das terras mineiras, a resistência de alguns em tornar públicos arquivos guardados e o desconhecimento do conteúdo dos acervos.

De início, quatro cidades foram escolhidas como pólo. Belo Horizonte, por ser a capital e centro agregador; Ouro Preto, devido a sua importância histórica e volume documental; Uberaba, por seu raio de influência no Triângulo Mineiro; e Juiz de Fora, segunda cidade do estado e pólo da Zona da Mata, como região de destaque no auge do ciclo de café

Com uma equipe de seis auxiliares de pesquisa, foram visitadas 53 cidades, com levantamento de dados em 112 instituições particulares e oficiais, resultando no preenchimento de dados de 149 fundos. Estivemos em Alpinópolis, Araxá, Baependi, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Caeté, Campanha, Caratinga, Cataguases, Conceição de Mato Dentro, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Diamantina, Divinópolis, Estrela do Sul, Guaxupé, Ibirité, Itabira, Itajubá, Itapecerica, Jacuí, Juiz de Fora, Lavras, Lima Duarte, Mar de Espanha, Mariana, Minas Novas, Nova Lima, Oliveira, Ouro Preto, Passos, Patrocínio, Pitangui, Ponte Nova, Pouso Alegre, Prados, Raposos, Rio Novo, Rio Pomba, Sabará, Sacramento, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santos Dumont, São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, Serro, Tiradentes, Ubá, Uberaba, Uberlândia e Venda Nova.

De modo geral, essas cidades apresentam um universo documental desgastado, tanto pela ação do tempo, quanto pela falta de medidas preservacionistas, carecendo, portanto, em maior ou menor grau, de cuidados especiais. Deparou-se, contudo, com um massa documental fascinante, constituída pelos arquivos de cartórios, câmaras e instituições eclesiásticas, depositários de acervos significativos para a História.

Os critérios adotados pela equipe foram únicos em todas as cidades pesquisadas. De

início, buscou-se a compreensão das instituições municipais (prefeitura e câmara) e das igrejas, através de seus representantes, para a importância deste projeto, sensibilizando-os quanto à necessidade de uma ação conjunta a fim de se priorizar a recuperação da memória municipal. A ajuda dos funcionários dos arquivos foi importante no preenchimento dos questionários. Sentiu-se dificuldade no tocante à mensuração de determinados acervos, pois algumas vezes a armazenagem era precária.

Do material documental resgatado destacam-se os seguintes: contrato de locação de mão-de-obra negra a lavradores; registro de escravos entre bens inventariados; registro de batizado de escravos, informando idade, paternidade, padrinhos e proprietário; registro de hipoteca, em que o escravo foi dado em garantia por extensão de terras; mapas de população escrava; escrituras de compra e venda de escravos; matrícula de escravos; pagamento de escravos cedidos ao serviço de obras públicas; cartas de liberdade; e processos de verificação de descendência para ordenação sacerdotal.

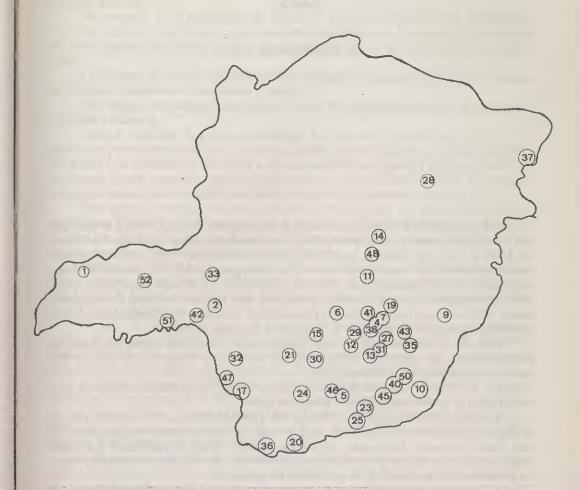
Além desses, diversos outros assuntos levaram-nos ao encontro da Minas Gerais antiga, colocando a equipe de trabalho em ligação com os ciclos do ouro e do diamante e com as fazendas cafeeiras, nas trajetórias do negro minerador, do negro agricultor e do negro doméstico, peça fundamental ao desenvolvimento econômico e social mineiro.

Embora haja consenso por parte da população e das autoridades sobre a relevância do acervo e a necessidade de protegê-lo com medidas específicas, o que se tem feito não alcanca plenamente os objetivos, salvo algumas iniciativas particulares ou oficiais, seriamente empenhadas em preservar essas fontes documentais e torná-las acessíveis.

Com base nas situações vividas por nós em todas as etapas deste projeto, podemos afirmar que muito ainda deve ser feito. Nas fontes arquivísticas espalhadas pelas cidades mineiras há, decerto, um grande acervo documental a ser conhecido, trabalhado e acima de tudo preservado, a fim de proporcionar a reconstrução de nosso passado e as condições de apreender nossa realidade.

Para o Arquivo Público Mineiro, além do registro de documentação valiosa, esta pesquisa deu a certeza da necessidade de se realizar o I Encontro de Arquivos Municipais de Minas Gerais, já programado, com o objetivo de integrar e dinamizar esses arquivos, buscando preservar a memória histórica do estado.

Este trabalho só pôde concretizar-se a partir da cooperação dos responsáveis pela guarda dos arquivos, que permitiram o acesso aos pesquisadores; das autoridades municipais e judiciárias que se colocaram ao nosso lado durante este período; do Prof. Carlos Fico, responsável em Ouro Preto, Mariana e Caraça pela execução dos trabalhos; do Prof. Galba di Mambro, que esteve à frente do projeto em Juiz de Fora e região; do Dr. Gilberto Caixeta, diretor do Arquivo Público de Uberaba, e demais funcionários; dos pesquisadores Carlos Marx Gomide Freitas, Cristina Pereira Nunes, Deusa Helena Leoneli, Edilane Maria A. Carneiro, Fábic Faria Mendes, Maria Aparecida R. Manzan, Rita de Cássia de Andrade, Rodrigo Patto Sá Motta, Rosali Maria N. Rodrigues; dos colegas do Arquivo Público Mineiro pelas sugestões e inecntivo; e, em especial, do Arquivo Nacional, através da Secretaria Executiva do Guia de Fontes de África; da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais; do diretor do Arquivo Público Mineiro; e da direção do Arquivo Público do Distrito Federal, que colocou sua equipe do projeto à nossa disposição para o levantamento da dados da região noroeste do estado de Minas Gerais.



ESTADO DE MINAS GERAIS

DDI	MOO DE MINAD CERAID		
1.	Alpinópolis	18.	Ibirité
2.	Araxá	19.	Itabira
3.	Baependi	20.	Itajubá
	Barão de Cocais	21.	Itapecerica
5.	Barbacena	22.	Jacuí
6.	Belo Horizonte	23.	Juiz de For
7.	Caeté	24.	Lavras
8.	Campanha	25.	Lima Duar
	Caratinga	26.	Mar de Esp
10.	Cataguases		Mariana
11.		28.	Minas Nova
12.	Congonhas	29.	Nova Lima
13.	Conselheiro Lafaiete	30.	Oliveira
14.	Diamantina	31.	Ouro Preto

Ze.	Araxa	19.	Itabira
3.	Baependi	20.	Itajubá
4.	Barão de Cocais	21.	Itapecerica
5.	Barbacena	22.	Jacuí
6.	Belo Horizonte	23.	Juiz de Fora
7.	Caeté	24.	Lavras
8.	Campanha	25.	Lima Duarte
9.	Caratinga	26.	Mar de Espanha
10.	Cataguases		Mariana
11.	Conceição de Mato Dentro	28.	Minas Novas
12.	Congonhas	29.	Nova Lima
13.	Conselheiro Lafaiete	30.	Oliveira
	Diamantina	31.	Ouro Preto
15.	Divinópolis	32.	Passos
16.	Estrela do Sul	33.	Patrocínio '
17.	Guaxupé		Pitangui
	_		

2.5	B 7 37
35.	
36.	Pouso Alegre
37.	Prados
38.	Raposos
39.	Rio Novo
	Rio Pomba
41.	Sabará
42.	Sacramento
	Santa Bárbara
44.	Santa Luzia
45.	Santos Dumont
46.	São João Del Rei
	São Sebastião do Paraíso
48.	Serro
49.	Tiradentes
50.	Ubá
51.	Uberaba
52.	Uberlândia
53.	Venda Nova

Nazaré Ramos

O levantamento de fontes documentais sobre a escravidão negra no Pará revelou um fato preocupante; muitas instituições públicas, algumas delas criadas no decorrer dos séculos XVIII e XIX, não possuem mais seus acervos documentais. Estes, em sua maioria, foram queimados ou doados a particulares. É o caso, por exemplo, do Presídio São José, construído em 1749 para servir de convento aos religiosos da Piedade. Mais tarde, com a saída dos religiosos do Pará, o prédio foi ocupado pelo Quartel do Corpo de Artilharia, depois funcionou como alojamento do Esquadrão de Cavalaria, transformando-se, posteriormente, em presídio de criminosos, finalidade que guarda até hoje.

Parte do acervo documental dessa instituição foi encontrada numa das feitas de Belém, servindo de papel de embrulho. O que restou dele foi queimado durante um motim dos presidiários, em julho de 1986.

Em 1952 foram incinerados todos os 'papéis velhos' que se encontravam no Arqui-

vo do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado.

A Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (ENASA) deveria ter um acervo precioso para a historiografia da Amazônia, uma vez que suas embarcações nevegam na maior rede fluvial do mundo. Entretanto, seu arquivo 'morto', depois de permanecer por longo tempo no depósito do cais do porto, foi transferido para vários lugares, ocorrendo inúmeras perdas durante as mudanças. O que sobrou foi queimado.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, uma das instituições mais antigas de Belém, durante muitos anos foi órgão do governo do estado do Pará, passando, mais tarde, para o âmbito do governo federal. Seu arquivo 'morto' sequiu para Brasília e atual-

mente se encontra em um museu da EBCT.

Se na capital do estado a situação é desoladora, nos municípios do interior não é muito diferente. Todas as prefeituras visitadas tiveram seus acervos queimados ou doados a pessoas interessadas, que passaram a privatizar a documentação.

Mesmo os arquivos que possuem uma documentação mais recente são tratados com descaso, pois, para muitos, a idéia de arquivo está ligada mais a um porão do que a um prédio adequado para abrigá-lo. De maneira geral, não existe sensibilidade por parte das autoridades, tanto dos órgãos públicos, quanto de empresas privadas, acerca de sua importância para a administração pública e a sociedade em geral. Os arquivos nada mais são do que um depósito onde os documentos produzidos, perdendo a utilidade funcional ou operacional, são jogados e empilhados, sem qualquer tratamento técnico.

Felizmente, farto material sobre escravos pode ser encontrado no Arquivo Público do Pará, que possui documentação datada dos séculos XVIII e XIX. Também nos cartó-

Arg. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

rios, tabelionatos e instituições religiosas de Belém e dos demais municípios visitados o acervo é precioso.

No Arquivo do Arcebispado de Belém há uma documentação que compreende livros de registro de batizados, casamentos, óbitos, crismas etc. Por sua vez, a Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos guarda, entre outros, o Termo de Compromisso da Irmandade.

O Tribunal de Justiça do Estado possui riquíssimo material sobre escravidão, cartas de liberdade, inventários, testamentos e outros.

Nos demais municípios encontramso farta documentação cartorial e eclesiástica referente a escravos.

Após a conclusão da pesquisa em Belém, foi iniciado o trabalho no interior. Adotou-se um procedimento racional e coerente, tendo em vista a grande extensão geográfica do estado e as dificuldades de acesso a algumas localidades, ligadas à capital por meio de transporte fluvial, feito em pequenos barcos, sem conforto e sem horários. No deslocamento aos municípios mais próximos utilizou-se as linhas regulares de ônibus.

Para seleção e escolha dos locais a visitar, serviu de fonte um documento existente no Arquivo Público do Pará, denominado Estatística da População Escrava da Província do Pará em 1878. Com base no documento, foram relacionados os municípios que registravam os maiores contingentes de população escrava.

Apesar das dificuldades já citadas e do reduzido número de pessoas da equipe, foram visitados 14 municípios: Abaetetuba, Bragança, Ourém, Igarapé-Mirim, Santarém, São Miguel do Guamá, São Domingos do Capim, Soure, Salvaterra, Vigia, Cametá, Maracanã, Curucá e Barcarena.

No que diz respeito aos arquivos do interior, há na cidade de Bragança farta documentação cartorial relativa ao tema pesquisado, o mesmo acontecendo em Santarém, Vigia e Cametá. Nas igrejas e irmandades dessas cidades, o acervo inclui um expressivo número de livros de registro sobre batismos, casamentos, nascimentos e óbitos.

A equipe contratada pelo projeto Guia de África para a realização da pesquisa contou com a participação de Maria de Nazaré Lima Ramos, como monitora, e os auxiliares de pesquisa Linadyr Holanda Reis, Regine Cardoso Vilar e Edsmundo Mesquita Paz, além dos funcionários do Arquivo Público do Pará, Aluísio Fonseca de Castro, Rosa Dias Pereira e João Lopes, como colaboradores.

Encerrados os trabalhos de pesquisa, que proporcionaram um contato direto com o acervo dos arquivos do Pará, cabe uma conclusão: se a realidade atual persistir, há de chegar o momento em que não se poderá dar andamento à produção intelectual sobre pesquisas em fontes documentais. É necessário que as autoridades e pessoas responsáveis pela guarda da documentação produzida pelos órgãos públicos e privados se sensibilizem quanto à necessidade de conservação dos acervos.

Torna-se urgente, também, a criação de uma lei para a preservação dos arquivos. No caso do Pará, diante da realidade revelada pela pesquisa, é preciso interromper, agora, o avanço da destruição dos registros de sua história.

PARAÍBA

Ana Isabel de Souza Leão de Andrade

Introdução

O nome Paraíba, na língua tupi, significa 'água má' ou 'porto sinuoso', pois pará quer dizer 'rio' ou 'porto com curva' e iba equivale a 'mau'.

Mais de setenta anos depois do início da dominação portuguesa, a Paraíba era uma terra quase desconhecida, pertencente à capitania de Itamaracá, que fracassara em todos os seus objetivos. Com os índios potiguares em pé de guerra, devido à prática dos colonos em escravizá-los, e insuflados pelos franceses, a presença lusitana tornou-se cada vez mais difícil em território paraibano. O rapto de uma cunhã (menina) no sertão de Capoaba precipitou os acontecimentos, que culminaram com a separação da capitania de Itaparica e sua conquista definitiva.

O estado da Paraíba ocupa a parte mais oriental do continente americano, sendo o Cabo Branco a ponta mais saliente. Limita-se ao norte com o Rio Grande do Norte, ao sul com Pernambuco, a oeste com o Ceará e a leste com o oceano Atlântico.

Não é verdade que a Paraíba seja possuidora de uma historiografia pouco representativa, como afirmam alguns historiadores, segundo os quais ela só tem sentido quando encartada na história do Nordeste e em particular na de Pernambuco. Os historiadores paraibanos procuram desmentir essa tese apresentando documentos comprobatórios, onde estabelecem a personalidade do paraibano e o perfil criador de uma comunidade que se faz singular no quadro nacional.

A Paraíba, por meio de sua historiografia, não podia deixar de integrar-se ao projeto do Guia de África, coordenado pelo Arquivo Nacional, em comemoração ao Centenário da Abolição da Escravatura. Este projeto, inserido na maior investigação arquivística internacional da Unesco, visa a divulgar as fontes documentais, facilitando, assim, a busca à informação histórica sobre todos os países.

Desenvolvido através da Coordenadoria de Documentação e Arquivo (Codar), o projeto contou com a participação de três auxiliares de pesquisa (Edson Almeida de Macedo, Cilene Matias da Silva e Célia Gomes Carneiro) e uma monitora (Ana Isabel de Souza Leão Andrade), contratados pela Associação dos Arquivistas Brasileiros / Rio de Janeiro.

Procedimentos preliminares

Realizou-se uma reunião com alguns historiadores paraibanos com a finalidade de informá-los sobre os objetivos do projeto e, ao mesmo tempo, solicitar sua colaboração no

Arq. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

que se referia à participação do negro na história da Paraíba. A partir daí, foi elaborado um cronograma de trabalho para os pesquisadores, que previa:

- a) o treinamento dos pesquisadores, conscientizando-os dos objetivos do projeto, e o preenchimento dos questionários a serem aplicados nos arquivos contatados;
- b) o levantamento dos municípios existentes antes de 1888, dos quais foram selecionados 39 como prováveis fontes de consulta;
- c) um estudo completo dos municípios de maior concentração documental para a divisão das etapas:
- d) o levantamento, através do mapa da Paraíba, das viagens a serem realizadas pelos pesquisadores;
- e) a definição e a elaboração do reteiro da pesquisa. Os pesquisadores receberam um número de identificação, bem como os municípios;
- f) o cronograma de viagens, segundo o mapa do estado.

Desenvolvimento da pesquisa

Em agosto de 1987 estabeleceram-se os primeiros contatos com os arquivos da capital, incluindo-se tanto as instituições públicas, quanto as particulares. Em seguida, foram realizadas as pesquisas nos municípios do interior. Infelizmente, em muitos dos arquivos visitados não foi possível a aplicação dos questionários - alguns por não possuírem documentação relativa ao assunto, outros por terem sido incendiados e os demais por total desinformação das pessoas envolvidas com o órgão pesquisado. Procedeu-se à visita aos seguintes municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Antenor Navarro, Areia, Baía da Traição, Bananeiras, Borborema, Brejo do Cruz, Cabaceiras, Caiçara, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Conceição, Cruz do Espírito Santo, Cuité, Guarabira, Ingá, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mamanguape, Monteiro, Natuba, Patos, Pedras de Fogo, Piancó, Pocuí, Pilar, Pombal, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, São João do Cariri, São João de Piranhas, Serra da Raiz, Sousa, Taperoá e Teixeira.

Dentre os arquivos visitados foram aplicados questionários nas seguintes localidades:

- Alagoa Grande: Cartório 1º Ofício.
- Antenor Navarro: Cartório 1º Ofício.
- Areia: Museu Regional da cidade de Areia; Cartório do 1º Ofício; Cartório do
- Bananeiras: Paróquia Nossa Senhora do Livramento; Fundação Severino Lucena.
- Campina Grande: Cartório 1.º Ofício.
- Catolé do Rocha: Cartório 1º Ofício Terezinha Saldanha Suassuna; Paróquia Nossa Senhora dos Remédios.
- Cuité: Paróquia Nossa Senhora das Mercês.
- Cajazeiras: Cartório 1º Ofício.
- Guarabira: Cartório 2º Ofício.
- Mamanguape: Cartório do 2º Ofício; Cartório Silva Ramos 1º Ofício; Paróquia de Mamanguape.
- Monteiro: Cartório 1º Ofício Jaime Bezerra de Meneses; Paróquia Nossa Senhora das Dores.

Arg. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

- João Pessoa: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; Arquivo José Américo de Almeida; Arquivo Histórico da Paraíba; Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia; Arquivo Tribunal de Justica; Cartório Monteiro da Franca 5º Ofício; Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional — UFPB.
- Patos: Catedral Nossa Senhora da Guia.
- Pilar: Cartório Único Ofício.
- Piancó: Cartório de 1º Ofício: Paróquia Santo Antônio.
- Picuí: Cartório de 1º Ofício; Paróquia de São Sebastião.
- Pombal: Cartório Coronel João Queiroga; Paróquia de Nossa do Bonsucesso.
- Santa Rita: Paróquia da Cidade de Santa Rita.
- Serra da Raiz: Paróquia Nosso Senhor do Bonfim.
- Sousa: Cartório do 1º Ofício.

Na capital, não foram aplicados questionários na Assembléia Legislativa e na Secretaria do Interior e Justiça, por não possuírem documentos, bem como na Paróquia Nossa Senhora das Neves, à qual não foi permitido o acesso. No interior, por sua vez, eles não puderam ser respondidos nos seguintes municípios:

- Baía da Traição: na época da escravidão pertencia a Mamanguape. Portanto, todo documento de compra, venda e troca de escravos era registrado no cartório dessa
- Pedras de Fogo: pertencia, antigamente, a Pernambuco, sendo que uma parte da cidade se encontrava em Itambé. Quando voltou a ser anexada à Paraíba, tornouse distrito de Cruz do Espírito Santo. O documento mais antigo do 1º cartório de Pedras de Fogo é de 1892.
- Brejo do Cruz: todos os seus cartórios são do século XX. O único local que possuía documentos referentes ao assunto era a paróquia, na qual houve um incêndio na década de 1940 e foi destruída toda a documentação.
- Natuba: antigo distrito de Umbuzeiro, foi criado em 1892.
- Conceição, Itaporanga e Princesa Isabel: nessas cidades não existiam cartórios. paróquias e arquivos na época da escravidão. Os documentos antigos eram registrados na cidade de Piancó.
- Teixeira: O registro da documentação não for permitido pelo responsável do Car-
- Caiçara: a documentação antiga era registrada na cidade de Serra da Raiz.
- São José de Piranhas: o arquivo encontrava-se em fase de reforma e os livros estavam embalados, sem condições de localização.

Dificuldades encontradas

Os municípios não dispõem de transportes coletivos diários. Isso obrigava o pesquisador a fazer dois pernoites numa mesma cidade. Quanto à estada, a maioria das cidades do interior do Nordeste não possui hotéis. Assim, o pesquisador era constrangido a procucar alguma residência para melhor acomodação ou a se deslocar para outra cidade por meio de carona.

a) estado de conservação:

A maioria da documentação dos arquivos pesquisados não se encontra em localização física adequada, principalmente nas cidades do interior, onde existe um desconhecimento quase total quanto à preservação de documentos.

Os cartórios, as paróquias e alguns arquivos públicos não dispõem de arquivos e estantes adequadas ou qualquer proteção para a guarda dos documentos. Poeira, insetos, morcegos, fungos, alcalinidade, consertos com fitas durex, grampos de metal, estragos por roedores foram detectados nesses arquivos.

Não existe proteção alguma contra incêndios, umidade e luminosidade. Em alguns cartórios a documentação permanente, chamada 'arquivo morto' é guardada em quartos de despejo das residências dos tabeliães.

b) tratamento técnico:

Verificou-se que a maioria dos arquivos públicos do interior e da capital não são trabalhados de acordo com as técnicas arquivísticas. Os arquivos, em sua maioria, são dirigidos por pessoas não capacitadas para esse serviço, o que provoca falhas na organização dos documentos e, consequentemente, a desinformação.

c) deficiência nas informações:

Muitos dos arquivos não possuem instrumentos de busca aos documentos. Os cartórios, no início da pesquisa, criaram várias dificuldades para a consulta à documentação. O acesso, entretanto, foi facilitado pela carta de apresentação.

d) conscientização arquivística:

A pesquisa, além de trazer uma grande contribuição para o registro da nossa história, também serviu de alerta às autoridades e às pessoas envolvidas com documentos. Os pesquisadores contratados não só realizaram a busca de informações sobre o assunto como também puderam dar uma orientação para melhor guarda e preservação dos docu-

Na pesquisa Mapeamento dos Arquivos Públicos, recentemente realizada pela Fundação Casa de José Américo, com o apoio do CNPq, iniciou-se um trabalho de orientação para a organização e a preservação de arquivos públicos no estado da Paraíba por meio de cursos de arquivos e de restauração e encadernação de documentos.

Já a reorganização dos arquivos históricos do Tribunal de Justiça do Estado e de Campina Grande, a implantação de outros, como o da Fundação Severino Lucena em Bananeiras e a criação de um Centro de Documentação em Guarabira facilitaram os pesquisadores na busca de documentos relacionados ao Guia de África, uma vez que foram identificados e separados.

Esse trabalho é válido no momento em que vivemos, em um mundo em que a velocidade e a aceleração dos processos de transformação aumentam continuamente. Grandes já são as contribuções que essa pesquisa oferece aos historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral. São fontes preciosas para complementação da história brasileira.

Arg. & Adm., Rjo de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

No estado da Paraíba a professora e historiadora Diana Galiza utilizou, para o seu trabalho, dados do levantamento ainda inéditos das fontes arquivísticas para o Guia de

Conclusão

Muitos dos documentos originais sobre a história do negro na Paraíba encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino, conforme trabalho realizado pela professora da Universidade Federal da Paraíba, Elza Regis de Oliveira, A Paraíba na crise do século XVIII. Os microfilmes desses documentos estão arquivados no NIDHIR/UFPB.

Podemos observar que, de acordo com a documentação existente na capital e nos municípios, a cidade de Areia antecipou a abolição da escravatura para o dia 3 de maio, com a inscrição 'Município Livre' no pavilhão da Câmara.

PARANÁ

Daysi Lúcia Ramos de Andrade

(R) (D)

900

(8)

(1)

(

4

(2)

(8)

(3)

222. 223. 226. 329. 30.

17.6.4.6.6.6.00

1.2.6.4.6.0.0.00

ESTADO DA PARAÍBA

O Departamento Estadual de Arquivo Público deu início a seus trabalhos tão logo recebeu a incumbência do levantamento das instituições do estado que pudessem contribuir para a organização do Guia de África, segmento de um projeto maior, a cargo da Unesco e denominado Guia para a História das Nações.

Antes mesmo da organização da equipe, a primeira atividade no Paraná deu-se com a remessa de questionários e instruções a todos os municípios que delinearam o Paraná provincial. Não obtendo o resultado desejado, a equipe, formada por três estudantes do curso de história da Universidade Federal do Paraná, partiu para entrevistas pessoais em meados de agosto de 1987. O questionário, embora aplicado adequada e pacientemente, apresentou dificuldades em seu preenchimento devido à falta de interesse dos responsáveis pelo material arquivado e a carência na organização dos acervos, não fugindo à regra, infelizmente, a capital do Estado. Os principais problemas encontrados foram: acervos sem arranjo ou somente identificados; funcionários sem qualquer qualificação e sensibilidade necessária ao manuseio do papel centenário; desinteresse em formentar pesquisas científicas; receio geral das instituições detentoras em expor seus arquivos pela falta de organização e estado precário do acervo.

Poucos são os municípios que hoje procuram preservar sua história mais antiga ou recente, dando o valor necessário às instituições culturais e a seus acervos, sem falar no descarte indiscriminado.

O Paraná necessita de uma política de arquivos, a começar pelo cadastramento rigoroso dos acervos públicos municipais, a curto prazo. Para tal, deverá contar com o beneplácito do governo do estado, através do Departamento Estadual de Arquivo Público, a fim de impedir que o pouco da história paranaense ainda existente não desapareça.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, o Arquivo Público do Paraná, monitor do Guia de África, conseguiu reunir, em tempo hábil, precioso e importante material, assim contribuindo para o sucesso do empreendimento.

Arq. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

PERNAMBUCO

Noemia Maria Zaidan Alexandre de Andrade Amorim Mônica Nepomuceno Severino Vicente da Silva Suzana Cavani Rojas

De acordo com o roteiro da equipe de Pernambuco para a elaboração do Guia da África, a pesquisa foi inicialmente realizada no Arquivo Público Estadual, em seguida nas

instituições da capital e, por último, nas dos municípios do interior.

Os municípios visitados foram os de Recife, Olinda, Igaraçu, Goiana, Cabo, Escada, Floresta, Paudalho, Limoeiro, Nazaré da Mata, Bom Jardim, Madre de Deus, Tacaratu, Petrolândia, Ipojuca, Timbaúba, Rio Formoso, Tracunhaém, Vitória de Santo Antão, Itambé, Garanhuns, Pesqueira, Jaboatão e Cabrobó. A escolha dessas cidades interioranas deu-se a partir das informações encontradas nos dois arrolamentos de documentação histórica dos municípios de Pernambuco, produzidos pelas professoras Cleonir de Albuquerque e Costa e Vera Lúcia Acioli. Tais relatórios são praticamente os únicos instrumentos de pesquisa existentes sobre a documentação do interior acerca da escravidão.

Levantamos o maior número de municípios da Zona da Mata, por ser a região de povoamento mais antiga, ligada à produção de cana-de-açúcar, onde se deu a maior concentração de negros em todos os períodos da história de Pernambuco, Fizemos, também, o levantamento de municípios do Agreste e do Sertão para que fosse registrada a presença do negro nessas áreas, tão negada nos meios acadêmicos.

Todos os informantes foram visitados e confirmados, exceto os padres da capital

que, a despeito de levarmos autorização do bispo, não abriram seus arquivos.

Foram preenchidos 55 questionários de 19 instituições do Recife e de 36 do interior, exceto as igrejas. Chegamos a cobrir todas as instituições da capital. Alcançou-se, no total. 23 municípios e recenseou-se 99 fundos/coleções.

A estratégia de abordagem foi a de ir pessoalmente a cada instituição, levando o questionário para que este fosse respondido com ou sem a ajuda dos que trabalharam diretamente com o acervo. Apenas o Arquivo Histórico Municipal Antônio Guimarâes e o CEHIBRA de Joaquim Nabuco responderam-no sem a ajuda do pesquisador. Essa estratégia, diante da situação da documentação do estado, pareceu-nos a que se asseguraria maior exatidão de informações e o maior número de questionários prontos no tempo devido.

Na realização desse trabalho encontramos os mesmos obstáculos tantas vezes aludidos pelos pesquisadores voltados para recuperação da memória nacional: o descaso pela documentação, a pouca importância dada à pesquisa em nosso país e a 'apropriação particular' dos acervos históricos por instituições e indivíduos. De maneira geral, as instituições ou alguns de seus funcionários comportam-se como verdadeiros 'donos' da documentação e, conseqüentemente, sentem-se ameaçados por esse tipo de pesquisa; não gostam da idéia

Arg. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

do Guia, pois ele implica, a longo prazo, a chegada de novos 'intrusos', que certamente

irão importuná-los na busca de 'papéis velhos'.

Alguns cartórios e igrejas do interior, bem como boa parte das igrejas da capital, resistiram a dar informações e a permitir que o pesquisador tivesse acesso ao acervo. A maioria dos tabeliães utilizou todos os artifícios possíveis para desanimar o trabalho. Surpreendentemente, os párocos do interior, talvez por serem mais jovens, compreenderam melhor a proposta do Guia de África.

Entre as dificuldades, deve-se anotar ainda o tempo gasto em viagens. Pernambuco não possui uma razoável linha de transporte intermunicipal, o que muitas vezes obrigou os pesquisadores a utilizarem lotações. Além disso todos os envolvidos com o projeto no es-

tado queixaram-se dos baixos salários oferecidos.

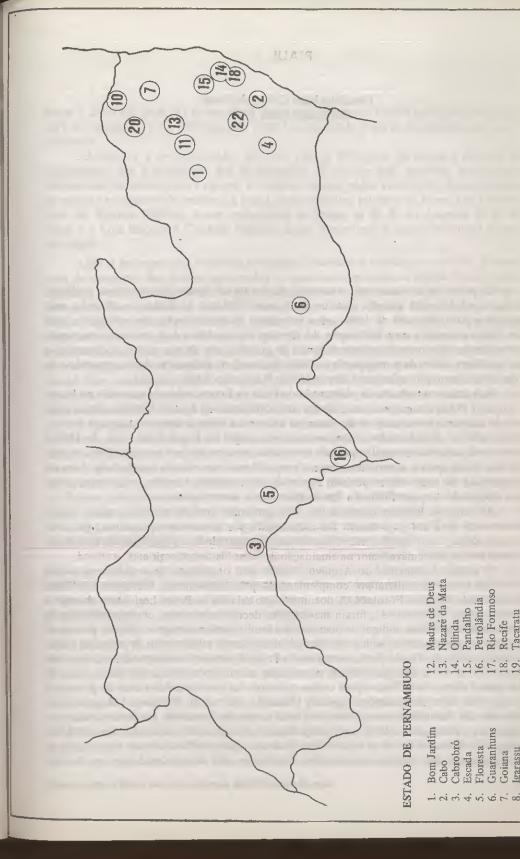
O péssimo estado da documentação e a precária organização dos arquivos no interior dificultaram o levantamento das fontes sobre a escravidão. Alguns acervos acham-se entregues ao total abandono, jogados em armários de madeira, quando não amontoados pelo chão. Como o espaço é um dos principais problemas em arquivo, a solução frequente tem sido a eliminação dos documentos, sem qualquer critério. Os documentos ainda existentes, se não forem tomadas providências, logo desaparecerão, uma vez que em muitas instituições nem a limpeza sistemática é feita.

O lastimável estado da documentação dos arquivos deve constar como matéria importante a ser discutida pelos organizadores do Guia. Afinal, sem grandes exageros, podese correr o risco de se registrar um acervo que não suportará poucos anos de manuseio. Se os arquivos estaduais das grandes capitais sofrem sérias dificuldades, nos do interior a situação é caótica. Danificados pelos insetos, pelo descaso e pelas condições ambientais, os documentos tendem a desaparecer. Cabe às instituições ligadas ao Guia, ao menos denunciar e divulgar o estado destes arquivos no sentido de sensibilizar a opinião pública.

Quanto às impressões, ficou a de ser premente a elaboração de uma política de recolhimento, organização e microfilmagem de todos os documentos anteriores ao século XX, mesmo os de instituições particulares, como cartórios e igrejas. Alertamos os poderes públicos para a urgência de se criarem arquivos municipais, pois o único existente em Pernambuco é o de Olinda.

Lamentamos, ainda, o fato de só termos visitado 13% dos municípios do estado. Municípios importantíssimos para a história da escravidão, como o de Palmares, infelizmente não puderam ser investigados no prazo estipulado pelo Arquivo Nacional. Ficou o gosto do trabalho apenas iniciado, cujos resultados esperamos que possam ser úteis.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que ajudaram a realizar o trabalho, ao Arquivo Nacional pela oportunidade de radiografarmos a situação da documentação em Pernambuco e a Silvia, Jaime e Vitor pela atenção e carinhos com que coorde-



Terezinha Mary Cortez de Sousa Alcebíades Costa Filho

Os primeiros contatos para a consecução dos trabalhos do Guia de África, no Piauí, foram mantidos pela direção anterior do Arquivo Público do Estado, recebendo mais impulso a partir de maio de 1987, sob a orientação da atual direção, que entendeu o projeto como pioneiro para a instituição. Ao término das tarefas, o Arquivo teria o manuseio e o conhecimento metodicamente disposto de grande parte de seu acervo documental, o que resultaria, além da participação no Guia Nacional, na elaboração de um repertório de toda a documentação referente à escravidão no Piauí, algo inédito na casa.

Para iniciar o trabalho de elaboração do Guia de Fontes sobre a escravidão no Piauí, o Arquivo Público organizou uma equipe de profissionais da área de história, com o objetivo de coletar e inventariar os documentos existentes sobre o assunto. A equipe selecionou o acervo, considerando o documento mais antigo em arquivo até o ano de 1890 e todo o conjunto documental cujo assunto estivesse relacionado aos temas do Guia. A seleção dos municípios a serem incluídos no projeto levou em conta a antiguidade deles e a importância de cada um no período escravista; foi realizada, também, uma visita prévia pela direção do Arquivo Público a fim de examinar o acervo existente.

Ao Arquivo Público Estadual foi dada particular atenção por ser o maior centro documental do Piauí cujo acervo foi reconhecido por diversos pesquisadores, que a ele tiveram acesso, como um dos mais ricos do país. A quantidade e a qualidade de seus documentos são de incalculável valor na elucidação de fatos históricos regionais.

O acervo documental do Arquivo Público está organizado de acordo com os três níveis do poder administrativo, complementado pela Hemeroteca, Biblioteca do Piauí, Biblioteca de Apoio e Fototeca. A documentação relativa ao Poder Legislativo abrange o período entre 1725 e 1982; foram manuseados decretos, leis, atas, correspondências da Assembléia Legislativa, códigos de posturas dos municípios, mensagens, ofícios, pareceres, projetos, requerimentos, resoluções, além de documentos relacionados às primeiras câmaras municipais do Piauí. Os documentos do Poder Executivo correspondem ao período entre 1753 e 1978, dos quais foram examinadas as correspondências recebidas e expedidas pelo Palácio do Governo para outros governos, ministérios, secretarias de governo e municípios, além das coleções especiais (Balaiada, Guerra do Paraguai, Independência, Rebelião de Pinto Madeira e Junta de Classificação de Escravos). No Poder Judiciário, cujo acervo é composto de 12 cartórios judiciais e extrajudiciais do estado, além de documentos do Tribunal Eleitoral e da Justiça Federal, seção do Piauí, foram manuseados os livros de notas dos tabeliães, procurações, inventários, atas das sessões do júri, rol dos cul-

pados e autos em geral. Na Hemeroteca foram vistos todos os títulos que compreendiam o período escravista, e na Biblioteca do Piauí levantaram-se todas as obras publicadas sobre o assunto.

Selecionada a documentação, partiu-se para o inventário da leitura e registro dos documentos, sob a orientação dos profissionais de história que, também, participaram diretamente da leitura com a equipe. Ao mesmo tempo, várias instituições foram visitadas na capital e no interior do estado, na busca de documentos relativos ao tema. Em Teresina, além do Arquivo Público, foram cadastradas as igrejas de N. S. do Amparo, N. S. das Dores e a Loja Maçônica Caridade Segunda como detentoras de acervo relativo à escravidão negra.

Após o levantamento realizado na capital, iniciou-se o trabalho no interior. Durante mais de quarenta dias foram percorridos os seguintes municípios: Jaicós, Picos, Oeiras, Floriano, Jeromenha, Valença, Regeneração, Amarante, Parnaíba, Luís Correia, Piripiri, Piracuruca, Batalha, Barras, José de Freitas, Campo Maior, União, Pedro II, Luzilândia e Esperantina. Deveriam ser visitados, ainda, os municípios de Parnaguá, Corrente, São Raimundo Nonato e Santa Filomena, o que não foi possível. É certa a existência de documentos relativos à escravidão nos cartórios de São Raimundo e Corrente e, possivelmente, nos outros municípios citados, dada a importância que sempre tiveram na região sul do estado. Nos cartórios eclesiásticos constatou-se que a documentação referente ao tema é composta de batizados, casamentos e óbitos de escravos, sendo que nos cartórios cíveis encontram-se referências nos livros de notas dos tabeliães e nos autos em geral.

É interessante observar a existência de arquivos particulares em alguns municípios. Em Jaicós, o do Sr. Rafael Leal Leles, com documentos sobre escravidão; em Parnaíba o arquivo do Dr. Lauro Correia e em especial o do Dr. José Albano de Macedo, Diretor do Museu Capitão-Mor João Gomes Caminha, em Picos, que além do arquivo (com documentos sobre o tema), possui também museu, fototeca, fonoteca e biblioteca aberta ao público. Foram indicados outros nomes que, infelizmente, não pudemos contatar. Digno de nota é o grande interesse demonstrado por várias pessoas no tocante à conservação da memória escrita, bem como na produção da história de seus municípios. Omitimos nomes para não cometer injustiças, dado o grande número de pessoas visitadas.

Embora exista uma preocupação quanto à conservação do acervo documental, nenhuma medida neste sentido foi tomada nos municípios. A maioria dos arquivos eclesiásticos e cartoriais encontra-se instalada de forma inadequada e a documentação está sendo corroída por cupins. Entre os municípios visitados, citamos como exemplo de grande precariedade a documentação encontrada em Barras, Amarante e Oeiras, cidades de grande importância no contexto histórico piauiense, sem que as autoridades competentes se mostrem interessadas na solução do problema. Debalde foi o nosso esforço na busca da documentação eclesiástica de Oeiras relativa ao período da escravidão. Visitouse a secretaria paroquial, contatou-se pessoas do Instituto Histórico de Oeiras e, por último, tentou-se audiência com o bispo diocesano, de Oeiras/Floriano, mas sem resultado, o que foi lamentável, pois o município é o primeiro núcleo eclesial no Piauí.

São necessárias medidas urgentes na solução desses graves problemas. Para isso, foi firmado convênio entre a Fundação Cultural do Piauí e o Tribunal de Justiça para que a documentação cartorária mais antiga seja enviada ao Arquivo Público Estadual, o que já foi feito por diversas cidades. Discordamos, no entanto, desta medida por entendermos

que a documentação municipal deve permanecer no local, facilitando o acesso aos municipios, os quais não precisarão deslocar-se para Teresina quando necessitarem de certidões ou qualquer outra informação. Por outro lado, o próprio Arquivo Estadual não dispõe de espaço para a guarda de todo o acervo. A incrementação desta idéia não será difícil em alguns municípios que possuem 'casas de cultura', como é o caso de Amarante, que possui a Casa Odilon Nunes com um grande número de amplas salas, cujo uso poderá ser racionalizado.

A implantação do Sistema de Arquivo Estadual, como vem acontecendo em outros estados, seria outra medida para resolver as dificuldades por que passam os arquivos municipais e os das secretarias de governo.

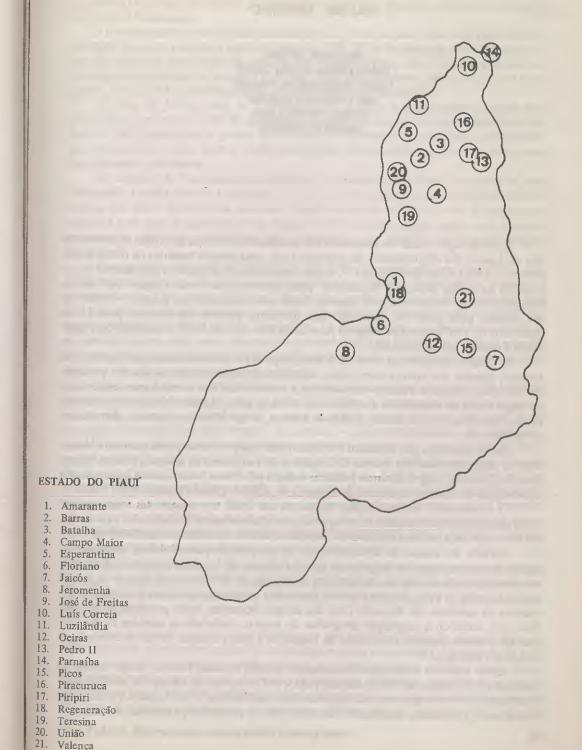
Apesar de a coordenação do sistema de arquivos existir há mais de quatro anos no Piauí, nada tem sido feito para solucionar os problemas relativos ao acervo documental. Contudo, a atual coordenação começou a tomar algumas medidas, tais como o levantamento da situação da documentação no estado e o estudo da realização de um seminário, ainda este ano, envolvendo profissionais da área de arquivo e demais interessados.

Só assim, e com o apoio das autoridades municipais e estaduais, serão solucionadas estas questões que tanto ameaçam a produção histórica piauiense. Do contrário, perderemos a documentação cartorária e eclesiástica, fato já ocorrido com a documentação de muitas prefeituras e de várias secretarias de governo entre 1930 e 1970.

É interessante ressaltar a importância de um trabalho desta natureza, pois ele permitiu, pela primeira vez, que profissionais na área de arquivo percorressem diversos municípios, despertando nas pessoas uma nova consciência em relação aos 'papéis velhos' entregues aos seus cuidados. A nós, ainda, possibilitou um conhecimento maior do acervo do Arquivo Público e uma visão sumária da situação da documentação judicial e eclesiástica existente no estado.

É necessário que essa articulação entre Arquivo Nacional e arquivos estaduais, na execução de trabalhos iguais a este, tenha continuidade, pois não só proporciona o resgate das fontes arquivísticas do país, como também estabelece o maior entrosamento entre os profissionais de arquivos.

O sucesso deste trabalho só foi possível com o apoio do Arquivo Nacional e da Secretaria de Cultura do Piauí, na pessoa do Prof. Israel José Nunes Correia, que não mediu esforços para a sua realização, colocando transporte, motorista e combustível à disposição do Arquivo Público nas visitas aos municípios. Também foi fundamental: o esforço dos funcionários do Arquivo no levantamento de seu acervo, em especial os que trabalham diretamente com o Guia: Cloves Barros, Adálio Saraiva, Gilmar de Miranda, Lucilene Lemos, Norma Suzana, Renato de A. Santos, Raimundo C.A. Filho, Socorro de Maria Rego, José Gil C.B. Filho, Sebastião B. da Silva, José Barbosa, Marlene Dantas, Solange Hiller, Conceição Queiroz, Francisca Zelma, Bras de S. Carvalho, Antônio P. de Araujo e Salânia Melo. Notificamos, ainda, a boa acolhida e a atenção dispensada à equipe por parte dos párocos, tabeliães, juízes e pesquisadores nos municípios visitados.



RIO DE JANEIRO

Margareth da Silva Dilma Fátima Avellar Cabral Gelson Rozentino de Almeida Luiz Guilherme Belisário Sidney Ferreira Leite Suzana C. Delgado

A delimitação inicial do universo a ser pesquisado pelo Guia de África no estado do Rio de Janeiro foi determinada, em primeiro lugar, pela própria temática da frente arquivística - África e escravidão negra -, o que significou compreender a importância da escravidão na antiga província fluminense, particularmente em toda a região do Vale do Paraíba e Norte Fluminense; em segundo lugar, pela data-limite do projeto - 1888 -e; por último, pelo prazo de conclusão dos trabalhos, previsto inicialmente para 31 de dezembro de 1987, depois prorrogado para 29 de fevereiro de 1988, o que implicava agilização e rapidez em sua execução.

O projeto nacional do Guia de África propunha o recenseamento das capitais dos estados; quanto aos outros municípios, estes seriam incluídos na medida do possível. No entanto, o Arquivo Público e a Secretaria Executiva do Guia consideraram importante abranger todos os municípios existentes até 1888, já que o Arquivo Nacional se incumbiria do recenseamento na cidade do Rio de Janeiro, antigo Município Neutro, além do seu próprio acervo.

Para a execução dos trabalhos foi constituída equipe formada pela monitora Margareth da Silva, pesquisadora Suzana C. Delgado e dos auxiliares de pesquisa Gelson Rozentino de Almeida, Luiz Guilherme Belisário e Sidney Ferreira Leite. Contou, ainda, com a colaboração da diretora da Divisão de Pesquisa da APERJ, Dilma Fátima Avellar Cabral.

O arrolamento dos municípios existentes até 1888 e a relação das freguesias até 1872 nortearam nosso trabalho em relação às prioridades a serem estabelecidas para as visitas da equipe, seja pela sua antiguidade, seja pelo peso da escravidão em sua história.

Através do exame da documentação do próprio Arquivo Público, encontramos alguns documentos avultos do juízo de paz da freguesia de Jurujuba de Niterói, documentos estes que não se acham em cartórios de Ofícios de Notas ou pelo menos na grande maioria destes. O Prof. Renato Barbosa Fernandes alertou-nos para essa documentação e indicou os cartórios do Registro Civil das antigas frequesias como possíveis detentores. Este fato implicou a ampliação geográfica do projeto, incluindo-se também os distritos que até o século passado eram sedes de freguesias e que, portanto, teriam documentação cartorial e paroquial.

Entre todos os municípios recenseados, cumpre destacar Niterói, antiga capital da província e do estado do Rio de Janeiro (1835/1975). Apesar do esforço de visitarmos 31 instituições, só conseguimos oito questionários, incluindo-se o do Arquivo Público; isto indica que o ratrimônio documental da cidade não foi preservado, à exceção dos cartório Arg. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial e da Mitra Diocesana de Niterói, dificultando a pesquisa e deixando consideráveis lacunas na memória fluminense.

O recenseamento de cinquenta municípios e vinte e quatro distritos possibilitou a produção de cento e noventa questionários até o dia 29 de fevereiro de 1988. No entanto, isto não significa que tenhamos coberto, em sentido estrito, todo o estado, pois há nove municípios que, apesar de recentes e de não terem sido visitados, além dos acervos particulares, ainda não foram 'descobertos' por arquivistas e pesquisadores.

O Guia de Africa, além de recenceamentos e visitas aos informantes, exigiu todo um trabalho preliminar a fim de possibilitar o acesso às instituições que, tendo sido criadas até 1888, possuíssem a guarda de documentos referentes ao tema, bem como àquelas que, tendo sido criadas após o corte cronológico estabelecido pelo Guia, acumulassem documentação pertinente.

O trabalho de levantamento preliminar foi desenvolvido através da leitura de uma bibliografia variada sobre a escravidão e sobre os municípois do estado do Rio de Janeiro, criados até 1888. Buscávamos com este trabalho rastrear os lugares onde o pesquisador encontra com mais frequência fontes primárias sobre o tema e, por outro lado, todas as informações referentes ao histórico dos municípios, suas transformações e instituições

Essa pesquisa resultou na ciração de um fichário organizado por municípios, que serviu como indicador de possíveis informantes em todos os municípios e distritos a serem visitados. Cabe acrescentar que algumas das instituições levantadas no século XIX não mais existem, o que nos levou a buscar o local onde a documentação produzida por aquela instituição poderia ter sido acumulada. De maneira geral esta busca era infrutífera na medida em que não havia informações precisas acerca do destino do acervo, à exceção dos cartórios, paróquias, prefeituras e câmaras, nos quais a localização se tornou mais fácil, no caso de documentação ainda existente.

Após este levantamento preliminar e a formação da equipe, iniciamos o trabalho de recenseamento dos fundos do próprio Arquivo Público. A documentação do período provincial que abrange, principalmente, o tema escravidão encontra-se em sua maior parte arranjada e descrita num instrumento de pesquisa - o inventário sumário. Por meio deste inventário foi possível selecionar as séries e subséries e relacionar a documentação pertinente em sete fundos, a saber: PP (Presidente da Província), DEP (Diretoria de Fazenda Provincial), DOPP (Diretoria de Obras Públicas Provinciais), SPP (Secretaria de Polícia Provincial), CM (Câmaras Municipais), IR (Instituições Religiosas) e GN (Guarda Nacional). Além destes, havia o acervo do 4º Ofício de Notas do Rio de Janeiro e o do Depósito Público da Cidade do Rio de Janeiro. Este último, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Justiça, que guardava aquela documentação, teve seu acervo recolhido ao Arquivo Público, acrescentando-se, assim, mais um fundo.

Com relação à Guarda Nacional, a história deste fundo só pôde ser realizada graças ao texto "A Milícia cidada", elaborado para a Pequena Mostra de Documentos Históricos, de setembro de 1979, de autoria de Ieda Gappo V. de Brito, diretora da Biblioteca Estadual de Niterói.

Preenchidos os questionários, percebeu-se que a documentação do Arquivo Público, além do dado quantitativo, permitia investigações sobre a escravidão, abrangendo os mais variados aspectos, tais como: trabalho escravo nos órgãos públicos, tráfico e contrabando, processos criminais envolvendo escravos, registros de casamento, nascimento e óbitos, resistência (fugas, suicídios, insubordinação, quilombos), matrícula de escravos e relações de entrada e saída, arrematação de escravos e africanos livres, impostos sobre escravos,

participação de escravos na Guerra do Paraguai, inventários e códigos de posturas municipais, entre outros.

Este trabalho possibilitou não só o recenseamento do acervo do Arquivo Público, mas também o treinamento da equipe na realização das tarefas nas diferentes instituições do interior do estado que custodiavam documentação pertinente ao tema.

Terminado o levantamento e o recenseamento dos informantes, pudemos constantar que o trabalho do Guia permitiu-nos, pela primeira vez, estabelecer contato com as unidades arquivísticas dos diversos municípios, dando-nos uma visão ampla da qualidade, quantidade e estado de conservação de seus acervos.

Por outro lado, a publicação do Guia e o seu envio a todos os informantes servirão para divulgar fontes primárias ainda não amplamente trabalhadas, incentivarão novas pesquisas e facilitarão o acesso do pesquisador aos variados acervos. Acreditamos, ainda, que este fator auxiliará na conservação de enorme massa documental, garantindo assim sua preservação.

Acervo das municipalidades

Dos acervos das municipalidades, os arquivos das Câmaras e Prefeituras concentram a maior parte da documentação existente, além de apresentarem uma diversificação muito grande em relação à temática. Foram encontrados os seguintes documentos: livros de atas, livros de receitas e despesas da Câmara, estatística sobre a população escrava, livros de cemitérios e ofícios diversos. Vale acrescentar que, em muitos casos, a documentação aparece de forma isolada, frequentemente sem ordenação cronológica, o que dificulta em

muito o trabalho de pesquisa.

O critério utilizado para o recenseamento foi, como já explicamos, o de levantamento dos municípios criados até 1888. Porém, mesmo nestes casos, não foi possível encontrar documentos pertinentes ao tema em todos os acervos visitados devido às sucessivas perdas que estes órgãos vêm sofrendo ao longo dos anos. Podemos avaliar que estas perdas devem-se a uma série de fatores conjugados: escolha de locais inadequados para sediar um arquivo, fatores naturais (chuva, enchente e mesmo fogo), armazenamento inadequado, a própria ação humana e, finalmente, o desmembramento de municípios, quando o acervo costuma dispersar-se e os contratempos criados por uma transferência não racionalizada acaba por agravar um quadro quase sempre já caótico. O acervo das municipalidades forneceu 16,3% do universo total recenseado.

Das instituições recenseadas, a Prefeitura e a Câmara de Campos foram as que mais contribuíram com informações para o preenchimento do questionário, constituindo-se de acervos valiosos para o estudo da escravidão neste município. Devemos ressaltar, ainda, as iniciativas das prefeituras de Nova Friburgo, Rio das Flores e Vassouras, que estão desen-

volvendo projetos de preservação documental.

Os acervos das municipalidades fornecem preciosos dados para a recuperação da história regional e, numa perspectiva global, para a compreensão do conjunto da sociedade, sendo imperativo que as autoridades municipais lhes destinem verbas para sua preservação.

Acervos cartoriais

Entre os critérios de seleção de informantes já mencionados, foi extremamente útil a relação dos cartórios do estado do Rio de Janeiro, elaborada pelo Ministério da Justiça. Nossa orientação foi a de selecionar tanto os cartórios de Ofícios de Notas, quanto os de Registro Civil, que acumularam documentação anterior à sua criação, cruzando, para isso, Arq. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial as informações dos atuais distritos com as antigas freguesias da província do Rio de Ja-

A obtenção de uma carta de apresentação da Corregedoria Geral de Justiça do Estado facilitou o acesso da equipe aos cartórios, ainda que por vezes encontrássemos algumas resistências. A sistemática de trabalho adotada teve por base uma 'amostragem' da documentação, dado o volume dos acervos.

Do total das instituições recenseadas, os acervos cartoriais contribuíram com 28,42%. Além de acumularem documentação riquíssima sobre a escravidão, esta apresenta-se ordenada cronologicamente, com raras lacunas, possibilitando pesquisas bem fundamentadas.

Os cartórios de Ofícios de Notas compõem-se, fundamentalmente, de documentos a partir do segundo quartel do século XIX, abrangendo, em sua maioria, livros de registros de escrituras (de hipotecas, compra e venda, doações, dívidas, obrigações), livros de procurações (para compra e venda), livros de inscrições de hipotecas, livros de transcrição de imóveis, livros de registro de testamentos, processos criminais, processos cíveis, incluindo os inventários com os recibos de pagamento do imposto de meia-sisa.

Os cartórios de Registro Civil são depositários de livros de registros de nascimentos, casamentos e óbitos, que indicam procedência e condição, como também de livros de Notas do juízo de paz estabelecido nas freguesias, os quais contêm escrituras de compra e venda, de obrigação e quitação de dívida, de doação, de procuração e um número expressivo de cartas de alforria.

Os acervos cartoriais que mais forneceram dados para a coleta de informações foram os de Cabo Frio (Região dos Lagos), Campos (Norte Fluminense), Cantagalo (Região Serrana), Nova Iguaçu e Niterói (Região Metropolitana) e Piraí, Valença e Vassouras (Médio Paraíba).

Apesar de parte dos cartórios possuírem como instrumento de pesquisa Livro de Tombo ou Livro-Indice, que facilitam o trabalho do pesquisador, a feitura destes livros é, na maioria dos casos, de data recente. São poucos os cartórios que possuem instrumentos para a documentação do século XIX.

O estado da documentação cartorial não difere muito do restante dos acervos. Há uma necessidade premente de concentrar esforços para reverter este quadro, pois, além da pesquisa acadêmica, o documento cartorário serve ao cidadão para a obtenção de informações necessárias para provas de direito, privilégios e imunidades.

Acervos paroquiais

Os critérios adotados para a visita aos acervos paroquiais, compreendendo também os das dioceses, foram os mesmos que orientaram as outras visitas, destacando-se, porém, a Relação das Freguesias da Província, elaborada pela diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1872, cujo original se encontra em poder do Arquivo da Cúria Metropolitana, que nos forneceu dados de localização e data de criação, importantes para a busca destes acervos.

Dos 190 informantes obtidos, 54 foram eclesiásticos, o que equivale a 28,27% do total. Ressaltam-se, entre estes, a Mitra Arquidiocesana de Niterói, a Catedral de São Salvador de Campos e a Catedral de Sant'Anna de Piraí.

No Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Niterói encontramos um acervo riquíssimo, tanto em documentação original, quanto em microfilmes, relativo a mais de três dezenas de paróquias dos seguintes municípios: Araruama, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu,

Campos, Cantagalo, Itaboraí, Macaé, Magé, Maricá, Niterói, Paraíba do Sul, Rio Bonito, São Gonçalo, São Pedro d'Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

A Catedral de São Salvador de Campos e a de Sant'Anna de Piraí conservam, também, importante conjunto documental de várias paróquias, merecendo relevo a Catedral de Piraí, que custodia, inclusive, documentos de paróquias não mais existentes na região do extinto município de São João do Príncipe.

Nas instituições eclesiásticas visitadas localizamos livros de registro de batismos, casamentos e óbitos, tanto de pessoas livres quanto de escravos e ingênuos nascidos após a Lei do Ventre Livre, processos de habilitação matrimonial, justificação de batismo e registros de testamentos, estes últimos em alguns arquivos de dioceses.

Essas fontes constituem importante norteador para os estudos de demografia histórica na medida em que indicam dados e características pessoais da população. Além disso, são facilmente encontradas em quase todas as paróquias do estado, podendo contribuir decisivamente para esta linha de pesquisa.

Os acervos de irmandades e Santas Casas contribuíram com 3,67% dos recenseamentos e constituem-se fundamentalmente de Livros de Atas, Livros de Receita e Despesa, Compromissos, entre outros. Na maioria das vezes, esta apresenta-se descontínua pela grande perda sofrida ao longo de sua existência. Merecem destaque os Compromissos das Santas Casas, que contêm informações sobre atendimento médico a escravos. Estes elementos são fundamentais para a reconstituição do cotidiano da prática médica nas instituições hospitalares.

Acervos particulares

Em relação aos acervos particulares, devemos considerar que não era uma de nossas prioridades iniciais pois tínhamos consciência de que, ao dispormos de pouco tempo para cobrir um universo tão amplo, deveríamos voltar-nos para instituições que tradicionalmente acumulam documentos e que, sem sombra de dúvida, teriam em seu acervo documentação pertinente ao tema. Um outro ponto a destacar é a falta de informação sobre famílias que dispunham de documentação referente à temática; contávamos essencialmente com informações obtidas nos municípios/distritos visitados. Não houve a procura do Arquivo Público por qualquer detentor de acervo para o recenseamento no Guia; assim, a 'descoberta' destes ainda está por ser feita.

Os arquivos privados contribuíram com 2,61% do universo total de informantes recenseados. Dos questionários obtidos, a documentação de maneira geral é muito variada, mas igualmente esparsa, constituindo-se principalmente de fotos, cadernetas de anotação e livros de receita e despesa, entre outros.

Em relação ao Bloco de Dados Relativos ao Fundo/Coleção do Questionário do Guia de África, devemos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, o conceito de fundo, entendido como a documentação produzida e acumulada por órgãos, instituições, famílias ou pessoas, não existe para a maioria dos informantes. A terminologia mais utilizada é arquivo, ou acervo, que exprime tanto a guarda, conservação e organização, quanto entulho, papéis velhos etc., demonstrando a falta de trabalho arquivístico no interior do estado.

No tocante à história do fundo, foi um dos itens mais trabalhosos, pois a quase totalidade dos informantes desconhece inteiramente dados como data e motivo de criação, subordinação etc. Para preencher esta lacuna, consultamos basicamente a obra de Cortines Laxes, Regimento das Câmaras Municipais, de 1885, bem como a Enciclopédia dos Muni-

cípios Brasileiros, de 1959, e a Coleção de Monografias dos Municípios (diversos números), ambas do IBGE, que forneceram dados possíveis para elaboração deste item.

Para os cartórios a situação era ainda mais difícil, já que quase não dispúnhamos de informação. Decidimos resgatar, na obra de Cortines Laxes, os dados sobre a história das comarcas da província e seus respectivos termos, pois, ao indicar data de criação, instrumentos legais, abrangência e transformações ocorridas em cada uma delas, fornecem ao pesquisador elementos para a busca desta documentação tanto nos cartórios do município do seu interesse, quanto naqueles situados nas sedes anteriores das comarcas. Por outro lado, este trabalho permitiu-nos conhecer, ainda que em linhas gerais, a trajetória do Poder Judiciário em nível municipal,

O item relativo à organização do fundo/coleção apresentou alguns problemas para caracterizar o que está identificado e o que está organizado. Em primeiro lugar, um grande número de acervos estão situados em locais inadequados (porão, sótão, jirau), sem luz e com mofo e como o estado de conservação, de pelo menos uma parcela da documentação, é crítico, cria obstáculos para o reconhecimento da ordenação lógica dos mesmos. Em segundo lugar, dependíamos de informações do atendente ou responsável pelos arquivos que muitas vezes não nos podia auxiliar, seja por desconhecer, seja por não dispor de tempo, devido ao próprio trabalho na instituição. Em terceiro lugar, alguns locais se encontravam em obras, ocasionando mudanças nos acervos e tornando difícil descobrir a sua organização anterior. E, por último, um certo grau de subjetividade, por parte do pesquisador no exame da documentação, inerente a este tipo de questão. Neste sentido, nosso grau de exigência foi bem reduzido. A distinção entre organizado totalmente e organizado parcialmente, de modo geral, foi para aqueles casos em que uma parte da documentação apresenta algum nível de organização.

Nos cartórios e nas paróquias predomina a organização por assunto. Nos cartórios, por exemplo, os livros de escritura e de procurações estão fisicamente separados. O mesmo ocorre com os processos, entre os quais são destacados os inventários. Nas paróquias, também, há a tendência de organizar pelo tipo de documento produzido: livros de batismos, casamentos e óbitos, dispostos em seqüência e separados dos processos. Nestes acervos, notamos a preocupação com a documentação mais antiga, a qual teria 'valor histórico' e que, por isso, em algumas paróquias, se encontra separada do restante da documentação.

A organização interna destes grupos documentais tende a obedecer à ordem cronológica. Porém, nos cartórios o que vale é a data de arquivamento do processo, e não a de seu início.

Com relação aos acervos das municipalidades, essencialmente arquivos de prefeituras e câmaras, a situação é mais crítica, pois a documentação mais antiga é mínima, muitas vezes inexistente, e como não é muito requisitada, não merece maiores atenções. No caso de o responsável pelo arquivo perceber a importância do documento, este é destacado e acondicionado em armário ou estante, separado do conjunto do acervo.

Já com relação ao conteúdo da documentação, os dados foram levantados por amostragem, o que significa que poderá haver outros tipos de documentos com informações mais valiosas nos acervos recenseados. É imprescindível a aplicação da pesquisa no Brasil, não só porque produz conhecimento, mas também porque, de certa maneira, impõe aos arquivos e seus respectivos responsáveis a necessidade de organizar e preservar a documentação.

Por último, gostaríamos de prevenir o pesquisador de que os dados coletados — de organização, quantificação, instrumentos de pesquisa, datas-limite e até mesmo de conteúdo — podem ser alterados de acordo com as flutuações e variações na situação climá-

tica, política, econômica dos informantes recenseados. Se há mundaça de endereço de pessoa responsável, existência de obras, 'necessidade de abrir espaço no arquivo', tudo isto implicará modificações nos acervos, ou seja, nada é totalmente estável em se tratando de documentação.

Conclusão

Esta descrição, aparentemente asséptica, como se tudo corresse às mil maravilhas, não deve iludir aqueles que pretendem realizar a busca nos arquivos deste estado.

Nossas condições de trabalho, tanto no próprio Arquivo Público, quanto nos municípios e distritos, eram por vezes cansativas e por outras hilariantes. A monitora passou seis meses (tempo de duração do projeto) reclamando desde a falta de datilógrafos no serviço público até contra a Telerj e a Cetel, com suas linhas sempre congestionadas, passando pela falta de papel de xerox, lápis, caneta e um carro que nos facilitasse as locomocões.

As viagens são um capítulo à parte. Iniciavam-se geralmente com encontros marcados na Rodoviária Novo Rio, entre 6:30 e 7:00 horas da manhã, e fatalmente algum membro da equipe se atrasava e chegava às carreiras, o ônibus já saindo, com aquela frase inevitável: "vocês não sabem o que aconteceu comigo". Não faltando, é claro, aqueles atrasos impossíveis do ônibus esperar, deixando-nos irritados com o retardatário que, assumindo a culpa, se penitenciava com suas irrepreensíveis visitas e recenseamentos, e até realizando viagens ainda não programadas.

A técnica de abordar os responsáveis pelos arquivos passou por várias fases. No princípio, explicávamos todo o projeto do Guia; no decorrer do trabalho, contudo, chegamos à conclusão de que bastava um mínimo de informação para termos acesso aos arquivos. Quando um responsável se mostrava mais reticente, não hesitávamos em insistir e até implorar para, pelo menos, examinar o acervo, o que quase sempre resultava em mais um questionário. Houve, também, alguns casos em que nossos argumentos não foram suficientes para convencer o possível informante, que literalmente nos fechava as portas.

Nossas viagens eram organizadas para visitas a dois ou três municípios e, muitas vezes, pelo menos um distrito. A ida de um município a outro e/ou a um determinado distrito era feita em estradas de péssima conservação. O fato de os ônibus transitarem sobrecarregados tornava essas viagens no mínimo emocionantes, com os ocupantes gritando com o motorista, contra a empresa, sem sabermos se iríamos chegar na hora combinada com o informante, que nos daria acesso e que, devido a seus compromissos, não poderia ficar à nossa espera. Algumas vezes os ônibus, para darem partida, foram empurrados pelos passageiros.

Seria impossível relatar todas as peripécias por que passamos. Entretanto, achamos que essa experiência, embora não tenha abrangido o universo total de possíveis informantes, foi extremamente produtiva para o Arquivo Público do Estado, trazendo maior conhecimento arquivístico e histórico para esta instituição, e contribuiu decisivamente para que o projeto tivesse maior alcance.

Por fim, não poderíamos deixar de agradecer àqueles que, das mais variadas formas, colaboraram na realização deste trabalho: diretor-geral do Arquivo Público, Prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva, que nos deixou à inteira disposição para a realização do projeto: o desembargador Dr. Nicolau Máry Júnior que, percebendo a importância deste Guia, forneceu-nos as credenciais necessárias para o acesso aos cartórios; Arquidiocese de Niterói e às dioceses de Campos, Nova Friburgo, Valença, Barra do Piraí/Volta Redonda que nos facilitaram o acesso às paróquias e aos seus próprios acervos; a "tchurma" do Arquivo

Público, Léa Kaplan, Milton Nogueira, Sônia Célia Horta, Almyr dos Santos e Waldecy; o Sr. Marcelo S. Martino, secretário de Cultura de Miracema, que recenseou Laje de Muriaé e Miracema, pela sua participação neste projeto e acima de tudo por sua enorme dedicação à preservação do patrimônio histórico e cultural de seu minicípio; a Prof.ª Sônia Violeta Motta, pela ajuda prestada no recenseamento do Fórum e da Prefeitura de Vassouras; todos os pesquisadores dos municípios, especialmente Alípio Mendes, de Angra dos Reis, que com suas pesquisas reconstitui e preserva a memória regional; Paulo Paranhos, diretor-geral do Departamento de Documentação Histórico-Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cujo auxílio e carinho seria impossível enumerar; Áurea Maria de Carvalho, do Museu Imperial, que recenseou, além dos museus do Pró-Memória em todo o país, Petrópolis, Parati e Resende, cuja colaboração amiga foi imprescindível para a realização deste trabalho; Da Raquel de Moura, secretária da Associação dos Arquivistas Brasileiros, pelo atendimento rápido e eficiente às nossas solicitações de 'vil metal' para as despesas de viagens; Antonio Cláudio Jacoby de Alvarenga, cartógrafo da Secretaria de Estado de Planejamento, pelo belíssimo mapa do Estado do Rio de Janeiro; Sílvia Estrela, da Biblioteca Estadual de Niterói, pelo auxílio às nossas pesquisas sobre os municípios fluminenses; Prof. Marco Antônio da Silva Mello, ex-diretor do Arquivo Público, que apoiou e divulgou o projeto em sua fase inicial e a equipe do Arquivo Nacional, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Jaime Antunes da Silva e Silvia de Moura, que incansavelmente trabalharam pela realização do Guia e pela imensurável paciência com os nossos prazos sempre esgotados, nossas dúvidas e, acima de tudo, e acima de tudo nossas insônias e "crises nervosas". Aos três, todo o nosso carinho.

Arq. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

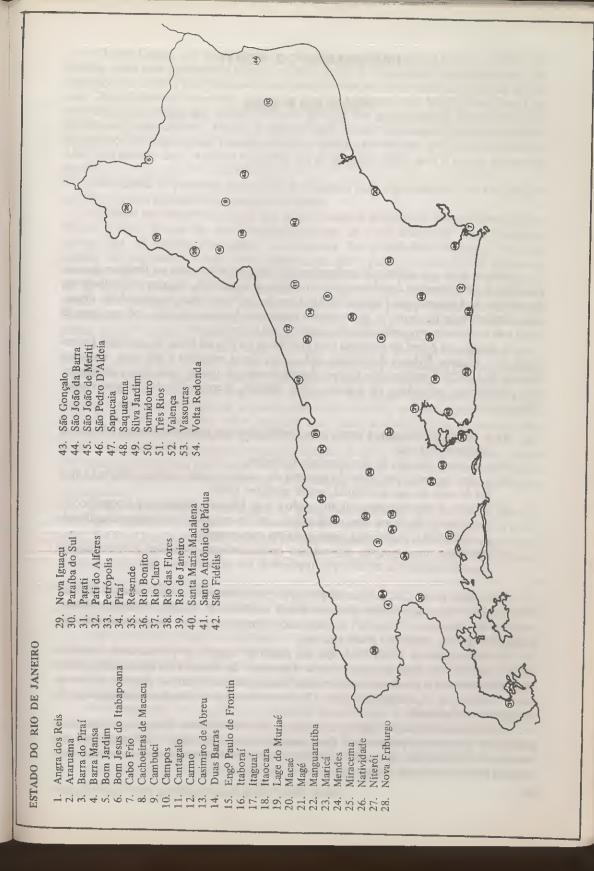
					ACE	RVOS			
			Munici-			Irmandades/		Qutros 2	Totals
Nº	Municípios		palidades	Cartorinis	Paroquiats	Stas. Casas	Particulares	V R	V B -
145	Indinospies	Distritos		V B	V R	V R	V R	02 02	02 02
		V B						02 02	13 04
01	Rio de Janeiro ³		02	04 02	01 01	2 1		, fint	05 02
02	Angra dos Reis*	02 01		02 02	01 -				07 02
	Araruama*		02 -	04 01	01 01				11 07
03	Barra do Piraí	01 01	02 -		02 02	01 -			07 03
04		01 01	03 02		02 01				
05	Barra Mansa*	01 01	02		01 01				
06	Bom Jardim		02 -	01 01				02 -	09 05
07	Born Jesus de Itabapoana		02 01	04 03					07 04
08	Cabo Frio*	01 01	02	04 03					04 01
09	Cachoeiras de Mecacu*	01 01	01 -	02 -	01 01	01 01	02 02	02 -	28 18
10	Cambuci	05 03	03 02	10 08	10 05	01 01		02 -	10 06
11	Campos*	01 01	03 02	03 02	02 02				05 04
12	Centagalo*	01 01	02 01	02 02	01 01				06 01
13	Carmo*		02 -	03 01	01 -				06 02
14	Casemiro de Abreu*	01 -	D2 -	03 02	01 01				03 02
15	Dues Barras	5.5		02 01	01 01			01 -	08 04
16	Eng. Paulo de Frontin	01 01		04 03	01 -			01 -	08 03
17	Itabora (*	02 02		03 01	02 01				07 02
	!tagua!*		03 01	03 -	01 01		01 01		05 02
18	Itagua		02 -		01 01				16 11
19			02 -		04 03	02 02			
20	Laje de Murisé	03 02	03 02		03 02				
21	Macaé *	03 03	02	05 04	01 01				05 03
22	Magé*		02 01	02 01					05 01
23	Mangaratiba *		02	02					02 02
24				01 01	01 01		01 01		04 03
25	Mendes			02 01	01 01				01 01
26	Miracema			- 01	01 -			18 02	30 07
27	Natividade	01 01	04 01	05 D4	02 01	01 -		02 -	09 04
28		01 01	03 02	02 01	01 01	01 -		01 01	07 03
29			03 -	02 01	01 01			01	06 04
30	Nova Imacu *			0.	03 02			U1	
31			02 02						02 01
32				01 01	01 -				02 -
33				01 01				24	D9 07
34				04 04	04 01	01		01 -	53 01
		01 01	02 02	(14 (14	0-1				06 04
3!	5 Piral*				01 -				
34			03 02	02 02	02 02				06 05
3		01 01	02 02	02 01	01 01				04 03
3.	B Rio Claro*		02 01	01 01					05 03
3	9 Rio das Floras		02 -	02 02					10 03
4	D Sts. Maria Madalena*	03 -	02 -	07 02	01 01	21.4			06 04
4	1 Sto. Antônio de Pádue *	05	03 01	02 02	01 01				05 01
4		01 -		05 01					07 05
4	3 São Gonçalo	01 -	02 01	03 03	01 01	01 -			01 01
4			02 01	01 01				01 -	08 01
	5 São João de Mariti		02 -	03 01	01 -	01 -		01 -	10 06
	6 São Pedro d'Aldeia			05 03	02 02				05 02
	7 Sapucaia*	03 01		02 02	01 -				06 04
	8 Saquarems*	01 01	02 -		01 01				07 03
			02		01 01				
			03	03 02	02 01			02 —	13 01
	50 Sumidouro	04 01	03 -	06 -		01 01	01 01	01 —	13 09
	51 Três filos	01 01	03 02	04 03		02 02			08 05
	52 Valença*	. 02	. 01 01	04 01	01 01	1			01 01
1	53 Vassouras*	1			01 01				
	54 Volte Redonda							1	382 190
_	Total da municípios recenseados pala			450 00	74 54	14 07	06 05	40 05	382 190
	Total de municipios recensuous para	40 24	97 31	152 90	74 04				
	equipe								

- Municípios existentes na provincia fluminanse até 1888, sando que houve transferência da sede municípal am Cachoeiras de Macacu, Casamiro de Abreu, Nova Iguaçu, aiém da mudença de denominação do município em Silva Jardim e Nova Iguaçu.
- Municipelidades', no quadro, refere te ao arquivo dos poderes executivo e legislativo municipais (prefeituras, câmaras, bibliotecas m 2 "Quaros" refere se sos acervos recenseados do Arquivo Público da Estado do Río de Jeneiro, Departemento de Documentação Histórico-Judiciária do Tribunal da Justiça da Estado do Río de Janeiro (município do Río de Jeneiro), Educandário Paulo Cândido (Niterái) e Instituto Histórico e Gaográfico de Nove Iguaço.
- 3 O município do Rio de Janeiro foi recenseado, am sua maior parte, pela equipe do Arquiva Nacional.

- O município do Hía de Janeiro no reconsesso, em sua maior parte, pela equipe do Arquivo reactinas.

 Os Cartórios do 19 a 20 Ofício de Notes de Paraíba do Sul tiveram seus respectivos accuvos recolhidos pela Departamento de Dacumenteção Histórico-Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Río de Janeiro.

 Os municípios de Perati, Petrópolis e Resende foram reconsesdos por Aurea Marie de Carvalho, do Museu Imperial. Or municípios de Cordeiro, Duque de Caxiss e Itaperane não forem incluidos no quadro, pois, embore tenham sido visitados, mentação pertinente à ternática do "Guia de África".
- 7 V e R significam visitados e recenseados, respe



RIO GRANDE DO NORTE

Petrônio José de Aguiar

Participar de um projeto da envergadura do Guia de África, que no Brasil se preocupou com o levantamento dos documentos relativos à escravidão, foi para nós, estudantes de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma oportunidade impar, para conhecermos de perto os documentos históricos do nosso estado, sob um aspecto ainda não explorado, em profundidade, pelos nossos historiadores.

A equipe em Natal foi formada pela Sra. Maria do Céu de Brito Vargas Soliz (monitora), do Arquivo Público do Estado, pelo autor deste relatório e pela Srta. Evanúcia Gomes, da UFRN. Constituída a equipe, deparamo-nos, de início, com alguns problemas, que procuramos solucionar da maneira mais objetiva, frente ao trabalho que iríamos desenvolver:

- a) o tempo relativamente curto para realizarmos um trabalho compatível com os objetivos do Guia;
- b) o pequeno número de participantes da equipe;
- c) a falta de apoio por parte do governo do estado, o qual, embora solicitado através de uma de suas secretarias, negou qualquer ajuda;
- d) o maior acervo documental do estado é o do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte que, infelizmente, não se encontra totalmente identificado ou organizado, padecendo também de má conservação;
- e) realizar-se uma pesquisa dependendo exclusivamente de ônibus intermunicipais é tarefa inglória; há cidades que dispõem de um só ônibus por dia.

Em linhas gerais, foram esses os principais problemas que enfrentamos no decorrer da pesquisa - afora aquele juiz que tem ojeriza ao título de doutor, ou mesmo de juiz, exigindo ser chamado de 'mestre'; um autêntico remanescente dos antigos 'coronéis' que já inscreveram seus nomes no nosso folclore.

A nossa primeira tarefa foi traçar um plano de viagens, de acordo com o leventamento estabelecido, para as cidades onde o número de escravos foi significativo, tento também em mente o problema de que muitas dessas cidades foram, no passado, termos de outras cidades: as chamadas comarcas. Os fatores facilitar e complicar entrelaçaram-se, exigindo maior atenção.

Na impossibilidade de visitarmos todas as cidades do estado (até porque nem todas possuíram escravos), optamos por fazer uma mostragem daquelas onde realmente seu número foi expressivo. Só então iniciamos a pesquisa de campo em velhos cartórios, igrejas e prefeituras, entre outros.

Arg. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

O Rio Grande do Norte divide-se em três regiões: Litoral, Agreste e Sertão. No Agreste, zona mais próxima da capital, segundo todos os documentos que localizamos, foi onde ocorreu a maior concentração de escravos, devido ao predomínio da atividade açucareira. Nizia Floresta, Goianinha, Arês, São José de Mipibu, Ceará Mirim, Macaíba e Canguaretama são cidades que devem chamar a atenção dos pesquisadores. Na zona do Litoral, Macau, Areia Branca, Touros e Mossoró são as mais importantes, principalmente a última, por ter sido a nossa primeira cidade a abolir a escravidão, em 30 de setembro de 1883. No Sertão, Açu, Apodi e Caraúbas são as de maior valor para o estudo da escravi-

Na capital, a principal instituição de interesse para o pesquisador é o IHGRN, ao lado do Arquivo Público e Arquidiocese de Natal.

Cremos ser importante falar um pouco sobre a história da escravidão em nosso estado. Temos notícia de sua introdução no ano de 1600 através de João Rodrigues Colaço que, de acordo com alguns historiadores, foi o verdadeiro fundador de nossa cidade, um ano antes. Outras fontes contam-nos que a partir do século XVII houve um aumento significativo de seu número, principalmente depois da expulsão dos holandeses da região. Quando estes aqui chegaram, em 1633, o Rio Grande do Norte possuía apenas dois engenhos, segundo correspondência de Nassau para a Companhia das Indias Ocidentais, publicada na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, edição de 1887: eram o Cunhaú e o Potingy, este sem moer e 'decaído'.

Com a expulsão dos holandeses, iniciou-se a expansão dos engenhos e consequentemente, o aumento da mão-de-obra escrava. Mesmo assim, comparada em diversos momentos com outras capitanias não teve um número relevante. Segundo os 'mapas de habitantes' das diversas freguesias, discursos e relatórios dos antigos presidentes da província, tivemos a maior quantidade de escravos entre 1870 e 1872, quando foram recenseados cerca de 24.352 cativos. Em 1873, segundo esses mesmos documentos, tal número caiu para a metade (12.152), devido às secas e epidemias que assolaram a provícnia e que atingiriam o ano de 1878, reduzindo a nossa população em torno de 50%. Isso forçou a venda dos escravos para outras províncias, evitando sua perda total, bem como a insolvência dos senhores de engenhos e fazendeiros que os possuíam. Depois disso, não mais apresentou crescimento.

Como historiadores, ressentimo-nos, ainda, da circular nº 29, de 13 de maio de 1891, que determinou a queima e a destruição de todos os documentos relativos à escravidão. No Rio Grande do Norte, a ordem foi seguida quase à risca. Os livros de matrículas, processos etc. foram varridos dos arquivos, restando pouca coisa desse tema tão importante da nossa história.

É digna de registro a preocupação dos cartórios e principalmente das igrejas em conservarem a maior parte de seus livros e documentos. Queremos citar a cidade de Mossoró sob os dois aspectos.

Dos cartórios visitados ressaltamos a organização do 1º Ofício de Notas da capital (Cartório Jairo Procópio) e do 1.º Cartório Judicial de Mossoró, do seu tabelião, Dr. Sebastião Vasconcelos. Historiador, tem-se preocupado com a conservação do acervo documental, pelo qual é responsável, tendo publicado diversos livros de inventários, testamentos e um pequeno grande livro, Os escravos na história de Mossoró.

Por outro lado, no decorrer da pesquisa estranhamos a dificuldade de acesso aos documentos cartoriais das cidades mais próximas à capital. Nas mais distantes tal problema quase inexistiu. Angustiou-nos sobremaneira o descaso de algumas instituições e de seus dirigentes com o destino dos documentos que possuem. As prefeituras são um descalabro à parte. Exceto a de Acari, nenhuma possui qualquer documento do século passado.

E o mais grave: também deste século; sequer dos últimos cinco anos. Estamos preparando, inclusive, uma matéria para publicação no jornal *Tribuna do Norte*, denunciando tal estado de coisas. Também lamentamos profundamente que em muitas dessas instituições seja negado ao historiador, o pesquisador brasileiro, o acesso a muitos documentos, a alguns arquivos. Nega-se uma cópia xerox de um documento, mas órgãos do governo enviam para instituições estrangeiras, como a Library of Congresse Office dos Estados Unidos, cópias de orçamentos estaduais, balanços e até mesmo boletins de assuntos meramente administrativos.

Acreditamos ser tarefa urgente de todos nós desenvolvermos, em todas as instâncias possíveis, campanhas em defesa dos nossos arquivos, do nosso acervo documental, e continuarmos o levantamento e a catalogação desse acervo, para tentarmos o seu tombamento.

Corremos o risco de sermos um povo sem memória, sem um elo de ligação com o nosso passado. Certamente, tal problema não é privilégio de nenhuma cidade do Brasil. É um patrimônio comum a todos nós.

As instituições que visitamos não têm, em seus quadros funcionais, pessoas habilitadas ao desempenho de funções necessárias ao seu bom desempenho. Não há sombra de arquivistas, bibliotecários ou pesquisadores experientes. Que dizer de um Instituto Histórico onde ninguém sabe o que é um documento histórico?

Em conclusão, diríamos que a participação nesse projeto, que esperamos torne possível aos historiadores resgatarem a dívida da nossa historiografia com a causa do negro, foi importante e impossível de se traduzir em simples palavras, ainda mais quando somos nós, os pesquisadores de campo, historiadores.

Temos certeza (sem falta modéstia) de que estamos dando uma contribuição relevante para o estudo de um dos aspectos mais importantes e trágicos de nossa história, tanto local quanto regional, quem sabe nacional.

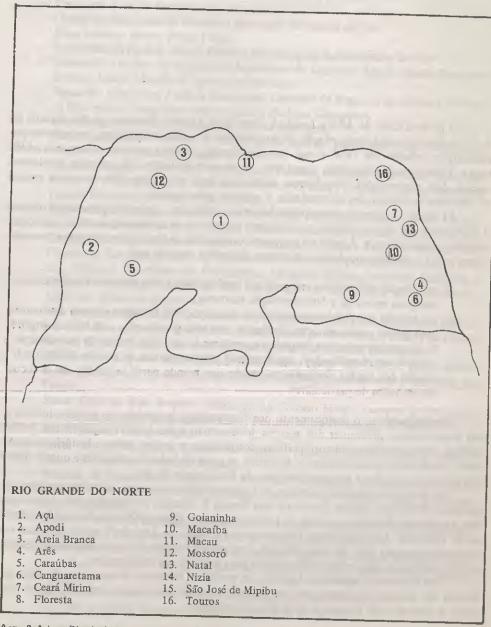
Prova disso foi a descoberta de um documento a seguir transcrito, contido no Livro de Provisões do Senado da Câmara (1720/1728), que nos prova a formação de um quilombo no interior de nosso estado, o que havia sido negado por todos os historiadores do Rio Grande do Norte até então. Publicado na edição do jornal *O Pato*, de 31 de janeiro de 1988, tem causado grande repercussão nos meios intelectuais.

"Registro de huma portaria q. o Capitão mor desta Capitania José Pereira de Afonseca mandou passar sobre um mocambo de negros q. estão no Rio Trahiri.

Por quanto me consta por petição que me fizerão os moradores desta Capitania se acha hum corpo de negros de mais de quarenta aranchados no Rio Trahiri adonde tem feito notavel perda nos gados dos moradores, e varios roubos que tem feito, adquerindo asi polvora e armas para com ellas fazerem aranjadas as cazas dos ditos moradores, e porque convem ao serviço de Deos e de sua Maggde atalhar isso de aluguma maneira pello que daqui se podera seguir avendo mayor numero delles ordeno ao Coronel Manoel Gomes Torres ajunte toda a gente que lhe for possivel ajuntarlos com o Senhor para hirem logo ao Trahiri a fazer deligencia para se prenderem os ditos negros para cujo efeito nomeraá hum cabo suficiente para que com bom acerto e direcção faça tudo a seu salvo. Cidade do Rio Grande catorze de Julho de mil e setecentos e vinte e dous e se rezistará nos livros da Camara desta Cidade e na Secretaria desta Capitania // Pereira //. E não se continha mais em dita portaria que aqui reziatey."

Arg. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

Não podemos deixar de agradecer à diretora do Arquivo Público do Estado, Dra. Renata Passos, e demais funcionários dessa instituição pelo apoio e incentivo dados a nossa equipe. Agradecemos, também, ao secretário da Administração do Estado, Dr. Ademar de Medeiros Neto, à equipe do Arquivo Nacional, à Associação dos Arquivistas pela atenção e apoio com que sempre nos distinguiram, e à Dra. Maria do Céu, monitora do projeto, pelo carinho e compreensão com que sempre nos tratou nestes meses de trabalho em comum.



O projeto Guia de África, levado à frente pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, foi iniciado com uma relação de instituições a serem consultadas, optando-se por municípios criados até 1890 e que tivessem ligação, em seu passado, com a escravidão negra. Enviamos questionários, como teste, a trinta instituições; em resposta, recebemos apenas dois preenchidos. Concluiu-se, então, que seria necessário elaborar-se um roteiro de contatos às instituições referendadas, a começar pela capital.

As visitas ocorreram em arquivos históricos, públicos, cartoriais, paroquiais, museus e bibliotecas, de caráter público ou privado e detentores de acervo arquivístico, conforme relação e mapa anexos. Apesar do pequeno contingente de municípios visitados, levandose em conta o número atualmente existente, podemos concluir que:

a) em relação aos prédios: em geral são inadequados e não possuem condições mínimas para preservar a documentação existente;

b) em relação aos fundos arquivísticos: no interior do Estado a maioria das instituições possui documentação particular, recebida por doação, e os fundos arquivísticos pertencentes aos bispados encontram-se em bom estado de conservação e totalmente identificados; encontramos poucos fundos de caráter público sob a guarda dos órgãos competentes, sendo que grande parte se perdeu ou se encontra em mãos de particulares.

Aproveitando-se o deslocamento dos funcionários envolvidos no projeto, iniciou-se um levantamento preliminar dos acervos documentais e das forntes arquivísticas, bibliográficas, hemerográficas, historiográficas, fotográficas e outras sobre a história rio-grandense, localizando geograficamente as fontes, as possivilidades de consultas e outros dados que pudessem auxiliar a pesquisa histórica do Rio Grande do Sul.

No desenvolvimento do projeto, o Arquivo Histórico contou com dois auxiliares de pesquisa (Roberto Cordeiro Sanches e Ana Regina F. Simão), contratados pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, e com os funcionários Ana Cristina Oliveira Álvares (professora de História), Léia Heineberg (historiógrafa) e Maria de Lourdes Lacerda (técnica em assuntos culturais) que, juntamente com a monitora Suzana Schunck Brochado, realizaram os contatos e aplicaram os formulários para a coleta das informações.

Gostaríamos de agradecer, também, ao professor Francisco Riopardense de Macedo, diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que proporcionou à equipe, sob todas as formas a seu alcance, o bom êxito do projeto.

Relação de entidades contatadas

- Alegrete: Arquivo Histórico Municipal de Alegrete; Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Alegrete; Irmandade da Santa Casa de Caridade de Alegrete; Museu Osvaldo Aranha.
- Cachoeira do Sul: Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul.
- Camaquã: Casa de Cultura,
- Caxias do Sul: Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.
- Dom Pedrito: Museu Paulo Firpo.
- Encruzilhada do Sul: Museu Público Municipal de Encruzilhada do Sul.
- Gravataí: Arquivo da Prefeitura Municipal de Gravataí; Igreja Matriz São João Batista; Museu Municipal Agostinho Martha.
 - Jaguarão: Biblioteca Pública Municipal; Cartório de Registro de Imóveis; Instituto Histórico e Geográfico; Museu Carlos Barbosa Gonçalves.
 - Montenegro: Prefeitura Municipal; Museu Histórico.
- Novo Hamburgo: Arquivo da Mitra da Diocese de Novo Hamburgo; Biblioteca Municipal; Prefeitura Municipal.
- Pelotas: Arquivo Geral da Prefeitura de Pelotas; Bispado de Pelotas; Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas; Biblioteca Pública Pelotense; Museu Municipal Parque Baronesa; Santa Casa de Pelotas.
- Porto Alegre: Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Arquivo Público Municipal; Arquivo Público do Rio Grande do Sul; Biblioteca Pública; Cemitério da Santa Casa de Misericórdia; Cemitério São José; Corpo de Bombeiros; Cúria Metropolitana; Cúria dos Jesuítas; Hospital Beneficiência Portuguesa; Hospital Militar; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Irmandade da Santa Casa de Misericórdia; Instituto Histórico Maçônico.
- Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense; Bispado do Rio Grande; Centro Municipal de Cultura; Divisão de Arquivo Geral; Museu de Arte Sacra; Museu da Cidade do Rio Grande; Santa Casa do Rio Grande; Sued de Oliveira Rodrigues.
- Rio Pardo: Arquivo Municipal do Rio Pardo; Igreja dos Pretos; Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário; Irmandade de Caridade Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos.
- Santa Cruz do Sul: Arquivo Histórico do Colégio Mauá; Arquivo da Prefeitura Municipal; Cartório de Registro Civil; Fórum; Mitra Diocesana de Santa Cruz do Sul; Museu do Colégio Mauá.
- Santa Maria: Biblioteca Pública Municipal; Museu Educativo Gama d'Eça e Victor Bersani; Secretaria do Bispado.
- Santana do Livramento: Arquivo da Prefeitura Municipal; Câmara Municipal de Santana do Livramento; Clube Caixeral; Museu Folha Popular; Museu Municipal David Canabarro.
- Santo Antônio da Patrulha: Arquivo da Prefeitura Municipal; Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais; Cartório de Registro de Imóveis.
- São Gabriel: Arquivo da Prefeitura Municipal; Câmara Municipal de São Gabriel;
 Irmandade da Santa Casa de Caridade; Museu João Pedro Nunes; Osório Santana
 Figueiredo.
- São Jerônimo: Arquivo da Prefeitura Municipal de São Jerônimo.
- São José do Norte: Arquivo Público de São José do Norte.

- São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas; Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

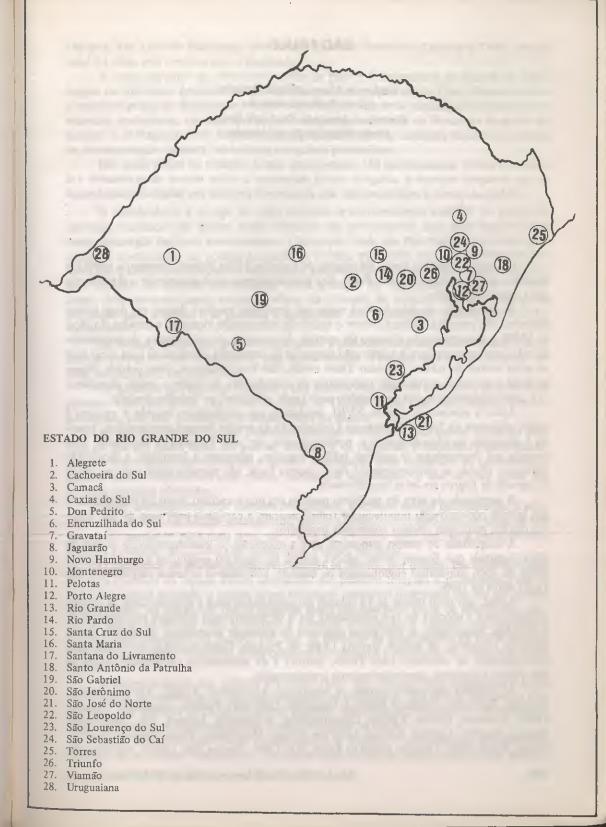
- São Lourenço do Sul: Arquivo da Prefeitura Municipal; Cartório de Registro

Especial de Protestos; Museu Histórico e de Fantasias.

- São Sebastião do Caí: Arquivo da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí; Cartório de Registro Civil; Paróquia de São Sebastião do Caí.

- Torres: Arquivo da Prefeitura Municipal; Biblioteca Pública.

- Triunfo: Arquivo da Prefeitura Municipal de Triunfo; Cartório de Registro; Escola de 1º Grau Afonso Machado Coelho; Museu Farroupilha; Paróquia Senhor Bom Jesus.
- Viamão: Prefeitura Municipal; Biblioteca Municipal; Igreja Matriz de Viemão.
- Uruguaiana: Arquivo Histórico Municipal de Uruguaiana; Câmara Municipal de Uruguaiana; Diocese de Uruguaiana; Santa Casa de Caridade.



SÃO PAULO

Carlos de Almeida Prado Bacellar Flávio Rocha de Oliveira Francisco Armando Rocha de Souza Maria Zélia Galvão de Almeida

O desenvolvimento inicial do projeto do Guia de África buscou conhecer a realidade histórica do escravismo em São Paulo. Era preciso mapear cuidadosamente o terreno que seria objeto de estudo.

A introdução da mão-de-obra negra em território paulista deu-se em duas etapas distintas. Na primeira, balizada entre o início da colonização vicentina e meados do século XVIII, a importação do africano foi restrita. A economia de subsistência, de povoamento ralo, que caracterizava a região não dispunha de condições econômicas para arcar com os altos custos do tráfico atlântico. Deste modo, São Paulo manteve como prática, durante todo o período, a utilização majoritária da mão-de-obra do índio — então abundante — e, contrariamente ao que se propalou mais tarde, adaptável ao trabalho forcado.

Após a metade do século XVIII, mudanças nas conjunturas interna e externa à então capitania de São Paulo levaram à introdução da grande lavoura monocultora, baseada a princípio na cana-de-açúcar e, posteriormente, no café. Pressões da Metrópole, interessada em incrementar o rendoso tráfico negreiro, passaram a interditar a escravidão indígena; aliadas ao enriquecimento da economia local, tais pressões resultaram no início do aporte de negros em levas consideráveis.

A amplitude da área do território paulista em que o escravo negro foi introduzido e sua grande concentração populacional transformaram a capitania-província de São Paulo em um dos principais núcleos escravistas brasileiros.

A exigüidade do tempo disponível para a execução do levantamento de campo do Guia impunha que fossem feitas opções acerca do universo geográfico a ser abrangido. Seria de todo impossível englobarmos os mais de 150 núcleos urbanos surgidos em São Paulo antes de 1888.

Assim, um total inicial de 44 cidades foi selecionado para a ação do Guia. O critério adotado para a escolha de tais localidades foi o de importância histórica no contexto da escravidão, respeitando as diferenças regionais de atividade econômica, de modo a que as áreas de economia de grande lavoura (Vale do Paraíba, Oeste Paulista), de tropeirismo (Sorocabana), de comércio (São Paulo, Santos) e de subsistência (circunvizinhanças de São Paulo) estivessem convenientemente representadas.

As cidades abrangidas foram as seguintes: Araraquara, Araras, Areias, Bananal, Batatais, Botucatu, Bragauça Paulista, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campinas, Capivari, Cotia, Cruzeiro, Cunha, Franca, Guaratinguetá, Indaiatuba, Itapeva, Itu, Jaboticabal, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Lorena, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Pindamonhangaba, Piracicaba, Porto Feliz, Queluz, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, São Carlos, São José dos

Campos, São Luís do Paraitinga, São Paulo, Silveiras, Sorocaba, Taubaté e Tietê. São no total 41 vilas, três a menos que o planejado.

A etapa seguinte das discussões voltou-se para o levantamento da relação de quais órgãos ou institutos deveriam ser procurados para os propósitos do Guia. Estabeleceu-se o seguinte grupo de instituições: Arquivo do Estado, arquivos municipais, arquivos eclesiásticos, prefeituras, câmaras municipais, cemitérios, cartórios de Notas, de Registro de Imóveis e de Registro Civil, fóruns (ofícios judiciais e cíveis), institutos históricos, centros de documentação, museus, bibliotecas e arquivos particulares.

Em cinco meses de trabalho foram completados 144 questionários. Todas as entidades detentoras de acervo sobre a escravidão foram atingidas, à exceção daquelas que se encontravam fechadas por motivos diversos ou que não permitiam o acesso ao público.

O atendimento à equipe do Guia mostrou-se extremamente variável. Os primeiros cartórios visitados não foram muito solícitos no atendimento, mas uma mudança em nossa estratégia facilitou enormemente a recepção: cada um dos membros portava uma cópia do comunicado do corregedor-geral de Justiça, publicado no Diário Oficial da Justiça (São Paulo), solicitando aos cartórios o atendimento ao Guia, e um atestado emitido pelo Arquivo do Estado, confirmando nossa situação de integrantes da equipe. Mesmo assim, dois cartórios ainda exigiram ofício da Direção do Arquivo em que se requeria permissão para o acesso e se garantia a integridade dos documentos quando de nosso levantamento.

Os fóruns, compostos pelos ofícios cíveis e judiciais, exigiam invariavelmente autorização prévia do juiz responsável, mas quase sempre o pedido de autorização pôde ser feito verbalmente, em entrevista.

Os arquivos eclesiásticos tendiam a nos receber sem maiores restrições, embora com algumas exceções sérias, tais como as cúrias de Taubaté e São José dos Campos, que nos atenderam, mas não permitiram o acesso à sala do acervo.

As demais instituições não puseram quaisquer obstáculos mais graves, a não ser pelo fato de que em várias delas era preciso ter a sorte de encontrar o responsável pela entidade, que era o único em condições e mesmo autorização para responder ao questionário. Muitos desses responsáveis não foram facilmente localizados, o que explica parte dos diversos retornos efetuados.

Nesse deslocamento por diversos municípios, sentimos muitas dificuldades. A principal, sem dúvida, foi tempo estabelecido para o trabalho de campo que, do total de três meses, foi ampliado para mais dois, até o final de fevereiro deste ano. Esta restrição obrigou-nos à redução do universo de municípios a serem visitados.

O problema do tempo disponível também se revelou por ocasião das viagens. Como nenhum membro da equipe estava disponível em período integral, a permanência nas cidades tornava-se limitada e muitas vezes tornou-se inevitável programar um ou até mesmo dois retornos. As distâncias físicas algumas vezes consideráveis entre os municípios, aliadas às linhas de ônibus com percursos e horários complicados, também dificultavam o melhor aproveitamento do tempo. Por fim, os horários de atendimento de várias instituições de uma mesma localidade eram comumente restritos e coincidentes, atrasando nossa atividade.

A desorganização dos acervos era outro fator que, muitas vezes, consumiram horas na tentativa de desvendar as mínimas informações necessárias. Em outras ocasiões, o funcionário que poderia nos atender estava ausente, seja momentaneamente — por motivos diversos —, seja por longos períodos, devido a viagens ou férias.

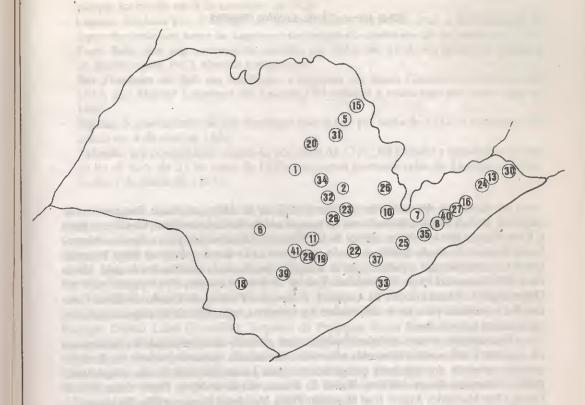
Após ultrapassarmos todos os obstáculos já citados — autorização, atendimento, organização do tempo disponível —, conseguíamos chegar ao acervo documental propria-

mente dito. Usualmente, nosso primeiro sentimento era de completo desânimo ao depararmos com tanta documentação malconservada, suja, em instalações precaríssimas, quase abandonadas, espalhadas pelo chão.

Os problemas encontrados beiravam o absurdo. No 1º Ofício Judicial de Pindamonhangaba fomos expressamente advertidos para "tomar cuidado com os escorpiões" que rondavam a documentação mais velha. Situações de abandono eram mais facilmente detectadas em cartórios e fóruns, sem paralelo com as demais instituições. Os arquivos da Igreja tendiam a ser mais organizados, pois seus documentos, via de regra, são encadernados e dispostos em prateleiras.

A destruição de documentos por incêndio parece ser habitual em prefeituras, câmaras e cemitérios. As prefeituras de Cunha e Jacareí deram-nos esta justificativa para a ausência de maiores acervos. Muitos dos cemitérios, embora fundados nas duas últimas décadas anteriores à Abolição, não possuem qualquer documento do período. Perder documentação, de maneira usual e pelos motivos os mais variados — descaso, extravio, fogo, goteiras, enchentes, cupins — é fato comum.

De maneira geral, ficou a impressão de que a preservação de nossa memória documental está seriamente ameaçada. As entidades detentoras de acervos quase sempre não têm consciência de seus reais valores históricos, desconhecendo amplamente seu conteúdo e suas datas-limite, abandonando-os no que muitas vezes é chamado de 'arquivo morto'. Neste sentido, esperamos que o surgimento do Guia sirva não só para indicar a existência de registros sobre o nosso passado, mas também para alertar acerca da necessidade inadiável de sua preservação.



s do Paraitinga

ESTADO DE SÃO PAULO

10. 11.

1.	Araraquara	22.	Jundiaí
2.	Araras	23.	Limeira
3.	Areias	24.	Lorena -
4.	Bananal	25.	Mogi das
5.	Batatais	26.	Mogi Mir
6.	Botucatu	27.	Pindamo
7.	Bragança Paulista	28.	Piracicab
	Caçapava	29.	Porto Fe

Diaganica i aunsta	20.	1 Hacical
Caçapava	29.	Porto F
Cachoeira Paulista	30.	Queluz
Campinas	31.	Ribeirão
Capivari	32.	Rio Clas
Cotia	33.	Santos
Cruzeiro	34.	São Car
Cunha	35.	São Jose
		·

13.	Cruzeiro	34.	São Carl
14.	Cunha	35.	São José
15.	França	36.	São Luí
	Guaratinguetá	37.	São Pau
17.	Indaiatuba	38.	Silveiras
18.	Itapeva	39.	Sorocab
19.	*	40.	Taubaté
	Jaboticabal	41.	Tietê
	Iacareí		

SANTA CATARINA

Lêda Maria d'Ávila da Silva Prazeres

As atividades desenvolvidas pelo projeto Guia de África em Santa Catarina contaram com a colaboração dos auxiliares de pesquisa Makelis Godinho Paim, Denilza da Silva e Vera Regina Alves Valerim, alunos de História pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, sendo monitora Lêda Maria d'Ávila da Silva Prazeres, técnica em restauração e preservação de documentos, formada em Estudos Sociais, História e Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especialização em Organização e Administração de Arquivos. O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foi convidado para ser o articulador dos trabalhos, com a tarefa de resgatar as fontes catarinenses sobre o tema.

Inicialmente, foram enviados modelos para cadastro dos pesquisadores da temática em questão e dos acervos existentes nas cúrias, irmandades, cartórios, ordens etc. Recebemos os cadastros dos seguintes pesquisadores; Ana Lúcia Coutinho Locks, Joana Maria Pedro, Lawrence James Nielsen, Walter F. Piazza, Marli de Mira, Flávio Cruz, Wilson Farias, Osni Machado, Arante José Monteiro Filho, Vanderlei Rouver e Elly Herkenhoff.

Conforme mapa em anexo, visitamos os municípios nos quais poderíamos encontrar documentação sobre a escravidão negra, a saber:

- Florianópolis: capital do estado, recebeu em 1673 o nome de Nossa Senhora do Desterro e em 1894, com a lei nº 111, passou a denominar-se Florianópolis.
- Blumenau: em 1850 chegaram seus primeiros colonizadores, sendo o município criado em 4 de fevereiro de 1880 e instalado em 10 de janeiro de 1883.
- Brusque: fundada a colônia em 4 de agosto de 1860 e criado o município através da lei n.º 920, de 23 de março de 1881; sua instalação verificou-se em 8 de julho de 1883.
- Curitibanos: seu povoamento deu-se por volta de 1800, por tropeiros vindos de Curitiba. O município foi criado em 11 de junho de 1869 e instalado em 7 de maio de 1873, sendo suas terras desmembradas de Lajes.
- Itajaí: seus primeiros povoadores chegaram por volta de 1820; pertenceu a São Francisco do Sul até 1832, quando passou à jurisdição de Porto Belo; o município foi criado em 4 de abril de 1859 e instalado em 15 de junho de 1860.
- Joinville: sua colonização começou em 1851 com imigrantes alemães, suíços e noruegueses; em 1858, foi elevado à categoria de freguesia; o município foi craido através da lei nº 566, de 15 de março de 1866, com a denominação de São Francisco Xavier de Joinville, e instalado em 7 de janeiro de 1869.
- Lajes: Antônio Corrêa Pinto chegou a Lajes em 22 de novembro de 1766; fundada com

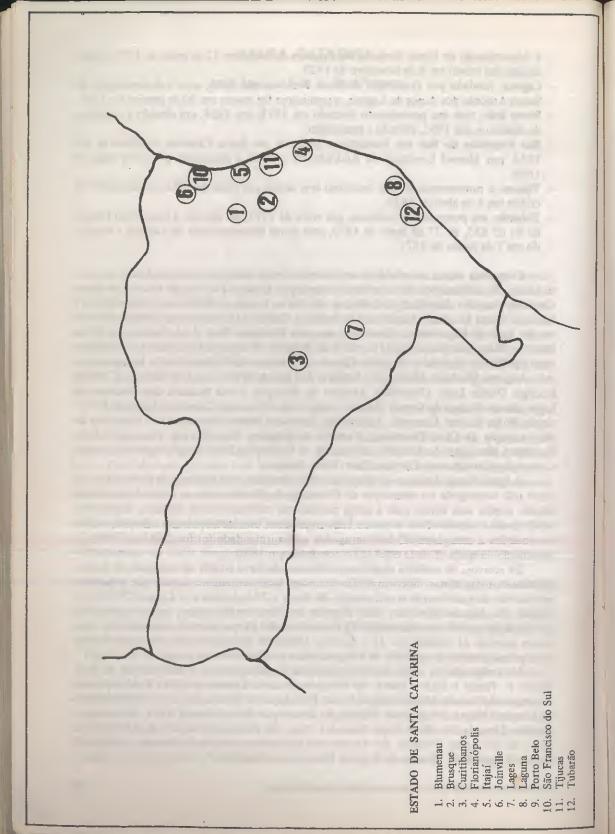
- a denominação de Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes em 22 de maio de 1772; o município foi criado em 9 de setembro de 1820.
- Laguna: fundada por Domingos de Brito Peixoto, em 1676; com a denominação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, o município foi criado em 20 de janeiro de 1720.
- Porto Belo: teve seu povoamento iniciado em 1818; em 1824, era elevado à categoria de distrito e, em 1932, elevado a município.
- São Francisco do Sul: sua fundação, a primeira em Santa Catarina, verificou-se em 1658, por Manuel Lourenço de Andrade; foi elevado a município por carta régia de 1660
- Tijucas: o povoamento de seu território teve início por volta de 1752; o município foi criado em 4 de abril de 1859.
- Tubarão: seu povoamento iniciou-se por volta de 1721; foi elevado a município através da lei n.º 635, de 27 de maio de 1870, com terras desmembradas de Laguna, e instalado em 7 de junho de 1871.

Com estas visitas, recolhemos um universo de informações, repassadas para os questionários. As instituições visitadas são as seguintes: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, Biblioteca Universitária / Setor de Santa Catarina, Arquivo do Hospital de Caridade (Florianópolis); Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim (Brusque); Arquivo Histórico Prof. José Ferreira da Silva, Cartório Margarida (Blumenau); Cartório de Registro de Imóveis (1º Ofício), 2º Tabelionato do Público Judicial e Notas da Comarca, Cartório da 3º Vara Cível e Menores (Itajaí); Arquivo Histórico Municipal, Arquivo da Diocese (Província Eclesiástica), Cartório Rodrigo Otávio Lobo (Joinville); Arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes, Museu Thiago de Castro (Lajes); Arquivo do Fórum da Comarca (Laguna); Cartório de Notas de José Camargo, Tabelionato Carvalho, Museu Histórico (São Francisco do Sul; Arquivo da Cúria Diocesana, Cartório de Registro Civil (Porto), Casa da Cidade, Prefeitura Municipal de Tubarão / Secretaria da Educação (Tubarão); Paróquia Imaculada Conceição (Curitibanos); Cartório Cruz (Porto Belo).

A Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens de Cor foi a única fonte não investigada no município de Florianópolis. Foram várias as visitas feitas à instituição, porém sem êxito, pois a igreja permanecia constantemente fechada, impossibilitando assim o contato com a pessoa encarregada. A Cúria Metropolitana não nos prestou informações a este respeito. Sabe-se apenas que a irmandade foi fundada em 1750, e a construção da igreja iniciada em 1787 e concluída em 1830.

Os acervos, de maneira geral, encontram-se em bom estado de conservação, principalmente os das cúrias diocesanas. De todos os locais visitados o único que possui um laboratório de conservação e restauração de livros e documentos é o Arquivo Público do Estado. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, em Blumenau, existe uma grande preocupação quanto à conservação da documentação, já que o município vive em constantes ameaças de inundações. Já o Arquivo Histórico de Joinville, em suas novas instalações, possui sistema de controle de temperatura e umidade relativa do ar.

Na realização do nosso trabalho, gostaríamos de agradecer a colaboração do Prof. Walter F. Piazza e Eliana Bahia, da Coordenadoria de Documentação e Publicações da Secretaria de Estado da Administração; do Prof. Iaponan Soares de Araújo e Neusa Rosane Damiani Nunes, do Arquivo Público do Estado; do Prof. Edson d'Ávila, da Fundação Genésio Lins; da Sra. Sueli Maria Vanzuita Petry, do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva; do Sr. Ayres Gevaerd, do Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque; e da Profa Eneida Raquel de S. Thiago, do Arquivo Histórico de Joinville.



SERGIPE

Enoilda Santos Monteiro

Introdução

Em agosto de 1986 o Arquivo Público Estadual de Sergipe recebeu convite para participar do projeto Guia de África, o que se concretizou durante o III Seminário de Arquivos Estaduais, ocasião em que a direção do referido órgão indicou uma funcionária para monitorar os trabalhos, tendo a mesma participado de treinamento ocorrido paralelamente a esse evento.

O primeiro contato com a equipe de trabalho do Arquivo Nacional e os de outros estados permitiu-nos uma visualização da situação dos arquivos públicos estaduais, no Brasil, exigindo do Arquivo Público de Sergipe uma reflexão sobre tal quadro, com análise da posição ocupada, a fim de verificar as condições para enfrentar um projeto de tão alto nível que, a princípio, foi apresentado como um desafio.

Com toda a equipe técnica do APES conscientizada quanto à importância do pro-

jeto, tudo se tornou fácil.

Assim, nossos trabalhos foram iniciados em seguida, no mês de outubro de 1986, levando-se o problema ao conhecimento da Fundação Estadual de Cultura (Fundesc), órgão ao qual o APES está subordinado, para lhe solicitar colaboração e apoio na execução do projeto, principalmente no que se referia a transporte para o deslocamento aos municípios. Fomos atendidos em todos os pedidos e, com os recursos que nos foram oferecidos, elaboramos nosso plano de trabalho, definindo as diretrizes a serem tomadas em todo o estado.

Execução do projeto

A equipe executora foi composta por Zenilde de Jesus Silva, diretora do APES até março de 1987, e Cláudio Remacre Munareto, diretor da instituição a partir de maio do mesmo ano, bem como pelos funcionários Enoilda Santos Monteiro, na qualidade de monitora, Girlaine Alves da Silveira, Iza Maria de Aragão, Janete Menezes, Laélzia Robeiro dos Santos, Lea Maria Sobral Bispo, Margarida Maria Carvalho, Maria Cândida Costa Araújo, Maria Ivone Freitas de Araújo, Maria de Lourdes Santos Oliveira, Marilene Vieira, Sílvia de Castro D. Melo e Zenilde de Jesus Silva, como colaboradoras, além de Maria Helena S. Santiago e Maria Lênia Silva Meira, como auxiliares de pesquisa. Participaram também Eugênia A.V. Silva, responsável pelo Arquivo Judiciário do Estado, e os estagiários Ana Cristina Souza, Edineide Jesus, Gilvanda Maria Silva, Marcos Vinícius Anjos e Norma Socorro.

Arq. & Adm., Rio de Janeiro, Julho de 1988, Edição Especial

O desenvolvimento do projeto ocorreu em duas fases: a primeira, entre novembro de 1986 e início de 1987, sendo que sua paralisação se deveu às mudanças político-administrativas ocorridas no início do ano; e a segunda, de abril a dezembro de 1987, havendo uma prorrogação até fevereiro de 1988.

Tendo o estado como campo de trabalho, estabelecemos três áreas de atuação, distintas pelas próprias características: a do Arquivo Público, que apesar de sediado na capital, distingue-se pela representatividade de seu acervo; a da capital, constituída de todas as outras instituições que formariam o universo potencial do projeto; e a do interior, formada pelos municípios criados até fins do século XIX. Cada área teve estratégia e metodologia específicas.

No Arquivo Público o trabalho foi facilitado pelas condições de seu acervo, que se encontra totalmente arranjado e descrito. Foram detectados os fundos e coleções com possibilidade de possuírem documentos sobre o tema e distribuídos entre a equipe que, além de buscar informações nos instrumentos de pesquisa, fez o levantamento minucioso dos fundos classificados para o preenchimento dos questionários do Guia (ver anexo 1). Este levantamento foi quase totalmente efetuado na primeira fase do projeto, sem dificuldades.

Na capital contatamos algumas instituições ainda na primeira fase, porám, nessa área, o projeto teve seu desenvolvimento maior na segunda fase, principalmente após o treinamento dos coordenadores estaduais.

Elaboramos cronograma de visitas às instituições detentoras de acervos arquivísticos e/ou envolvidas com a temática do projeto. Tais contatos foram mantidos por meio de ofícios de esclarecimento e solicitação de apoio, entregues, pessoalmente, aos dirigentes dos órgãos e/ou responsáveis por seus arquivos, ocasião em que também eram entregues ou aplicados os questionários sobre os acervos.

As instituições contatadas na capital foram as seguintes: Fundação Estadual de Cultura, Secretaria de Estado da Cultura, Tribunal de Justiça do Estado, Arquidiocese de Aracaju, Secretaria da Cultura do Município / Departamento de Patrimônio Histórico, Arquivo Municipal da Cidade de Aracaju, Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, Câmara Municipal de Aracaju, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Judiciário do Estado, Universidade Federal de Sergipe / Departamento de História e P.D.P.H., Associação dos Arquivistas / Núcleo de Sergipe, Centro de Cultura Negra (NEAB, UNA), Casa de Cultura Afro-Sergipana, Pesquisas de Sergipe (Pesquise), Catedral Metropolitana, Igreja São Salvador, Igreja do Espírito Santo e Convento Santo Antônio. Dessas instituições, seis responderam ao questionário, confirmando a existência de documentação sobre o tema em seus arquivos. (ver anexo 2).

Para a área do interior elaboramos cronograma de visitas aos municípios com o objetivo de levantar as fontes documentais arquivísticas existentes nos arquivos das prefeituras, câmaras, cartórios, instituições eclesiásticas, entidades culturais e em mãos de particulares, desde que acessíveis ao público. Na primeira fase, o cronograma incluía todos os municípios do estado, pois, paralelamente ao projeto Guia de África, estávamos levantando a situação dos arquivos em Sergipe. Em dois meses — novembro e dezembro de 1986 — conseguimos atingir 30% dos municípios. As viagens foram interrompidas, e somente em julho de 1987 foi possível recomeçar, devido à falta de verbas na Fundesc.

A primeira fase do projeto trouxe-nos grande experiência quanto à metodologia de abordagem a ser aplicada nas instituições sediadas nos municípios interioranos, onde seus responsáveis são mais exigentes e cautelosos em permitir o acesso aos documentos. Além disso, o treinamento ocorrido em junho de 1987 definiu questões até então pendentes,

facilitando a reelaboração dos planos e estratégias de trabalho, agora com objetivos precisos, principalmente na área do interior.

A fim de cobrirmos os municípios imprescindíveis ao projeto, selecionamos 34 deles, observando os critérios de antiguidade (levou-se em consideração o surgimento como freguesias, vilas, municípios e cidades) e quantidade de escravos. O acesso direto aos arquivos cartorários e eclesiásticos foi conseguido com a autorização do Tribunal de Justiça e da Arquidiocese de Aracaju, respectivamente, os quais deram total apoio à execução do trabalho.

Realizamos 24 viagens ao interior do estado, cobrindo 46 municípios e aplicando, em média, quatro questionários por cidade. Nas instituições já citadas obtivemos um resultado de 28 municípios confirmados, perfazendo um total de 49 informantes (ver anexos 3 e 4).

Esse universo é constituído, apenas, por acervos cartorários e eclesiásticos, onde encontramos com freqüência documentos do século XIX referentes à temática do projeto, apesar de, muitas vezes, eles estarem bastante danificados, principalmente pela falta de informações dos responsáveis. Devemos, no entanto, ressaltar que em alguns desses locais os documentos são tratados com muito cuidado, encontram-se bem acondicionados e possuem uma ordenação lógica.

As prefeituras e câmaras não conservam seus arquivos. Muitas delas promovem até mesmo eliminações aleatórias. Raras são as que conservam documentos do século XIX e início deste século.

Alguns municípios, bastante antigos, não constam como informantes porque seus acervos cartorários e eclesiásticos foram recolhidos ao Arquivo Judiciário e aos arquivos das dioceses, respectivamente.

A documentação do período anterior à independência do estado de Sergipe (1820) e à criação da Diocese de Aracaju (1911) encontra-se dispersa em arquivos baianos, alagoanos e outros.

Conclusão

Em Sergipe, o universo resgatado, composto de seis informantes da capital e 49 do interior, constitui um excelente roteiro/documentário do que foi a escravidão negra em nosso estado, fato histórico, político, social e econômico, que deixou marcas profundas em toda a história do Brasil. Esses arquivos estão abertos à consulta, alguns com restrições, possibilitando a descoberta de fatos e personagens, até então desconhecidos, que podem contribuir para a reconstrução de nossa história a partir de novos enfoques.

Tudo isso só foi possível graças ao apoio, colaboração e compreensão de pessoas que, percebendo a importância e a repercussão do projeto, não mediram esforços na obtenção do pleno êxito do nosso trabalho. A todos os dirigentes, responsáveis, funcionários, estagiários e pesquisadores das instituições públicas e privadas que, direta ou indiretamente, nos apoiaram, permitindo a realização do Guia de África neste estado, agradecemos em nome dos dirigentes e funcionários do Arquivo Público Estadual de Sergipe.

ANEXO 3
INFORMANTES NO INTERIOR

Municípios visitados	Municípios confirmados	Instituições informantes
Aquidabã	Aquidabá	Igreja
Arauá	Arauá	Igreja e Cartório
Areia Branca	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	- ,
Boquim	Boquim	Igreja e Cartório
Brejo Grande		-
Campo do Brito	Campo do Brito	Igreja e Cartório
Capela	Capela	Igreja e Cartório
Carira	-	_
Carmópolis	-	21
Cristinápolis	Cristinápolis	Igreja e Cartório
Cumbé	- 1	
Divina Pastora	Divina Pastora	Igreja
Estância	Estância	Igreja
Freira Nova	-	_
Gararu	Gararu	Cartório
Graccho Cardoso	_	-
Indiaroba	Indiaroba	Igreja e Cartório
Itabaiana	Itabaiana	Igreja
Itabaianinha	Itabaianinha	Igreja e Cartório
ltaporanga d'Ajuda	Itaporanga d'Ajuda	Igreja
Japaratuba	Japaratuba	Igreja e Cartório
Lagarto	Lagarto	Igreja e Cartório
Laranjeiras	Laranjeiras	Museu Afro
Vlaruim	Maruim	Igreja e Cartório
Monte Alegre	_	_
Neópolis	Neópolis	Cartório
N. S. Aparecida		P3 1 - 1 1 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10
N. S. da Glória		
V. S. das Dores	N. S. das Dores	Igreja e Cartório
N. S. do Socorro	_	_
Pacatuba		
Pirambu	<u> </u>	- ,,
Porto da Folha	Porto da Folha	Cartório
Propriá	Propriá	Igreja e Cartório
Riachão do Dantas	Riachão do Dantas	Igreja e Cartório
Riachuelo	Riachuelo	Igreja
Rosário do Catete	Rosário do Catete	Cartório
Santa Luzia	_	M-1
Santa Rosa		
Sto. Amaro das Brotas	Sto. Amaro das Brotas	lgreja
São Cristóvão	São Cristóvão	Igreja e Cartório
São Miguel do Aleixo	_	
Simão Dias	Simão Dias	Igreja e Cartório
Biriri	Siriri	Igreja e Cartório
Tobias Barreto	Tobias Barreto	Igreja e Cartório
Fomar do Geru	_	_

ANEXO 1

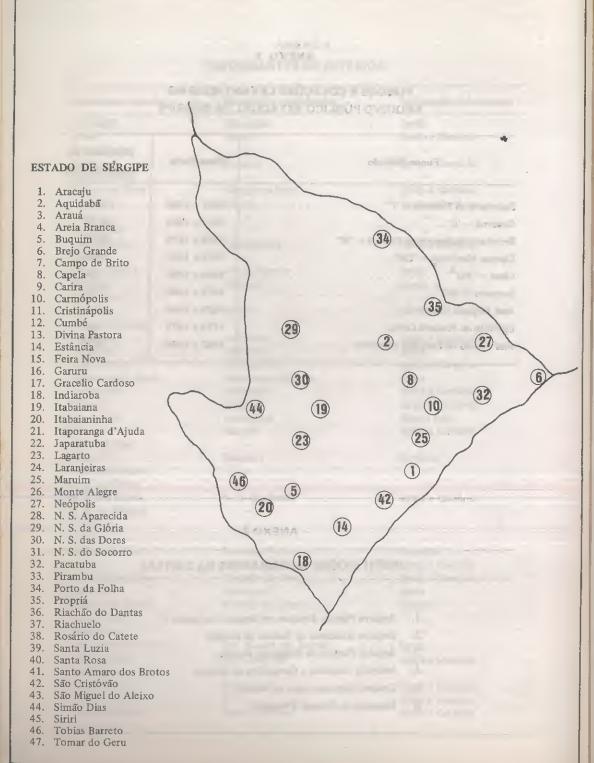
FUNDOS E COLEÇÕES LEVANTADAS NO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE

Fundo/Coleção	Datas-limite	Dimensões em metros lineares
Secretaria da Fazenda — 'F'	1807 a 1968	159,80
Governo - 'G'	1822 a 1963	236,00
Secretaria de Segurança Pública — 'SP'	1828 a 1979	85,26
Câmara Municipal — 'CM'	1823 a 1961	16,50
Clero - 'AG ⁴ '	1843 a 1892	3,00
Escravos – 'AG ¹ '	1873 a 1889	0,50
José Augusto Garcez	1825 a 1948	0,30
Epifânio da Fonseca Dória	1716 a 1972	3,60
José Sebrão de Carvalho Sobrinho	1692 a 1968	8,20

ANEXO 2

INSTITUIÇÕES INFORMANTES NA CAPITAL

- 1. Arquivo Público Estadual de Sergipe (ver anexo 1)
- 2. Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe
- 3. Arquivo Público da Cidade de Aracaju
- 4. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
- 5. Catedral Metropolitana de Aracaju
- 6. Pesquisas de Sergipe (Pesquise)



A DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Regina Wanderley

Em setembro de 1986, fui convidada pelo Vitor para trabalhar na divulgação do Guia.

Após discussões, chegamos à conclusão que o projeto não podia só ser um trabalho acadêmico, fechado; era necessário que a comunidade tomasse ciência dele.

Era dezembro, o questionário de coleta de dados testado foi aprovado, depois de ajustes ao modelo aplicado. A Fundação Ford liberou a primeira parcela do dinheiro, já podíamos contratar pesquisadores. Retomaram-se os contatos com os arquivos estaduais para a viabilização do projeto a nível nacional.

Montada a equipe da Secretaria Executiva, iniciou-se o trabalho no Arquivo Nacional. Um seminário sobre escravidão foi montado, à guisa de atualizar os contratados. Assim começou nosso contato com especialistas sobre os temas e, consequentemente, com a comunidade negra estudiosa do assunto, onde a receptividade foi grande, embora com reservas, no início.

Precisávamos de estratégia de divulgação que veiculasse o projeto ao grande público. Como fazê-lo, ainda sem recursos para tal fim?

O primeiro passo: um programa de TV. Contatado o Maurício Dias, o programa '1987' da TVE foi agendado. Foram convidados para ir ao programa, Jaime Antunes, Francisco Carlos, Manuel Faustino e José Maria, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, uma quarta-feira, todos muito tensos; falar na TV, de um projeto no nascedouro, todos muito técnicos, com exceção de Faustino, africano com vivência de ministro, duas vezes da Educação e Saúde em Cabo Verde. Faltava, ainda, um quinto convidado. Neste dia cheguei no Arquivo Nacional dizendo: vou levar o Martinho da Vila para este programa!

Consegui o telefone do Martinho, com uma informação muito importante: só se chega a ele através da Ruça. Conversamos sobre o programa; às onze horas, Martinho dormia; ao meio-dia ele me telefona e pede que eu telefone às quatro horas para confirmar se ia ou não ao programa. Mais tarde, ao telefone, ele pergunta-me se eu achava importante sua ida, e o argumento foi indefensável. Marcamos para 19:00 h na TVE, a fim de falarmos do projeto. Tal programa deu-nos a certeza do caminho, Projeto desta dimensão não se faz sem divulgá-lo. Precisava-se discuti-lo mais com a comunidade negra. Seria necessário buscar mais aliados, agentes aglutinadores.

O próximo passo; chegar a Gil, e este era mais difícil. Ninguém tinha o telefone e também uma onda de desestímulo de todos com quem tentávamos obter informações; por fim, alguém nos disse que o caminho chamava-se Eni, a secretária-tiete do moço. Conseguir falar com ela foi uma maratona, mas quando o objetivo foi alcançado houve uma empatia fio-a-fio; enviei-lhe um projeto com uma carta manuscrita ao Dr. Gilberto Passos Gil Moreira; passaram-se quinze dias, pensei não ter "feedback". Nisto o telefone toca e outro não era senão o próprio. Foi um longo papo, no fim do qual fica marcada uma reunião para a semana seguinte; isto foi quinta-feira e a reunião marcada para terça, depois adiada por ele para quinta; pessoas foram convocadas, alguns nomes pensados por nós, outros por Gil, corporificava-se a idéia da união; nós arquivistas e a comunidade, sentía-mos um grante tento, marcávamos positivo.

Reunião polêmica, discutiu-se desde a abrangência do projeto, seus objetivos, seus resultados, como também a integração à Comissão Nacional do Guia, neste momento já nomeada pelo Ministro da Justiça, de pessoas engajadas com o movimento negro. Foram indicados Gil e Martinho.

Celina, na semana seguinte, despacha com o ministro, que acrescenta os nomes de nossos anjos da guarda na comissão. Etapa vencida, o trabalho avoluma-se.

Em 31 de março faz-se a primeira reunião da Comissão Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a presença do Ministro da Justiça. Convidamos todas as instituições sediadas no Rio, detentoras de acervo, o clero, autoridades e representações da comunidade negra. Alguns elementos mais exaltados cobraram do Gil sua adesão a nós, um projeto oficial do Ministério da Justiça; sua defesa nos foi emocionante e categórica. A reunião durou o dia todo e, no fim, foi criada uma subcomissão de divulgação: Carlos Moura, Gil, Martinho e eu.

De imediato montamos um "spot" alertando a população para o início do projeto. O grupo da TVE, de entusiasmo incomum, trabalhou lado a lado conosco e o resultado foi um filme de uma beleza tocante e pura, a voz de Martinho da Vila ao fundo, completava o primeiro tento de nosso sonho.

Mãos à obra, Moura em Brasília e Martinho parte para tournée na África e Europa; ficamos Gil e eu; ele disse-me: somos incompetentes para a empreitada, procure o Lula, meu amigo, da V.S. Escala. Conversei com ele e a equipe, que montaram uma espetacular campanha para o Guia, mas, também, custosa; faltavam recursos para a execução; a solução era sair em frente; procuramos a White Martins, que de início nos disse que o custo da mídia televisiva inviabilizava o financiamento do projeto; após várias conversações chegou-se ao termos da possibilidade de divulgação sem TV. E então entramos na concorrência dos recursos da Lei Sarney (nº 7505 de 02/07/86), para o patrocínio pela White

Os últimos dias de decisão foram emocionantes; Ivan Naum já não atendia meus chamados; quando o fazia era para dizer que achava que não ia dar; por fim foram liberados Cz\$ 4.000.000,00. Foi a glória; tudo ia dando certo.

Gil estava em tournée na Europa; Martinho havia voltado, a vitória do projeto era irreversível, a conquista de todos. Passamos um telex para a Espanha, achávamos que a vitória era um presente de aniversário para o Gil.

Setembro, a emoção da campanha no ar; a TVE nos fez um filme com o Januário Garcia, figura incrível, forte, vibrante; foi ótimo, cada vez que ligávamos a televisão e nos aparecia o "Da Boina", era a felicidade.

Chegaram os cartazes, folders, prospectos, tínhamos uma caixa postal conquistada do Ministério das Comunicações. E o envio do material? Ficava caríssimo; a caixa baixa; a solução foi pedir à VARIG que fizesse a remessa, fomos prontamente atendidos. Era necessário papel para embrulhar; no almoxarifado não tinha, era preciso fazer licitação, perspectiva de um mês de atraso. Ligamos para a Klabin Papéis, que nos atendeu fornecendo material para os invólucros. Tudo chegou ao destino.

A beleza do material impressiona!

No projeto de mídia televisiva estavam previstos cinco filmes, já tinham ido ao ar, dois, faltavam três. Procuramos a Caixa Econômica Federal que nos financiou o filme com o Djavan, que também representou uma grande conquista, com seu jeito doce, meiguice, deu-nos sua imagem e direitos autorais da música e a chancela de respeito ao nosso trabalho.

O Guia, além de alcançar seus objetivos, teve a vantagem de fazer um censo, ainda que incompleto, da documentação existente no país, até final do século XIX. Despertou nos mais longínquos rincões a atenção pela memória documental. Estreitou relações que talvez passassem em branco. Provou, também, que é possível fazer um trabalho de envergadura mesmo com controle à distância, quando o objetivo é sério, a honestidade de propósito o princípio regente. Levando em conta o tamanho da empreítada e chegando à

conclusão que o dinheiro é imprescindível, mas não é necessário fortunas imensuráveis, basta administrar com ponderação e projetar com um mínimo de recursos para os imprevistos.

Chegamos ao fim da viagem no grande navio que foi esta aventura. Todos os envolvidos fátuos de regozijo. Deu certo. Agora, o balanço, é necessário dizer que no passeio não estiveram só os nominados, mas muitos que foram passageiros eventuais marcaram com seu entusiasmo. As cartas que nos chegaram através do apelo da televisão, na sua maioria de apoio, informações que foram importantíssimas; algumas foram negativas, racistas, mas mesmo estas foram importantes para a marcha, nos retrataram o perfil da personalidade do homem brasileiro que atravessa cem anos de abolição da escrayatura.

Foram pedidos textos a cada um dos monitores falando da experiência em seu estado, dos protagonistas dos filmes, a Gil e Martinho, que estiveram a nosso lado o tempo todo. Estas tautas deixas estas de la cada um dos monitores falando da experiência em seu estado.

po todo. Estes textos deixo que vocês avaliem; estão publicados a seguir.

O coroamento do trabalho foi o envio da apresentação do Guia, pelo Secretário-Executivo do CIA, M. Charles Kieskeméti, que rende ao Brasil o elogio de estar inovando uma técnica arquivística, e mudando as perspectivas da pesquisa histórica.

Esta revista, número especial, servira de testemunho para gerações vindouras; nós arquivistas sabemos que grande parte da história se perde pelo não registro da "petite histoire", pelo advento do telefone, o mais útil dos comunicadores, sentimos que fragmentos se perdem, no limiar da República, quando são instalados os aparelhos. Há fatos que às vezes nos parecem desconexados, soltos, e em seguida na correspondência pessoal de atores encontramos referências ao fio mágico que engoliu a informação.

Tem gosto de fim de festa de criança. Do navio muitos descerão; outros, de mãos dadas, continuarão a viagem, apesar de destinos diferentes. Ideais, personalidades, afetos se mesclaram num objetivo comum.

A confraternização que gerou um produto sério, útil, acabou uma lacuna existente. Temos consciência que o trabalho não finalizou, há muito o que fazer, o grande passo foi dado, a metodologia aprovada. Arquivista é garimpeiro de aluvião, nunca sabe aonde e quando vai encontrar o filão. Quando o encontra, trabalha até esgotar a mina para colocar seu produto nas mãos dos ourives que ofertam à Academia suas jóias para apreciação crítica e disseminação da informação que se encontra em cada códice, agora localizado.

No dia 11 de maio, no Palácio do Planalto, entregou-se solenemente o copião do Guia ao Presidente José Sarney, com presença de Ministros, do Corpo Diplomático, intelectuais e representantes da Comunidade Negra.

Com o lançamento desta revista também o Guia vai a público, esperando que tenha cumprido seu objetivo.

haraid a read and a relationation de moranda abaie.

Martins.

NOSSA HISTÓRIA EM SUAS MÃOS Karin e Manolo

Kum e minoto

Resgatar a história do negro na África e no Brasil. Depois de uma longa reunião com nosso cliente, era esta a grande tarefa. Nada fácil, mas simplesmente fascinante. Páginas e páginas de um trabalho intenso de pesquisa em nossas mãos; palavras e mais palavras sobre o projeto e todas as suas etapas em nossas mentes. Para nós, mais que um tema para campanha publicitária, era um grande desafio, com objetivos culturais extremamente importantes para o país.

E foi na nossa aconchegante sala da rua Maria Eugênia, na companhia de um 'modernoso' poster da cidade de Nova York e um lindo vaso de begônias no cesto de palha, que começamos a falar de África, negro, Brasil.

Pausa para o almoço, que não conseguiu fugir do assunto. Entusiasmados com a idéia, nos pegávamos falando das nossas origens africanas, nossa história marcada pela escravidão negra, influências e hábitos naturalmente absorvidos pela nossa cultura. A comida esfriava, mas o tema estava cada vez mais quente nas nossas cabecinhas.

De volta à agência, tratamos de esmiuçar todo o material que nos havia sido dado. E agora? Primeiro tínhamos de definir o conceito para a campanha publicitária. Algo que dissesse não só o que era o projeto em si, mas que também ressaltasse a importância da participação de todos os brasileiros. Afinal, estávamos falando de história, da história do país, da nossa história.

Da mesma forma, a partir deste conceito, tínhamos de encontrar uma imagem que conseguisse traduzir todas estas idéias. Algo forte, representativo, bonito como as mãos de um negro - 'Nossa história em suas mãos'.

O tema estava criado. Agora era só prosseguir no jogo, o jogo da memória. Na música, nas artes, na religião, na agricultura, nos esportes, na literatura, no artesanato. A cada minuto, mais e mais áreas de influência africana na cultura brasileira nos vinham à cabeça. Estava definido o nosso caminho de criação. Filmes de televisão, anúncios para revistas nacionais, cartazes e folhetos foram criados, chamando a população para participar do levantamento do material disperso por todo o Brasil.

Nos filmes de TV, personalidades negras das mais diversas áreas convidavam o público a colaborar, informando sobre a existência de quaisquer documentos relacionados ao assunto. Conseguíamos, assim, falar o mais próximo possível do espectador.

Nos anúncios de revistas e cartazes, fotografias com produção impecável exibiam as mais belas mãos negras participando, trabalhando, construindo. Com elas, títulos e textos faziam referência ao tema da campanha e solicitavam a ajuda de todos.

Uma campanha basicamente emocional, explorando o instinto de participação e colaboração do povo brasileiro. Partindo, acima de tudo, de um envolvimento natural das pessoas com o tema. Criamos, portanto, uma espécie de 'compromisso de todos' e, ao mesmo tempo, 'dever de cada um': disto dependia o sucesso do projeto.

À medida que recebíamos os resultados das etapas do projeto, mais peças publici-

tárias eram criadas em cima das novas necessidades.

Um trabalho essencialmente de criação, mas que aos poucos foi nos envolvendo completamente. E, de repente, lá estávamos nós, a dupla de criação, questionando, junto com os pesquisadores, os objetivos reais do projeto, ou até mesmo sentados numa mesa de reunião, diante de um grande empresário, discutindo a verba de patrocínio para a viabilização do 'nosso projeto'.

Trabalhar com prazer. Esta é essencialmente a filosofia de vida de pessoas de criação, como nós. O Guia de Fontes para a História da África nos fez reforcar essa idéia.

Necessária e absolutamente possível.

Martinho da Vila

Januário Garcia

Nós, profissionais de fotografia, que no cotidiano de nossos estúdios sempre dirigimos os modelos, conseguimos exigir deles gestos e expressões criados a partir da nossa percepção. O trabalho de um fotógrafo é de síntese — "uma imagem vale por mil palavras"; esta síntese, contudo, torna-se difícil ao trabalharmos com o ser humano, pois ela envolve o sentimento, o existencial, o humor e a capacidade do modelo.

Mas quando nos encontramos no contraplano de nosso trabalho, isto é, quando nós somos o modelo, tudo muda: é o momento em que vivenciamos suas dificuldades.

A experiência em fazer um comercial de trinta segundos para o Arquivo Nacional sobre o Guia de África foi muito difícil para mim, sob alguns aspectos. Havia a questão de ficar diante das câmeras, ser dirigido e decorar um texto, o que era novidade; além disso, a imagem a ser veiculada era a do fotógrafo ou a do militante do Movimento Negro? Tudo isso devia passar por uma reflexão para que nada saísse errado.

Assim que entrei em contato com o projeto percebi sua importância no contexto histórico e cultural do negro no Brasil. Sem dúvida, um projeto como este, de iniciativa do Estado, sempre cria a expectativa de que seus resultados estarão a serviço da comunidade acadêmica e fora do alcance daquela comunidade que é o sujeito da pesquisa. Acho, contudo, que se houver uma articulação, esses resultados podem ser acessíveis a todos. Pensei, refleti... e resolvi fazer o comercial.

Acredito na idéia — e as idéias só perdem sua validade quando deixamos de acreditar nelas. Fiz este comercial com muita consciência; sabia desde o início que sofreria críticas dos meus pares por associar minha imagem a um projeto do governo. Mas, por outro lado, eu não estava representando um fotógrafo, e sim dando continuidade àquilo que sempre fiz em minha vida: estar junto às minhas câmeras.

Foi uma experiência nova para mim, senti as dificuldades de um modelo frente às exigências de quem dirige, mas a imagem divulgada pelo comercial foi bastante interessante, pois diversas vezes e até hoje algumas pessoas me perguntam na rua se sou o responsável "por aquele projeto da cultura negra da televisão".

Continuo com a mesma convicção a respeito do projeto. Só o que não me convence é o "tudo pelo social".

Bola na área.

O Brasil vai fazer um Guia de Fontes para a História da África, da Escravidão no Brasil e do negro na sociedade atual.

— Que é isso companheiro?

É um projeto que tem como objetivo facilitar o trabalho dos historiadores, pesquisadores, estudantes. Como você sabe, a história da África não foi estudada por nós, no período escolar. Estudamos os romanos, os egípcios e fomos obrigados a conhecer toda a história dos reis e rainhas de Portugal, além de termos de decorar os nomes de todos os países da Europa e suas capitais — mas da África, nada. Projetos semelhantes já foram realizados por outros países. É importantíssimo, muito trabalhoso e de custo altíssimo. Para realizá-lo temos apenas um pequeno financiamento da Unesco, que encomendou o projeto à Presidência da República Federativa do Brasil.

- E o resto da 'grana'? O governo federal financia?

 Não, gente. Foi formada uma Comissão Coordenadora que, inclusive, vai ter de batalhar a 'grana'. Uma portaria do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, nomeou a seguinte Comissão;

CARLOS ALFREDO HASEMBALG — Vice-diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Complexo Cândido Mendes. Professor do Programa de Doutorado e Mestrado do IUPERJ. Licenciado em sociologia pela Universidade de Buenos Aires. PhD pelas universidades da Califórnia e Berkeley. Autor do livro Discriminação e desigualdades raciais no Brasil (Graal, Rio de Janeiro, 1979).

CARLOS ALVES MOURA — Advogado, um dos assessores do Ministério da Cultura. Coordenador do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura.

CELINA DO AMARAL PEIXOTO MOREIRA FRANCO — Socióloga pós-graduada pela Sorbonne. Idealizadora do Centro de Pesquisa de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Arquivista.

EDSON NERY DA FONSECA — Professor da Universidade de Brasília. Bibliotecário da Câmara dos Deputados. Especialista em bibliometria.

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA — Professor de história moderna e contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Doutor pela Universidade Livre de Berlim.

GILBERTO FREYRE — Sociólogo, Escritor.

GILBERTO GIL - Cantor e compositor. Diretor de espetáculos e produtor de discos. Intelectual e político. Presidente da Fundação Cultural Gregório de Mattos, de Salvador.

JAIME ANTUNES DA SILVA - Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Diretor da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional. Professor no Departamento de História da UERJ.

JOMAR MORAES - Professor de história da Universidade Federal do Maranhão.

JOSÉ SEBASTIÃO WITTER - Professor de história da USP.

JOSUÉ MONTELLO - Escritor e advogado. Embaixador do Brasil junto à Unesco.

KATIA M.P. QUEIROZ MATTOSO - Professora da Universidade da Bahia na cadeira de história contemporânea. Convidada pela Sorbonne, irá lecionar história do Brasil na Escola de Altos Estudos.

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO - Professor da USP e da Unicamp. Historiador especializado em assuntos afro-brasileiros.

MARIA YEDA LEITE LINHARES - Coordenadora do curso de história da UFRJ. Professora e ex-secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

MARTINHO JOSÉ FERREIRA - Cantor, compositor. Diretor de espetáculos, produtor de discos. Diretor-presidente do Grupo Kizomba.

VITOR MANOEL MAROUES DA FONSECA — Secretário-Executivo do Guia, Mestre em história pela Universidade Federal Fluminense. O mais jovem de todos, trinta anos. Confusão na área.

Pessoas que defendem a idéia de que deve haver gente de várias ideologias e formações diferentes na coordenação de projetos importantes ficaram perplexas e protestaram.

- Por que esses jogadores estão no mesmo time? Não vão se entender e o time não vai ganhar.

O jogo continua. O Guia avança.

Bola na área de novo.

Alguns negros, que vivem reclamando que os pretos não estão em função alguma de ão, chiam.

— Três negros neste time? decisão, chiam.

- Por que são esses os negros?
- O Carlos Moura, vá lá, já está no contexto, mas por que dois artistas? Os artistas são meio loucos, anarquistas,
- Gente! A luta continua porque os artistas são as pessoas mais ligadas em tudo o que acontece no país. Além disso, nunca houve revolução, em nenhum país, sem a participação deles. Revolução sem a participação de intelectuais e artistas não é revolução. É golpe. Aparentemente são desligados, boas-vidas, mas, na realidade, são trabalhadores e

organizados. Prá se compor uma música tem que se pensar muito, criar os sons, os versos e organizar tudo dentro da idéia central. E prá se gravar um disco? Não dá prá passar em poucas linhas o trabalhão que dá. E pra fazer um bom espetáculo são necessários muitos ensaios e discussões com o diretor de cena, com o cenógrafo, com o roteirista, com o diretor musical, com os músicos, figurinistas, iluminador etc. Não é mole. Em período de criação, o artista fica que nem um Zumbi. Um Zumbi dos Palmares. Zumbi não dorme.

0 2 1 ... (100) ... (25) 4

Quem é o presidente da Comissão Coordenadora do Guia de Fontes?

O ministro da Justiça, o Paulo Brossard.

- O quê?! O do chapéu presidindo um projeto cultural?!

- É, amigo. É ele mesmo, porque a maioria do material de que necessitamos está nos cartórios, nos arquivos das polícias militares e civis e em outras organizações que, de uma maneira ou de outra, estão ligadas ao ministério da Justiça. É só prá facilitar.

- Tá legal, mas por que escolheram esses dois artistas?

- Camarada... você é realmente muito chato. Não devia, mas vou lhe dizer. Esses dois entendem muito de comunicação, e há muita necessidade de divulgar o projeto e convencer as pessoas a colaborarem. Pra isso, ninguém melhor do que eles, que viajam por todos os países, inclusive exercem alguma liderança junto à comunidade negra.

O time avança.

As dificuldades são muitas, mas o entusiasmos é grande.

A torcida adversária estava organizada. Escreveram cartas. Horríveis, racistas. Todas anônimas. Teve uma de dez páginas, mas teve outra escrita num papel de pão. Foi a menor e a pior. Tava lá, no papel amassado: "Negro quando não faz na entrada, faz na saída". Quem escreveu esta não gosta de música, é analfabeto de pai e mãe e nunca meditou sobre estes versos do camarada Gil: in the same of the

A Mão da Limpeza

O branco inventou que o negro Quando não suja na entrada, suja na saida É, imagine só Suja na saída É, imagine só Que mentira danada, ê Na verdade a mão escrava Passava a vida limpando O que o branco sujava

Ê, imagina só

O que o branco sujava

É, imagina só

O que o negro penava, ê
Mesmo depois de abolida a escravidão
Negra é a mão de quem faz a limpeza
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão
Negra é a mão, é a mão da pureza
Negra é a vida consumida ao pé do fogão
Negra é a mão nos preparando a mesa
Limpando as manchas do mundo com água e sabão
Negra é a mão da imaculada nobreza
Na verdade a mão escrava
Passava a vida limpando
O que o branco sujava
É, imagine só
O que o branco sujava
É, imagine só
Eta, branco sujão.

A equipe jogava com categoria, mas ainda havia alguns torcedores incorformados.

— É. Esse pessoal tem classe, mas ninguém aí é de suar a camisa. Quem vai pegar no pesado? Talvez só o da Vila, que foi sargento burocrata, arquivista do Exército e joga duro lá na Grande Campeã do Centenário da Abolição, a Unidos de Vila Isabel. Este merece entrar na 'grana'.

— Não, pessoal. Ninguém tá ganhando nada. É puro idealismo, acreditem. Ele só vai usar a cabeça. Quem vai jogar duro é o pessoal do Arquivo Nacional, o professor Jaime, a charmosa Regina Wanderley, o jovem historiador Vitor Manoel Marques da Fonseca, secretário-executivo do Guia, e a socióloga Silvia Ninita de Moura Estevão, a formiguinha que teve a incumbência de viajar o Brasil todo, orientando os 21 monitores e os 151 auxiliares de pesquisa.

 É... Tá direito... Mas a Celina só tá lá de figuração e porque é mulher do governador Moreira Franco.

Não, companheiro. Esta é uma mulher que eu aprendi a admirar trabalhando com ela. É carregadora de piano e vai carregá-lo até o dia da festa da vitória, 11 de maio de 1988, dia do lançamento do Guia.

Ela é arquivista por vocação, dirige o Arquivo Nacional desde 1980 e continua na função, carregando o seu pianinho, mesmo depois que virou primeira-dama do estado.

Grande Celina!
É gooooooool!
Gol de placa,
Axé pra todo mundo!

O MISTÉRIO PERDIDO NOS TEMPOS

Gilberto Gil

"Nós nem cremos que escravos outrora Tenha havido em tão nobre país..." (Hino da República)

Quanto mais se aprofunda a controvérsia científica sobre as origens da civilização ocidental, quanto mais intenso o exame das fontes históricas (artes, literaturas, arquiteturas etc.) relativas aos períodos em que se encontram os primeiros projetos de civilização abrangente, protótipos avançados do processo civilizador da Europa e do Ocidente, mais as setas apontam para o Egito ou a Babilônia. É, justamente, no belo e imponente mapa africano que vamos encontrar o cenário onde foram vividos os primeiros atos do drama civilizatório ocidental. Pelo menos 50% do que forjou os povos e culturas do Egito vinham da Etiópia, da Núbia e do Sudão. Logo em seguida é a Grécia, força motriz insuspeitada de toda a ocidentalidade, que vai considerar o Egito como a 'mãe de todas as coisas'.

O substrato africano vai marcar indelevelmente, portanto, a parte importante, senão a mais fundamental, do processo civilizatório que varrerá os continentes a partir dos limites do Oriente Asiático, Europa a dentro. Tal africanização, vertente mor da via ocidental, irá completar-se, mais tarde, com o que se chamaria de 'diáspora negra' da era moderna, através do tráfico de escravos, conseqüência da extensão dos interesses do homem europeu, não só a todo território africano, como a várias outras partes do mundo.

Nasce já de tais fatos a relevância de um projeto que visa a reconstituir um roteiro da África pelo mundo, como é o caso do Guia de Fontes para a História da África. Esta iniciativa baseia-se nas extensas expectativas contemporâneas em relação à história de um continente que ajudou, e muito, a plasmar a vida material e cultural do Ocidente.

Não fora a contribuição à formação da civilização ocidental, em suas fases antiga e moderna, enquanto processos acompanhados pela história registrada, a África teria ainda maior importância para a história da humanidade, por ter-se localizado em seu continente o homem mais antigo do mundo. As pesquisas arqueológicas mais recentes situam o homem de Oldwai como o mais pretérito dos nossos antepassados até agora descobertos.

O continente africano foi, desde cedo, um ímã potente, atraindo homens da Europa com sua curiosidade e sua libido. Intensamente magnetizados por esta 'usina nuclear' de sensualidade que é o continente negro, germânicos, romanos e gregos, uns após outros, buscaram na África a reconstituição física e poética de uma paisagem primordial do ser humano mais orgânico, o homem-natureza. Até mesmo a busca do Santo Graal, símbolo máximo da essencialidade mística para a Europa cristã, vai ter no território africano o referencial geográfico a mobilizar, para a iniciativa, os cavaleiros teutônicos.

Povo após povo, época após época, a Europa desce em busca da 'vida como obra de arte', que caracterizaria o tipo tribal africano, segundo uma categoria de nexo existencial e de ontos civilizacional compreendidos por Nietzsche. Para o grande pensador alemão, "a meta da cultura dionisíaca era transformar a vida toda em arte", numa alusão a certo aspecto da visão grega da vida que assimila integralmente o modelo tribal africano. Cotidiano lúdico, existência dançarina, berço de mistérios, caminhos de riquezas, a vida da tribo africana apela à curiosidade cultural moderna através de múltiplos estímulos a uma antropologia distintiva da que nos haviam proporcionado a Ásia, a Europa e as Américas.

Enquanto os modos de organização social asiáticos e europeus, já em suas codificações embrionárias, apontavam aqueles para um culto da sabedoria (Confúcio, Lao-Tsé) e estes para um culto da ação (conquista da natureza, tekne), no modo africano vamos encontrar uma mediação, ao mesmo tempo conciliadora e transcendente às duas, na forma de culto à integração radial homem/natureza (vida selvagem, volúpia dos instantes). A África é a existência mais brincalhona e sensual em si mesma; o panteísmo radical dos corpos, mentes, espíritos nômades e árvores sábias. Guerreiro como o tigre, buliçoso como o macaco, esguio e provocativo como a girafa, o homem africano modula a simbiose homem/habitat numa formulação estética que viria explorar as matrizes ocidentais: no século XX, todos os novos "insights" liberalizantes do expressionismo, dadaísmo, futurismo, surrealismo e outras buscas vão estar nitidamente referenciadas à provocativa estética africana. O desenho insinuante das nádegas e a atmosfera misteriosa das máscaras tribais vão vergar as torres dos castelos medievais e das igrejas góticas da Europa clássica e consagraram o triunfo modernista do traço africano, de uma vez por todas.

Na África a desinibição tem desafiado e sobrevivido aos tempos, realizando o sonho dos taoístas de um real esplendor, dourado da infância da humanidade. Arquétipo reconstituinte do encontro primordial entre Eros e Natureza, assim surge a África para a história moderna.

A iniciativa da Unesco, agora em sua versão brasileira, para a constituição de um Guia de Fontes para a História da África, incorpora mais um nível de importância aos projetos: os significados da África para o Brasil e do Brasil para a África. A reflexão sobre o desempenho da diáspora africana nas Américas já chegou a considerar o Brasil como a sua contribuição mais bem-sucedida. Teríamos, aqui, criado o melhor protótipo de uma nação inteiramente inesperada e imprevisível, aos moldes mais inexatos do ideário modernista, em sua profunda busca de um indeterminismo domesticado no seio de uma paixão tempestuosa, mas cálida. No amálgama crítico e perigoso desta nação matriciante de um hipernovo processo civilizatório, a construção da parte material de seus alicerces teve, no escravo negre e seus descendentes, uma ferramenta básica. As tecnologias e a força de trabalho do negro africano foram tão essenciais para a formação de nossas riquezas como a grandeza e o mistério de seu panteísmo existenciais para a formação de nossa cultura. As técnicas de cultivo e pastorejo, de mineração e metalurgia vieram contribuir, ao lado da capacidade celebrativa da vida e do candomblé, para a formação de uma nova noção de pragmatismo moderado e lúdico, típico dessa matriz da Sétima Raça que é a não Brasil

A queima dos arquivos sobre a escravidão exigida por Rui Barbosa, por temor, quem sabe, da incompreensível grandeza insinuada pelo episódio trágico do cativeiro, é bem a prova da profundidade da presença africana entre nós.

Alguns traços genuínos da africanidade como arquétipo, ainda assim, aqui permaneceriam e se desdobrariam em tantas peculiaridades. Basta ver, por exemplo, a nitidez do reflexo das superestruturas africanas sobre nossa história, além dos resquícios do translado de outros níveis estruturais do modo africano através dos costumes culinários, paganismos e sincretismos religiosos: a revolta dos malês no século XIX, na Bahia, transportou para o continente americano uma guerra santa africana. Em pleno Brasil, uma tribo muçulmanizada travou uma guerra de conversão contra os 'infiéis' a quem buscavam submeter, numa transposição clássica da cena africana para o que seria apenas um ocasional território neutro para uma velha batalha.

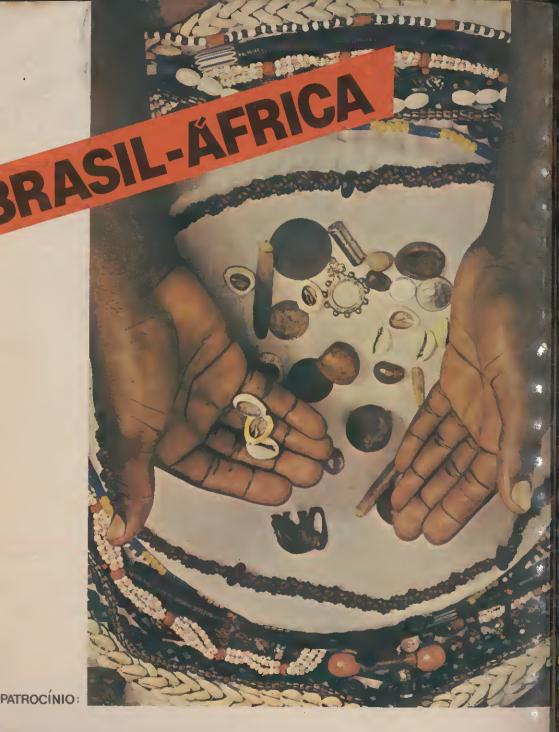
Fácil vislumbrar os novos papéis civilizatórios de estruturas tão ricas como as que aqui possibilitaram o encontro/confronto dos povos africanos em cativeiros com os colonizadores, os gentios e outras imigrações. Não seria, pois, exagerado afirmar, como o fez um ilustre pensador do século passado, que "a África civiliza o Brasil".

Cabe, por fim, considerar a versão brasileira do projeto do Guia de Fontes para a História da África (aqui enriquecedoramente acrescido das Histórias da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual) em seu aspecto específico, como iniciativa estatística/arquivística, assumida tecnicamente pelo Arquivo Nacional, o IBGE e tantas outras instituições do gênero, em todo o país. O Guia representa, sem dúvida, um desafio pedagógico de grande relevo para o atual estágio de desenvolvimento da prática bibliográfica/arquivística moderna, voltada para a abrangência do universo cultural amplo da vida nacional em suas grandes linhas, não só nas estruturas auto-referentes, como nas que se referem às múltiplas origens de povos, culturas e mentalidades para cá trazidos. O esforço concentrado do Arquivo Nacional buscando, em curto prazo, mobilizar a comunidade técnico-científica especializada, os artistas, a publicidade, os meios de comunicação, as estruturas governamentais, a iniciativa privada e os povos da nação para a realização do Guia é seguramente louvável. Qualquer que venha a ser o êxito obtido pela iniciativa, resta, desde já, o mérito da tarefa tão democrática e entusiasticamente realizada por essa comunidade multidisciplinar, alegremente reunida.

Resta-nos, ademais, o olímpico sentimento de que o Guia de Fontes para a História da África deve significar uma espécie de Atlântida das idéias a reaproximar e reunir, no mundo das palavras, velhos continentes separados pelo mistério perdido nos tempos.

GUIA BRASILEIRO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA ESCRAVIDÃO NEGRA E DO NEGRO NA SOCIEDADE ATUAL.

O REGISTRO DO NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MAIS IMPORTANTE TRABALHO DE LEVANTAMENTO DE FONTES REALIZADO NO PAÍS.



XWHITE